



filantropia®

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Captação de recursos

Mercado de crédito de carbono:
ecologicamente correto, socialmente
justo e economicamente viável

Responsabilidade social

A importância da crítica e do exercício
do contraponto para a análise e o
aperfeiçoamento da RSE

Gestão profissional

Terceiro Setor se fortalece com
mão-de-obra remunerada, exclusiva
e de alto grau de formação

TURISMO SUSTENTÁVEL

Ferramenta de desenvolvimento econômico e social
para comunidades engajadas na causa

Entrevista

Atual presidente e um dos fundadores da ABCR aborda os caminhos
para a profissionalização do setor de mobilização de recursos

Marcelo Estraviz



O caminho das pedras



Apostar em um futuro melhor é mais que um ideal. Desde 1975 que a Audicoplan acredita nos valores de nossos clientes e parceiros, apostando em soluções eficientes de gestão para o terceiro setor. Estratégias que transformam ideais em idéias e idéias em ações.

Melhorando o desenvolvimento organizacional de nossos clientes, cuidando da aproximação com os outros setores, firmando parcerias, aperfeiçoando processos e reduzindo custos.

Para atingir seus objetivos com segurança é necessário ter um planejamento estratégico sólido e eficaz, que atue em compasso com os novos caminhos do mundo.

Visite o site
www.audicoplan.com.br
e saiba mais sobre os serviços
que a Audicoplan oferece ao
Terceiro Setor.

*Apontar novas direções faz
parte do nosso caminhar, é a
nossa contribuição para um
mundo melhor.*

Rua Ezequiel Freire, 55, 8º andar
Santana | São Paulo | CEP 02034-000
Tel.: 11 6959-9831



audicoplan

Se não atrapalhar, já ajuda!

Dois mil e sete foi um ano bastante produtivo em diversos aspectos. Economicamente, o Brasil teve seu ranking avaliado pelo Banco Mundial, sendo classificado em sexto lugar no mundo. O PIB aumentou, a balança comercial teve superávit, a inflação está controlada. O Banco Central, seguindo essas tendências, diminuiu seus juros e, na mesma intensidade, os pontos na Bolsa de Valores de São Paulo incrementaram o caixa de investidores domésticos e estrangeiros.

Até que a notícia da suspensão da CPMF foi um bom “presente de Natal” para os consumidores, demonstrando que toda a discussão acerca do assunto não foi tão em vão. Ações sociais públicas e privadas, além do próprio crescimento econômico brasileiro, fizeram com que, segundo o Datafolha, 20 milhões de paupérrimos saíssem das classes D/E, passando a ter uma vida um pouco mais justa e digna.

Pelo cenário acima e recentes primeiras páginas de alguns jornais, até que poderíamos pensar que o governo brasileiro tem dado um exemplo de gestão, comprometido com o desenvolvimento social, sem se esquecer que a força motriz do país é a economia e a produção interna.

No entanto, outros factóides transmitem aos reles mortais brasileiros a sensação de que estamos sendo jogados de um lado para o outro, como “joão-bobos”. Se assim não fosse, não teríamos CPIs questionáveis acabando em “pizza” nem presidente de senado deixando seu cargo e simplesmente voltando a ser senador, permitindo que tudo fique em “perfeita harmonia”.

Por que em vez de passar três meses decidindo o fim da CPMF, não se discute, enfim, uma reforma tributária como um todo? Por que deixar ainda que ministros e outros representantes do governo usem a máquina administrativa para suas próprias benfeitorias?

Tenho a sensação de que o Brasil é mais forte do que eles. O Segundo e o Terceiro Setores, aliados e afinados em seus objetivos, fazem do Brasil um dos melhores lugares para se viver, porque estes, sim – classe empresarial e entidades sem fins lucrativos –, têm a verdadeira máquina motriz social, econômica e ambiental, a fim de transformar o Brasil em um país desenvolvido, sustentável e com menos miséria e injustiça social.

Fico com a sensação de que os governos, nas diversas esferas, estão ali para nos atrapalhar, para servir de âncora no processo evolutivo do país e do planeta. Então, se hoje conseguimos travar nossas lutas e sair vitoriosos, ainda que com muito esforço, como otimista que sou, imagino que quando pararem de atrapalhar, conseguiremos atingir mais facilmente nossas metas. Afinal, se parar de atrapalhar, já ajuda bastante.

E vamos que vamos em 2008 porque há muito trabalho pela frente!

A equipe da *Revista Filantropia* deseja a todos os leitores que os próximos 366 dias sejam repletos de paciência, compreensão, paz, esperança, amor, sabedoria e muita dedicação, a fim de obtermos sucesso e conquistas!

“Não temos como refazer o ontem, mas o futuro está à nossa disposição, para ganharmos ou perdermos”

Lyndon B. Johnson
(Ex-presidente dos EUA)

Marcio Zeppelini
editor@revistafilantropia.com.br



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 6978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini

Administração
Mauro Zeppelini

Coordenação
Priscila Centin Thuller

Assistente
Carolina Brascioli

Comercial
Hilton Rocha da Justa

Jornalista responsável
Elaine Iorio (MTB 43.304/SP)

Assistente de redação
Paula Craveiro (MTB 39.316/SP)

Coordenação editorial
Paola Martins Viveiros

Coordenação de produção
Adriano Aquina

Revisão
Viviane Rodrigues

Diagramação
Maurício Esquivai
Rafael Tadeu Sarto
Renata Arianne Rosa

Atendimento
Raquel Siqueira Gomes
Stefany Herrán Martins

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 6824-3005 / Fax (11) 3151-4500

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello

Marcio Zeppelini

Marcos Biasoli

Mauro Zeppelini

Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta

Anísia Sukadolnik

Antonio Brito

Custódio Pereira

Felipe Mello

Fernando Credidio

Milú Villela

Ricardo Falcão

Roberto Ravagnani

Idealizadores



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelini.com.br

Organizações parceiras



www.acaovoluntaria.org.br



www.apaebrazil.org.br



www.advbfbm.org.br



www.cantocidadao.org.br



www.voluntariado.org.br



www.facaparte.org.br



www.gife.org.br



mcvolunt@terra.com.br



www.sp.senac.br

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou integral de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.

www.revistafilantropia.com.br



14 Entrevista

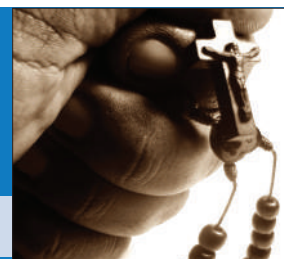
Marcelo Estraviz

Um dos fundadores e responsáveis pela retomada das atividades da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) analisa o setor

22 Contabilidade

Estatuto e outros documentos de entidades beneficentes e religiosas

Para cada tipo de entidade há um protótipo estatutário, mas a organização de registros é regra geral



32 Capa

Destinos sustentáveis

Comunidades engajadas utilizam o turismo como ferramenta de desenvolvimento econômico e social no Brasil e no mundo

46 Eficiência

Equoterapia: a cada trote uma esperança

ONGs e governo garantem acesso gratuito a essa modalidade de terapia, que cresce no país



Gente que faz o bem	04	
	06	Mão Dupla
Acontece	08	
	12	Notícias do Planalto
Comunicação	18	
	20	Captção de recursos
Legislação	24	
	26	Especial
Artigo	38	
	42	Entidade representativa
Reflexão	44	
	49	Voluntariado
Responsabilidade social	53	
	60	Serviços
Vitrine social	64	

diálogo social

AGENDA DE CURSOS E WORKSHOPS

TERCEIRO SETOR

São Paulo, 22 de janeiro de 2008

Direito do Trabalho para profissionais de RH e DP

São Paulo, 12 a 15 de fevereiro de 2008

Oficina de Elaboração de Projetos Sociais e Culturais
e sua Captação de Recursos - **vagas limitadas!**

João Pessoa, 14 de novembro

Direito do Trabalho - Vínculo Empregatício no Terceiro Setor

Informações e inscrições:

www.dialogosocial.com.br

Consulte outros temas abordados:

- Elaboração de Projetos Sociais
- Administração Financeira de ONGs
- Gestão e Motivação de Voluntariado
- Captação de Recursos e Planejamento de Eventos
- Incentivos Fiscais
- Elaboração de Projetos Culturais
- Voluntariado Empresarial

OUTRAS INFORMAÇÕES

dialogo@dialogosocial.com.br

(11) 6281-9643

(11) 7186-9906

Parceira oficial:

filantropia
Responsabilidade Social | Terceiro Setor

Consulte-nos sobre consultoria e cursos *In Company*

Luz, câmera, Ação!

Dinamismo, jovialidade e responsabilidade socioambiental fazem parte do dia-a-dia do apresentador Serginho Groisman

Por Paula Craveiro

Há anos na mídia, Serginho Groisman é um dos comunicadores mais queridos e respeitados do país. O segredo dessa conquista deve-se, em boa parte, ao fato de ser um dos poucos – único? – a dar voz aos jovens, um público nem sempre levado muito a sério.

Outra razão é seu engajamento com a área social. “Sempre que tenho oportunidade, estou envolvido com alguma causa. Gosto de estar aberto a participar de atividades de fins sociais e ambientais”, destaca o apresentador. Prova de seu interesse pelo setor é o programa “Ação”, apresentado nas manhãs de sábado na TV Globo.

Nesta rápida entrevista à **Revista Filantropia**, o jornalista e apresentador conta um pouco sobre sua carreira, sua ligação com o público jovem, sua atuação na área social e destaca, ainda, a importância do voluntariado para o desenvolvimento do país. Fala garoto!

Revista Filantropia: *Conte um pouco sobre sua carreira, seus principais trabalhos e projetos.*

Serginho Groisman: Tenho formação jornalística. Iniciei minha carreira de jornalista trabalhando em rádios e jornais. Depois, dei aulas em uma universidade, para o curso de Rádio e TV; e também fui coordenador de cursos. Já tive programas de rádio e dirigi a Rádio Cultura AM. Tive passagem pela TV Cultura, onde apresentei o “Matéria Prima”; e pelo SBT, com o “Programa Livre”. Atualmente, apresento o programa “Tempos de Escola”, no Canal Futura, e “Altas Horas” e “Ação”, na TV Globo. Também ministrei palestras e escrevo para alguns jornais e revistas.

Filantropia: *Como você passou do jornalismo para um trabalho direcionado ao público jovem?*

SG: Na verdade, eu não passei de um para o outro. No próprio jornalismo já trabalhava com jovens. Fiz esportes, mas também no colégio e na faculdade coordenava a área cultural. Depois, na Band FM, trabalhei em um programa voltado para esse público. Mais tarde, fui para a Rádio Cultura AM trabalhar com jovens no programa “Matéria Prima”, que posteriormente foi adaptado para

a televisão. Então, a passagem do jornalismo para a televisão foi tranquila.

Filantropia: *Nesses anos à frente de programas voltados aos jovens, você certamente teve o papel de formador de opinião em diversas questões, como política e sexo – temas geralmente considerados “fora da realidade” para essas pessoas. Você tem consciência da influência que exerce sobre esse público?*

SG: Para ser sincero, não acredito que influencie o público. A televisão é uma mídia muito dinâmica. Ela pode despertar a curiosidade, o que já é bom. Mas, de verdade, não creio que eu tenha influência sobre os jovens. Apenas tento despertar a curiosidade. A leitura, sim, transforma os jovens.

Filantropia: *Você acredita que pessoas com elevado grau de destaque e credibilidade, como é o seu caso, têm a responsabilidade de contribuir socialmente e de serem bons exemplos ao público?*

SG: Acredito que pessoas conhecidas têm o poder de, com seu nome e prestígio, alavancar algumas ações. Por isso, estou sempre aberto a participar de atividades ligadas a questões sociais e ambientais. Sou participante, por exemplo, do Greenpeace.





"A saída está na educação. Um povo educado saberá fazer melhor suas escolhas para o desenvolvimento do país"

Filantropia: *Como surgiu a idéia de fazer um programa voltado para a questão do voluntariado e da responsabilidade social ("Ação")?*

SG: O programa "Ação" nasceu como parte das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, em 2000, promovidas pela Rede Globo. Inicialmente, ele ficaria no ar até 22 de abril daquele ano, data do descobrimento. A idéia era mostrar que há muito o que fazer no Brasil, mas que também muitas coisas já estão sendo feitas. O "Ação" trata de arte, cidadania, educação, geração de renda e voluntariado. Ele fez tanto sucesso que vamos comemorar oito anos.

Filantropia: *Qual a importância do voluntariado para você?*

SG: O voluntariado veio para suprir as necessidades que o povo tem e que o governo não dá conta, por esse ou aquele motivo. E essa atividade cresce a cada dia. O mais importante é a consciência social que cada voluntário adquire com sua prática. Quem puder, deve sim ser voluntário.

Filantropia: *Quando e como foi o início de sua participação na área social?*

SG: Sempre tive motivações sociais. Tudo que fiz, no jornalismo, em rádio ou na televisão, foi desenvolvido a partir da idéia da criação de um Brasil melhor, de um Brasil mais justo. Essa tem sido minha motivação.

Filantropia: *Atualmente, você está diretamente envolvido com alguma entidade ou projeto social?*

SG: Ajudo algumas instituições (prefiro não citar nomes). Porém, mais do que ajudar financeiramente, o importante é você ter uma atitude de respeito e solidariedade às instituições, ONGs e Oscips, que merecem crédito pelo ótimo trabalho que vêm desempenhando.

Filantropia: *Você acredita que a conscientização da população em relação ao social está aumentando?*

SG: Sim, certamente. O voluntariado no Brasil, assim como em todos os outros países, cresceu muito e, junto com ele, a consciência social. Mas ainda estamos longe de ter um país com atitude nessa área. Crescemos dia a dia nesse sentido.

Filantropia: *Você considera necessária a ligação da sociedade a entidades ou movimentos sociais?*

SG: Evidente. Sem essa parceria, sem a troca de experiência de ambos os setores, o movimento social se enfraquece.

Filantropia: *Para você, quais são os caminhos para melhorar a qualidade de vida da população?*

SG: Na verdade, o caminho é um só: precisamos indiscutivelmente de educação. Temos problemas em todas as áreas e isso não é novidade a mais ninguém, mas a solução, no meu ponto de vista, está na educação. Não adianta apenas oferecer comida e cultura. Um povo educado saberá fazer melhor suas escolhas para o real desenvolvimento do país.

Filantropia: *Você acredita que as políticas públicas sociais têm amadurecido nos últimos anos?*

SG: Acredito que temos apresentado melhoras, sim, mas elas ainda insuficientes frente à tudo o que precisamos. A meu ver, uma das medidas mais urgentes e necessárias é a desburocratização do Estado. A demora nas metas das políticas sociais é um sério entrave.

Filantropia: *Quais são suas perspectivas profissionais como pessoa pública e agente social?*

SG: Quero poder participar ainda mais de ações e movimentos sociais e ambientais, e sentir que, com o meu trabalho, de alguma maneira, estou contribuindo para o despertar crítico das pessoas, para sua conscientização. 



Serginho Groisman nos estúdios do "Altas Horas"



O apresentador é participante do Greenpeace



Não creio que eu tenha influência sobre o público. Apenas tento despertar a curiosidade. A leitura sim transforma os jovens

Mão dupla

Organizações que VOCÊ pode ajudar

Associação Carioca de Assistência à Mucoviscidose – Fibrose Cística (Acam)



Criada em 1989, a Acam é uma associação beneficente, sem fins lucrativos, voltada à assistência de pacientes com mucoviscidose e seus familiares no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, a entidade visa incentivar a pesquisa e divulgação da Fibrose Cística (FC) pela sociedade e instituições públicas. A FC é uma enfermidade grave, hereditária, crônica e que ainda não possui cura, porém, não é uma doença contagiosa. Ela é responsável pelo mau funcionamento das glândulas exócrinas, que produz um muco pegajoso e espesso, que afeta alguns sistemas do corpo humano, como o respiratório e o digestivo. O tratamento dessa enfermidade é permanente, indispensável e acontece por meio da administração de medicamentos, alimentação hipercalórica (suplementação nutricional) e fisioterapia respiratória diária.

Necessidades:

- Alimentos
- Leite em pó integral
- Nebulizadores comuns
- Voluntários

Doações:

Banco Itaú
Agência: 0380
Conta-corrente: 55907-0
CNPJ: 32.209.009/0001-01

i Rua da Glória, 366, sala 401
Glória – Rio de Janeiro/RJ
CEP 20241-180
www.acamrj.org.br
assistente.social@acamrj.org.br
(21) 3970-6612/6744

Centro Espírita Nosso Lar Casas André Luiz



As Casas André Luiz, organização fundada em 1949, atende pessoas com deficiência mental em todos os graus de comprometimento: leve, moderado, grave e profundo, com ou sem deficiência física associada. O foco principal de atuação da entidade é o atendimento médico-hospitalar e terapêutico. Atualmente, são atendidos cerca de 1.400 pacientes, dos quais 614 são residentes da Unidade Hospitalar de Internação mantida pelo Centro, e necessitam de cuidados permanentes, e os demais são atendidos em regime ambulatorial. Ao paciente é oferecido atendimento médico, em todas as suas especialidades que, associado a terapias e atividades interdisciplinares, geram qualidade de vida.

Necessidades:

- Camisetas de malha com decote V e manga curta
- Camisetas de malha com decote V e manga longa
- Edredons

Doações:

Banco Bradesco
Agência 3397-9
Conta-corrente 17020-8
CNPJ: 62.220.637/0003-02

i Rua Vicente Melro, 878
Vila Galvão – Guarulhos/SP
CEP 07056-110
www.andreluiz.org.br
(11) 6457-4257/7733
(11) 6456-9656

Casa de Solidariedade A Fé Remove Montanhas



Doações:

Banco Bradesco
Agência: 1442-7
Conta-corrente: 27090-3
CNPJ: 01.435.552/0001-95

i Av. Gonçalo de Paiva Gomes, 237
Jd. República – São Paulo/SP
CEP 04812-080
casadesolidariedadeafe@uol.com.br
(11) 5662-5582

A Casa de Solidariedade é uma entidade de cunho social que há mais de 20 anos atua em atividades voltadas para famílias carentes. Desde sua fundação, ficou estabelecido que a instituição prestaria atendimento gratuito, oferecendo assistência médico-social, doação de cestas básicas, entre outras ações, a fim de garantir o bem-estar da população em situação de risco. Para sua subsistência, a Casa recebe doações e realiza eventos para arrecadar fundos, como bazares e chás beneficentes. Todas as doações e verbas arrecadadas são destinadas para o pagamento de aluguel e demais despesas.

Necessidades:

- Alimentos e agasalhos
- Computadores e brinquedos
- Prensa e plaina (marcenaria)
- Portão, portas, janelas e ventiladores de parede
- Freezer, forno industrial e geladeira
- Cadeiras, mesas e maca ambulatorial

Centro Social Romília Maria



Doações:

Banco Banespa
Agência: 0575
Conta-corrente: 13000078-6
CNPJ: 44.625.093/0001-15

i Rua Agnaldo Macedo, 123
Vila Ipê – Campinas/SP
CEP 13044-000
romilia@mpcnet.com.br
(19) 3271-1022

A entidade foi fundada em 1973 pelo dr. Nelson Noronha Gustavo Filho após a perda de sua única filha em um acidente automobilístico. Inicialmente, ele e um grupo de médicos voluntários distribuíam alimentos e prestavam serviços ambulatoriais e odontológicos. Atualmente, o Centro Social Romília Maria desenvolve atividades junto a crianças e adolescentes, idosos e às famílias da Vila Ipê, em Campinas (SP), por meio da realização de cursos profissionalizantes e ações compensatórias e emancipatórias. A entidade dispõe ainda de uma biblioteca pública, que atende a população em geral. A missão do centro é desenvolver atividades que promovam a descoberta de potencialidades e habilidades necessárias à prática da cidadania, contribuindo para a efetivação do protagonismo social.

Necessidades:

- Alimentos
- Computadores
- Material de cabeleireiro e manicure
- Capacitação de funcionários
- Tintas para reforma da sede

Instituto Brasil Social (IBS)



A missão do IBS é atuar, por meio de seus programas institucionais, pela melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, priorizando as inclusões produtiva e social como pilares de uma nova estrutura organizacional na sociedade para os setores hoje excluídos ou à margem dos processos criativos e/ou produtivos. Os eixos de atuação do IBS buscam soluções para os problemas econômicos e sociais da população, viabilizando-os por meio de ações que possibilitem o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a geração de novos postos de trabalhos, o aumento da renda familiar, a ampliação dos mercados produtivos e consumidor, entre outros fatores.

Necessidades:

- Alimentos
- Roupas e calçados
- Medicamentos
- Produtos de higiene

Doações:

Banco do Brasil
Agência: 3520-3
Conta-corrente: 15581-0
CNPJ: 05.638.402/0001-30

i Av. Treze de Maio, 23, sala 2.216
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP 20031-902
www.ibsocial.org.br
ibsocial@click21.com.br
(21) 2220-5272 / 2533-7272

Associação Amigos da Criança – Fazenda da Criança (AAC)



A AAC é uma entidade sem fins econômicos, fundada em outubro de 1998, e que atua junto a uma das comunidades de maior vulnerabilidade socioeconômica de Belo Horizonte: o Aglomerado da Serra. Sua missão é permitir que crianças e adolescentes da comunidade desenvolvam novas percepções sobre a vida, convivências social e familiar, afetividade, trabalho em equipe, criatividade e autonomia, resgatando o auto-respeito e a auto-disciplina. A principal ação desenvolvida pela AAC é o "Programa Agitar", realizado aos domingos, na Escola Municipal Professor Edson Pisani, e que envolve atividades artísticas, esportivas, culturais, educativas e profissionalizantes.

Necessidades:

- Alimentos
- Roupas para bazar
- Material escolar
- Comercialização dos CDs "Pequeninos e Gigantes" e "Cantos de Paz"

Doações:

Banco Itaú
Agência: 4450
Conta-corrente: 06435-9
CNPJ: 02.814.436/0001-40

i Rua Carmo da Mata, 515
Vera Cruz – Belo Horizonte/MG
CEP 30285-090
www.aac.org.br
administracao@aac.org.br
(31) 3378-3358

Prêmio Fundação BB de Tecnologia Social

A Fundação Banco do Brasil divulgou em 12 de novembro, em Brasília (DF), as oito tecnologias sociais vencedoras do Prêmio Fundação BB de Tecnologia Social 2007. A inovação, a exemplaridade, a transformação social e o potencial de reaplicabilidade foram os critérios utilizados no julgamento. Os vencedores foram: Região Sudeste – Projeto Bairro-Escola; Região Nordeste – Projeto Policultura no Semi-Árido; Região Sul – Silagem de Colostro; Região Centro-Oeste – Projeto Agroextrativismo Sustentável da Favela; Região Norte – Projeto Encauchados de Vegetais da Amazônia; Aproveitamento/tratamento de rejeitos/resíduos/efluentes de processos produtivos – Óleo Vegetal Usado como Biocombustível; Direitos da Criança e do Adolescente – Monitoramento do Orçamento Criança; e Gestão de Recursos Hídricos – Projeto Córrego da Serra.

www.tecnologiasocial.org.br



VALÉRIA DARVALHO

Finalistas do prêmio em ato simbólico para neutralizar emissão de carbono

Fórum apresenta ações no combate à violência em São Paulo

O Instituto São Paulo Contra Violência anunciou o resultado do Fórum da Cidadania Contra a Violência, movimento que reúne cerca de 80 entidades da sociedade civil com o objetivo de envolver diversos segmentos, os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público na busca por novas políticas públicas que promovam a redução e a prevenção da violência no Estado de São Paulo. Entre os resultados, foi firmada parceria com a Fundação Casa, em prol dos jovens em conflito com a lei, na região da Baixada Santista; e criado o EmCasa, evento que reuniu prefeituras, autoridades e sociedade civil para discutir temas de interesse dos jovens. Ao final do encontro, foi elaborada uma carta aberta de intenções, encaminhada para as prefeituras de municípios da Baixada Santista.

www.fccv.org.br
www.spcv.org.br

Pacote de Humanização na Saúde

Uma série de iniciativas voltadas à área de humanização na saúde foi o mote do encontro que a Associação Viva e Deixe Viver promoveu, em 26 de novembro, na sede da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), em São Paulo (SP). O Pacote de Humanização na Saúde, apresentado a publicitários e representantes de empresas com potencial para associar sua marca às iniciativas do Viva, inclui ações como o 6º Congresso de Humanização Hospitalar em Ação, que contará com a participação de Patch Adams, médico norte-americano; oito edições do Fórum de Humanização Hospitalar, uma em cada estado onde a entidade está presente; e programas na Rádio Eldorado AM dentro dos programas Panorama e Observatório Eldorado, batizados de Minuto da Humanização da Saúde.

www.vivaedeixeviver.org.br

Produção de energia alternativa

Possibilitar o debate sobre a geração de energias alternativas, como instrumento de inclusão social e desenvolvimento sustentável em áreas rurais de difícil acesso, foi o objetivo do Seminário Agroenergia e Desenvolvimento de Comunidades Rurais Isoladas, que ocorreu em 17 e 18 de outubro, em Brasília. Promovido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelo Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, o seminário discutiu temas como a segurança alimentar e produção de agroenergia, e os impactos ambientais da produção de agroenergia.

www.iica.org.br
www.mme.gov.br

Seminário internacional discute ações afirmativas

A Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra (Cone), da Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura de São Paulo, promoveu, entre os dias 27 e 30 de outubro, o Seminário Internacional de Gestão Pública Compartilhada: Experiências de Ações Afirmativas, em São Paulo (SP), que encerrou as atividades no mês da Consciência Negra. Durante o evento, discutiram-se casos de ações que foram implementadas em países como Estados Unidos e África do Sul. O seminário visou subsidiar gestores municipais para formulação e prática de políticas públicas governamentais nas áreas de educação, cultura, desenvolvimento social sustentado, saúde e trabalho.

<https://portal.prefeitura.sp.gov.br>

Homenagem a dentistas voluntários

A ONG Turma do Bem, criada pelo dentista Fábio Bibancos, promoveu em 1º de outubro, em São Paulo, mais uma edição do Sorriso do Bem, evento que premia e homenageia os dentistas voluntários, parceiros e colaboradores que se destacaram ao longo do ano dentro do projeto social Dentista do Bem. Em 2007, participaram mais de cem dentistas voluntários de todo o país. A avaliação dos critérios para a eleição foi feita por meio de processo de acompanhamento anual das ações dos participantes que inclui relatos, documentos e resultados enviados para a Turma do Bem. Além da entrega dos prêmios, o evento ofereceu aos participantes um fim de semana especial com cursos de captação e integração para valorizar e aprimorar o trabalho dos coordenadores voluntários do projeto que atuam em todo o Brasil.

www.turmadobem.org.br



AROL BITTENCOURT

Dr. Marcelo de Paula Saran, que recebeu o prêmio de Melhor Dentista Voluntário do Ano; Fábio Bibancos, idealizador do projeto; e o cantor Guilherme Arantes

Empreendedor Social 2007

O mineiro Tião Rocha, mentor do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), recebeu o título de Empreendedor Social 2007 em cerimônia realizada em 21 de novembro, em São Paulo (SP). Além de reconhecimento nacional na mídia, o vencedor conquistou o direito de participar da Reunião Geral para a América Latina do Fórum Econômico Mundial, no México, e da Cúpula Mundial de Empreendedores Sociais, na Suíça – eventos nos quais terá a oportunidade de trocar experiências com mais de 115 líderes sociais de outros 41 países. Outros finalistas certificados foram André Soares, do Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (Ipec); Flavio Pimenta, da Associação Meninos do Morumbi; Luciano Huck, do Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias; Maurício Ruiz, do Instituto Terra de Preservação Ambiental; e Vinicius Ferreira, do Centro Regional Integrado de Desenvolvimento Sustentável (Crides). Esta é a terceira edição do prêmio, realizado pela Fundação Schwab em parceria com a Folha de S.Paulo.

www.cpcd.org.br



Tião Rocha recebe troféu das mãos de Pasquale Cipri Neto

RENATO STUCKLER / NA LATA

Caminhada encerra semana de combate ao câncer infantil-juvenil

Uma grande caminhada reuniu crianças com câncer, seus familiares, profissionais da saúde e a comunidade em geral em 24 de novembro, encerramento das atividades da semana que lembrou o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil-Juvenil (DNCCI). A data é comemorada em 23 de novembro e as ações em Curitiba (PR) foram organizadas pela Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (APACN). A existência deste dia é resultado do trabalho da APACN, que desde 2005 instituiu a data como estadual. A aprovação como destaque nacional aconteceu em abril de 2007, na Câmara Federal, e agora casas de apoio e hospitais do Brasil inteiro comemoraram a data. Em 2007, o tema foi Importância do Diagnóstico Precoce.

www.apacn.org.br
www.dncci.org.br



Crianças e adultos participam da caminhada pelo DNCCI

DIVULGAÇÃO

Ameaças ao planeta persistem

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) afirmou que as maiores ameaças ao planeta, como as mudanças climáticas, a taxa de extinção das espécies, e o desafio de alimentar a crescente população, estão entre os muitos que permanecem sem solução e colocam a humanidade em risco. O alerta está no relatório Global Environment Outlook: meio ambiente para o desenvolvimento (GEO-4), publicado 20 anos depois de a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento produzir seu relatório inicial, intitulado Nosso Futuro Comum. GEO-4 avalia o estado atual da atmosfera global, terra, água e biodiversidade, descreve as mudanças desde 1987 e identifica prioridades para ação.

www.pnuma.org
www.unep.org

Dia Nacional da Consciência Negra

Para comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, a ONG Afrobras e a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares) promoveram em 18 de novembro o Troféu Raça Negra 2007. Este ano, um troféu dourado foi criado especialmente para comemorar o quinto ano de sucesso do evento, os 10 anos de existência da Afrobras e a formatura da primeira turma de alunos do curso de Administração da Unipalmares, um marco histórico nesse país. No dia 20, foi realizado o show Heranças, com a participação de cantores como Jair Oliveira, Max de Castro e Léo Maia. As apresentações artísticas foram variadas, incluindo as baterias das Escolas de Samba Vai-Vai e Camisa Verde e Branco e os corais da Unipalmares e da Legião da Boa Vontade (LBV).

www.afrobras.org.br
www.unipalmares.edu.br

Geração MudaMundo

Em 20 de outubro, a Ashoka organizou a 1ª Feira de Projetos Geração MudaMundo. O encontro reuniu 40 trabalhos e cerca de 200 jovens empreendedores, que tiveram a oportunidade de mostrar seus projetos aos visitantes. A feira também favoreceu ao intercâmbio de idéias entre os envolvidos no programa Geração MudaMundo. Os trabalhos apresentados contaram com a participação de jovens de organizações como Fundação Gol de Letra, Associação Lua Nova, Centro de Profissionalização de Adolescentes (CPA), Programa Aprendiz Comgás (PAC), Neurônio, Projeto Arrastão e Instituto Cidadania Ativa (São Paulo).

www.genv.net/pt-br



Jovens apresentam seus projetos na 1ª edição da feira

GIBELLE ROCHA

Jota Quest participa do projeto You Can Help

O You Can Help realizou em 4 de dezembro show beneficente com a banda Jota Quest, em São Paulo. Na ocasião, também ocorreu o arremate do leilão por R\$ 120 mil da bola do milésimo gol de Pelé, doada pelo empresário Roberto Justus, presidente do Grupo Newcomm e embaixador do projeto. Parte da verba arrecadada com esta edição do evento será revertida para a ONG Horizontes e ao Serviço Social Perseverança. Em entrevista exclusiva ao editor da **Revista Filantropia**, Marcio Zeppelini, o vocalista do Jota Quest, Rogério Flausino, disse que "o que mais importa é o espírito de ajuda e que o Jota Quest, sendo uma banda que influencia a nossa juventude, está sempre tentando passar mensagens de esperança, prosperidade e paz".

i www.youcanhelp.com.br



O editor da Revista Filantropia, Marcio Zeppelini, com o vocalista do Jota Quest, Rogério Flausino, em evento do You Can Help.

Iniciativas em prol dos Objetivos do Milênio

O Prêmio Internacional Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), criado para incentivar os países no cumprimento das metas estabelecidas pelas Nações Unidas, foi entregue em 5 de novembro, em Brasília. O prêmio é uma parceria entre a Rede de Organizações Não-Governamentais da ONU e a Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis); tem apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e foi sugerido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004. As quatro iniciativas premiadas foram: os conselhos econômicos e sociais dos países africanos Mali e Costa do Marfim e as ONGs Fundación Hernandiana (Argentina) e Good Neighbors International (Coréia do Sul). Cada uma das iniciativas recebeu US\$ 6.000 de patrocinadores ligados à ONU.

i www.un.org/millenniumgoals



Presidente Lula participa da entrega do 1º Prêmio Internacional ODM

Esgotamento é o pior serviço público

O Instituto Trata Brasil e a Fundação Getúlio Vargas anunciaram em 27 de novembro os resultados da pesquisa Indicadores do Saneamento Básico. O levantamento inédito identifica os impactos do investimento em coleta e tratamento de esgoto, no desenvolvimento econômico, na qualidade de vida e na promoção da saúde. Entre os indicadores, destaca-se que, com o atual nível de investimento em saneamento básico, somente em 2122 a totalidade da população brasileira terá acesso à rede de esgoto. Atualmente, a falta de saneamento básico atinge 53% dos brasileiros.

i www.fgv.br
www.tratabrasil.org.br



O presidente do Instituto Trata Brasil, Luis Fernando Felli, anuncia os resultados do estudo

Brasil na presidência da Redlac

O Brasil foi indicado, pela primeira vez, para presidir a Rede Social da América Latina e Caribe (Redlac), no dia 18 de outubro, em Belo Horizonte (MG), último dia da 14ª Conferência Anual da organização, quando estiveram presentes 25 dos 34 países participantes. As vice-presidências ficaram com São Vicente e Granadinas e Honduras, representando, respectivamente, as sub-regiões do Caribe e América Central e México. O evento aconteceu paralelamente à 7ª Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente e Responsabilidade Social (Ecolatina). Ao final do encontro, os participantes aprovaram a Carta de Belo Horizonte – um termo de acordos de cooperação técnica entre os países.

i www.ecolatina.com.br
www.redlac.org

Congresso internacional de reabilitação

Realizado em São Paulo, entre 29 de outubro e 1º de novembro, o 2º Congresso Internacional Avape de Reabilitação e Inclusão: Diversidade, Responsabilidade e Sustentabilidade e a 10ª Jornada Científica Avape tiveram a participação de renomados especialistas, executivos, representantes de organizações e órgãos financiadores, nacionais e internacionais, que apresentaram temas voltados à causa do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Voltado aos profissionais da iniciativa pública, privada, ONGs e fundações, o encontro proporcionou intercâmbio de experiências e o lançamento de uma rede social baseada em experiências inovadoras e parcerias estratégicas, para a qual os participantes serão convidados a participar.

i www.avape.org.br



Hirokyi Minami, secretário de Planejamento de São Bernardo do Campo; Gilberto Natalini, vereador de São Paulo; Daniel Shepherd, representante do BID; Izabel Maior, representando o Presidente da República; Marcos Gonçalves, Presidente da Fenavape; Rogério Amato, representando o governador de São Paulo; Célia Leão deputada estadual; e José Luiz Telles, representando o ministro da Saúde

Fábio Jr. faz show em prol da AACC

A Associação de Apoio à Criança com Câncer (AACC) promoveu em 13 de novembro, em São Paulo, o 10º Cor e Calor Humano, que contou com a participação do cantor Fábio Jr. Diversas personalidades prestigiaram o show, e toda a verba arrecadada foi revertida para a construção do maior hospital de tratamento de câncer infantil da América Latina, o Instituto Thiago Cavalcanti Rotta. Estiveram presentes o cabeleireiro Wanderley Nunes, a apresentadora Gigi Monteiro, o ator Fabio Villaverde, o estilista Ricardo Almeida, entre outros.

www.aacc.org.br



José Marcus Rotta e Wanir Leão Cavalcanti Rotta, fundadores da AACC, com o cantor Fábio Jr.

Selo incentiva luta contra câncer no sangue

Com a missão de oferecer suporte aos portadores de linfoma, leucemia e outros cânceres no sangue, e mobilizar parceiros para que o melhor tratamento esteja disponível a todos no Brasil e na América Latina, a Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale) lançou em 24 de outubro, em São Paulo, o selo "Investimos na Vida", com o intuito de estimular a iniciativa privada a aplicar recursos em programas em prol dos cerca de 50 mil brasileiros portadores dessas doenças. Para utilizar o selo, a empresa tem de se comprometer a orientar seus funcionários e a comunidade onde está inserida sobre a importância do diagnóstico precoce.

www.abrale.org.br

Pacto pelas crianças do semi-árido



Francisco Pinheiro, vice-governador do Ceará; governador Cid Gomes; Marie-Pierre Poirier, da Unicef; e Henrique Paim, secretário executivo do MEC

Representantes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), dos governos federal, estaduais, municipais e da sociedade civil encontraram-se para discutir a melhoria de vida dos cerca de 13 milhões de crianças e adolescentes que vivem em quase 1.500 municípios do semi-árido brasileiro – localizadas nos nove estados do Nordeste, em Minas Gerais e no Espírito Santo. A 2ª Reunião do Comitê Nacional do Pacto – Um mundo para a criança e o adolescente no Semi-árido aconteceu nos dias 12 e 13 de novembro, em Fortaleza (CE), e definiu as linhas de ação que serão adotadas. A reunião contou com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, do governador do Ceará, Cid Gomes, da representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier, organizações signatárias do Pacto, além de parlamentares, autoridades estaduais e municipais.

www.unicef.org.br

12ª caminhada pela vida e pela paz

Organizada pela Visão Mundial, a 12ª Caminhada pela Vida e pela Paz foi realizada em São Paulo, no dia 2 de novembro, e teve o objetivo de denunciar o alto índice de violência e homicídios que acontecem nos distritos de Campo Limpo, São Luís, Capão Redondo e Jardim Ângela, na capital paulista. Neste ano, o tema da manifestação foi "Alcool sem limites, sociedade sem controle", e abordou o controle social do uso da bebida.

www.visaomundial.org.br

Comunicação da responsabilidade social

No 6º encontro do Fórum de Investidores Sociais (FIS), realizado em 20 de novembro em Belo Horizonte (MG), que encerrou o ciclo de encontros em 2007, empresas, governo e sociedade civil se reuniram para debater o tema Comunicação da Responsabilidade Social. Andréia Peres e Marcelo Bauer, diretores da Crosscontent, empresa especializada em soluções de comunicação organizacional, abordaram a questão da comunicação de estratégias de responsabilidade social corporativa e a importância da comunicação corporativa e institucional na construção de políticas públicas sociais.

www.institutohr.org.br

Show em prol dos Amigos do Bem

No dia 25 de novembro, o Espaço das Américas, em São Paulo (SP), foi o cenário de um grande show promovido pela Rádio Tupi FM, em comemoração aos seus 11 anos. O evento, que teve sua renda revertida aos projetos sociais desenvolvidos pela ONG Amigos do Bem, contou com a participação de diversas duplas sertanejas, como Chitãozinho e Xororó, padrinhos da ONG, Zezé di Camargo e Luciano, Guilherme e Santiago, Gian e Giovani, Rio Negro e Solimões, entre outros.

www.amigosdobem.org
www.radiotupifm.com.br

Centro de Experimentos Florestais

A Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com o Grupo Schincariol, inaugurou em 27 de novembro, o Centro de Experimentos Florestais SOS Mata Atlântica – Grupo Schincariol, em Iguatema (SP). A área com mais de 540 hectares servirá de laboratório para pesquisa, plantio de mudas nativas e restauração da Mata Atlântica, bem como para um importante pólo de educação ambiental.

www.schincariol.com.br
www.sosmatatlantica.org.br

Entrega do Prêmio ECO

A Câmara Americana de Comércio de São Paulo promoveu, em 3 de dezembro, a cerimônia de entrega do Prêmio ECO 2007. A premiação é a principal do país no reconhecimento das empresas comprometidas com os princípios e práticas de cidadania empresarial e desenvolvimento sustentável. Entre os premiados no módulo Prática de Responsabilidade Social Empresarial estão: Banco ABN Amro Real, nas categorias Valores, Transparência e Governança, e Público Interno; Toctao Engenharia, na categoria Meio Ambiente; e AIX Sistemas, por Consumidores e Clientes. Já no módulo Gestão Empresarial para Sustentabilidade estão Bunge Fertilizantes e Laboratório Oswaldo Cruz, entre outros.

www.premioeco.com.br

Notícias do Planalto

Aprimoramento da gestão social

Secretários da área de Assistência Social dos 26 estados brasileiros assinaram, em 10 de outubro, em Brasília, o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal, firmado com o MDS. Ao assinar o pacto, os estados se comprometem a aprimorar a gestão dos programas da área, trabalhando de maneira conjunta com o governo federal e fortalecendo o Sistema Único de Assistência Social (Suas). O ministro Patrus Ananias comemorou a iniciativa: "Este é um marco na caminhada que estamos empreendendo para colocar cada vez mais a assistência social no campo das políticas públicas, numa inter-relação permanente com outras políticas sociais, no cumprimento das diretrizes constitucionais".



A secretária executiva do MDS, Márcia Lopes; o ministro Patrus Ananias; a presidente do Fórum de Secretarias de Assistência Social, Margaret Cutrim; e o presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, Marcelo Garcia

Reunião sobre Agricultura Familiar

Delegações de Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Bolívia se reuniram, entre 22 e 25 de outubro, em Montevideu, no Uruguai, em busca de diálogo e fortalecimento de políticas públicas para a agricultura familiar. Entre as metas pré-estabelecidas, a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf) aprofundou o conhecimento sobre processos de planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas existentes na região relacionadas à facilitação do comércio dos produtos da agricultura familiar, como é o caso, por exemplo, do Programa de Compra Direta da Agricultura Familiar (PAA), implementado pelo MDS.

www.mds.gov.br

Agricultura urbana e segurança alimentar

O tema agricultura urbana, bem como as ações geradoras e os recursos aplicados no programa executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foi apresentado no seminário "Taller Internacional: Agricultura Urbana e Periurbana, estratégias e ferramentas para a segurança alimentar e nutricional e superação de pobreza na América Latina e Caribe", promovido pela Oficina Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). O encontro aconteceu entre os dias 20 e 23 de novembro, em La Paz, na Bolívia.

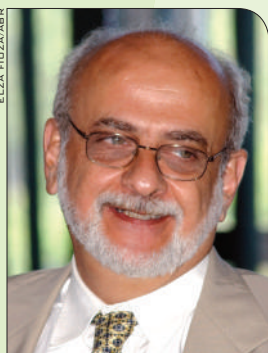
www.fao.org.br

Lula nomeia novo presidente do Consea

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou o conselheiro Renato Maluf para a presidência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). A nomeação está publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro. Maluf foi indicado, por unanimidade, pelos membros do Consea, em reunião realizada em 26 de outubro. Renato Maluf é coordenador do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ. Este é o seu segundo mandato no Consea como representante da sociedade civil.

www.planalto.gov.br/consea

O novo presidente Consea, Renato Maluf



Bolsa Família completa quatro anos

Ao completar quatro anos, em 20 de outubro, o programa Bolsa Família apresentou como principal resultado a redução de 21% da desigualdade, conforme avaliação do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea). Desde 2003, foram transferidos R\$ 24,8 bilhões à população de baixa renda. O benefício, que varia de R\$ 18 a R\$ 112, corresponde a um acréscimo médio de 37% na renda das famílias. Com o objetivo de apoiar os municípios na tarefa de inscrição no Cadastro Único, atualização permanente de dados e no acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação, o MDS repassa recursos financeiros às prefeituras desde abril de 2006. Além de possibilitar a criação de infra-estrutura para o atendimento da população, o repasse financeiro contribui com a implementação de alternativas de emancipação das famílias.

www.mds.gov.br

Programa Direitos de Cidadania

Uma parceria entre o MDS e os governos estaduais e municipais promoveu o projeto "Caminho para casa", que integra o programa social Direitos de Cidadania: Criança e Adolescente, lançado em 11 de outubro pelo governo federal. A meta é garantir que 41 mil crianças e adolescentes – 35% dos 120 mil abrigados atualmente – retornem ao convívio familiar. Algumas das ações previstas pelo programa serão executadas pelo MDS, pasta que terá, até 2010, um dos maiores volumes de recursos previstos – R\$ 363.947.200. O programa incorpora diretrizes estabelecidas na primeira gestão Lula: o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

www.mds.gov.br



Presidente Lula e ministros na cerimônia de lançamento do programa Direitos de Cidadania

Pela continuidade do programa de cisternas

Cerca de 5.000 agricultores de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte se reuniram no dia 13 de novembro, em Feira de Santana (BA), para a realização de ato público em comemoração à marca de 1 milhão de pessoas com acesso à água de qualidade na região, resultado do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), além de reivindicar a continuidade da parceria com o governo federal. Segurando uma bandeira gigante, com os dizeres: "Não dá para medir a felicidade do povo do semi-árido. Mas, se tivesse que medir, seria em litros", agricultores, monitores e equipe técnica do P1MC reivindicaram a assinatura de um novo convênio entre a Articulação no Semi-Árido (ASA) e o MDS, confirmado no mesmo dia pelo secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano.

www.asabrasil.org.br

ROBERTA CALDO/MDS



O ministro Patrus Ananias (segundo à esquerda) na cerimônia de abertura da conferência

Conferência pelo social na China

O ministro do MDS, Patrus Ananias, participou da Conferência Internacional "Taking Action for the World's Poor and Hungry People" (Agindo em Favor dos Pobres e Famintos do Mundo), realizada entre 17 e 19 de outubro, em Pequim, na China. Ananias falou na sessão plenária do dia 18 sobre as "Experiências que Resultaram no Progresso da Redução da Pobreza e da Fome" no país. Focada em 2020, a conferência buscou alternativas paralelas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Segundo os organizadores, em oito anos, 700 milhões de pessoas ao redor do mundo permanecerão na situação de pobreza ou extrema pobreza, e 600 milhões caminharão para a fome.

www.ifpri.org

Monitoramento de ações do Peti

A partir de outubro, as atividades socioeducativas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) passaram a ser monitoradas por meio do Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Peti (Sispeti), criado pelo MDS, que já entrou em funcionamento em todo o país. O Sispeti possibilita coletar dados qualitativos sobre a jornada ampliada, quantidade de monitores e horário de funcionamento de cada núcleo do programa. Além disso, o sistema controla a frequência mensal nos serviços socioeducativos destinados a crianças e adolescentes retirados da situação de trabalho e inseridos no Cadastro Único, cujos responsáveis estejam recebendo o benefício pelo Peti ou Bolsa Família.

www.mds.gov.br

RICARDO STUCKERT/PR



A secretária-executiva do MDS, Márcia Lopes; a primeira-dama Marisa Lefícia; o presidente Lula; e o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli

Inclusão produtiva para jovens

Com o objetivo de conhecer e avaliar projetos de geração de trabalho e renda para jovens beneficiários dos programas sociais do governo federal, foi realizado de 7 a 9 de novembro, em Brasília, o 2º Encontro Nacional do Projeto de Inclusão Produtiva de Jovens. Durante o evento, houve debates sobre inclusão produtiva, além da troca de experiências dos participantes e a apresentação de alguns projetos já em andamento. Dos 36 projetos em implementação, 19 estão voltados ao fortalecimento de redes de economia solidária, nove visam a criação de unidades produtivas coletivas e oito abrangem atividades de qualificação profissional. Estão envolvidos no projeto 218 professores universitários, 185 estagiários e 237 técnicos e consultores.

www.mds.gov.br

Agenda Social Quilombola

Em 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, foi lançado em Brasília (DF) o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, além da Agenda Social Quilombola, que reúne ações de 13 órgãos do governo federal. O principal objetivo é garantir direitos de cidadania às comunidades descendentes de escravos. O MDS participou das ações por meio da universalização do Programa Bolsa Família até 2011; da implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); e da elaboração de pesquisas sobre a situação alimentar e nutricional dos quilombolas. No total, serão aplicados R\$ 2,003 bilhões nos próximos quatro anos. A Agenda faz parte do esforço governamental em integrar ações de diferentes áreas para alcançar melhores resultados nas políticas sociais.

www.presidencia.gov.br

O representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas Negras (Conaq), Simplicio Arcanjo Rodrigues, discursa no lançamento da Agenda Social Quilombola



ANTÔNIO CRUZ/ABR

Encontro no Chile discute coesão social

"Coesão social e políticas sociais para atingir sociedades mais inclusivas na região Ibero-Americana" foi o tema da 17ª Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que aconteceu em Santiago, no Chile, entre os dias 8 e 10 de novembro. O ministro Patrus Ananias, do MDS, integrou a comitiva do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que reuniu presidentes e representantes de países como Argentina, Cuba, Espanha, México e Portugal, além do Brasil. A Conferência objetivou impulsionar a cooperação, coordenação e solidariedade regionais e os debates em torno do tema coesão social e políticas sociais para alcançar sociedades mais inclusivas na Ibero-América.

www.ciberamerica.org

Compromisso pelo desenvolvimento social

Em cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), no dia 21 de novembro, o MDS e a Petrobras assinaram termo de compromisso pelo aprimoramento e consolidação das políticas sociais do país. O evento fez parte do lançamento do programa "Desenvolvimento & Cidadania Petrobras". Estiveram presentes à cerimônia o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli e, representando o Ministério, a secretária-executiva, Márcia Lopes, e a secretária de Articulação Institucional e Parcerias, Kátia Campos. O termo de compromisso prevê a implementação de estratégias que visem a inclusão social e a geração de oportunidades de trabalho e renda para a população que se enquadra nos critérios dos programas do MDS.

www.mds.gov.br
www.petrobras.com.br

Marcelo Estraviz

Atual presidente e um dos fundadores da ABCR, Marcelo Estraviz é um dos responsáveis pela retomada das atividades da associação, que prepara para 2008 uma série de ações como encontros com associados e a realização de cursos certificados

Por Paula Craveiro

Ele é consultor de desenvolvimento institucional, com passagem pela área governamental, tendo ocupado cargos de direção em instituições e projetos ligados à Prefeitura e ao Governo de São Paulo. Também é conselheiro da ONG Trópis, presidente da associação de ex-alunos do Colégio Miguel de Cervantes e co-autor do livro *Captação de diferentes recursos para organizações da sociedade civil*.

Além de todas essas atribuições, Marcelo Estraviz é presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), entidade que recentemente retomou suas atividades após um breve período de paralisação. “Passamos por uma fase pouco produtiva, na qual chegamos a cogitar a possibilidade de extinção da ABCR. O grupo não tinha muito tempo para se encontrar, e o desânimo quase nos abateu. Mas, em um encontro realizado em 2006, onde se reuniram aquelas pessoas que deram início aos trabalhos em 1999, pudemos perceber o quanto se fez desde sua criação e chegamos à conclusão de que seria um desperdício e um retrocesso perdermos esse legado”, explica.

Em entrevista exclusiva à **Revista Filantropia**, Estraviz conta quais são os planos da ABCR para 2008 que, entre outras ações, engloba a realização de cursos certificados por instituições de ensino internacionais, como a Association of Fundraising Professionals (AFP). O presidente aborda ainda a profissionalização do setor, os principais desafios enfrentados pelos profissionais da área, expressa sua opinião à idéia do comissionamento de captadores e traça um paralelo entre o Brasil e os demais países em relação à mobilização de recursos.





Revista Filantropia: *Quem é Marcelo Estraviz e como você entrou na área de captação de recursos?*

Marcelo Estraviz: Minha carreira teve início na área empresarial, na qual trabalhava com marketing. Foi graças a essa experiência que tomei contato com o *fundraising*. Como já atuava como voluntário desde a época de faculdade, ficava buscando maneiras de aliar minha profissão ao voluntariado. Em 1996, fundei com mais algumas pessoas uma produtora cultural e captamos bastante dinheiro por meio das recém-criadas leis de incentivo fiscal.

Mas, meu maior passo se deu pouco depois. Percebi que, apesar de ter aparentemente saído da área empresarial, minhas dúvidas e angústias permaneciam. Eu continuava a ganhar dinheiro como empresário de cultura enquanto outras iniciativas, tão boas ou até melhores que as nossas, penavam para obter patrocínios e geralmente não conseguiam. Foi então que resolvi sair da sociedade, espairar um pouco e começar do zero em outra área, a social.

Esse tempo em que fiquei afastado das minhas atividades foi fundamental para que eu pudesse me envolver com outros temas. Assisti a palestras, encontros e reuniões; fiz também minhas primeiras consultorias voluntárias; e percebi que estava mais próximo do que eu gostaria de fazer, que era ajudar entidades a obter recursos para sua sobrevivência.

No início de 2000, quando já me considerava um profissional da área, lancei um livro em conjunto com outros autores da coleção *Gestão e Sustentabilidade*, do Instituto Fonte. Foi uma experiência riquíssima, pois tivemos alguns encontros para integrar o discurso e realizar o primeiro trabalho brasileiro referente ao tema gestão de entidades sociais. Além disso, o livro acabou gerando convites para que eu ministrasse cursos pelo país.

Nesse mesmo período, um grupo de profissionais captadores discutia ética em uma lista de discussão que criei. Esse grupo passou a perceber a importância de atuar de

acordo com um código de ética, inspirado em outras experiências internacionais.

Revista Filantropia: *E foi a partir dessa lista de discussão que a ABCR foi criada?*

ME: Exato! Dos debates que surgiam na lista para a criação de uma associação foi rápido. Foi a partir das idéias discutidas pelos participantes que nasceu a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). O curioso disso tudo é que, desde 2001, tive que me desdobrar para atuar em duas frentes, já que passei a trabalhar no Governo do Estado de São Paulo, na gestão do então governador Mario Covas.

Participei de algumas ações públicas que me dão muito orgulho, como a implantação do Acessa São Paulo e a implosão do Carandiru para a implantação do Parque da Juventude. Também fui diretor da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap). Meu último trabalho público foi na prefeitura, a convite do secretário municipal de Assistência Social, para implantar um novo programa com recursos da prefeitura e da União Européia, dedicado à inclusão social no centro da cidade – “Nós do Centro”.

Após desenvolvermos a metodologia e implantarmos o programa, decidi fazer um novo período sabático, desde o começo de 2007, e que deve encerrar-se no meio de deste ano. Essa nova parada se deu ao notar que, após esses anos em governos, estava mais uma vez me distanciando do meu objetivo, que era sair do modelo institucional para me dedicar a experiências pessoais mais gratificantes. E, aproveitando esse momento, estou terminando meu segundo livro sobre captação de recursos e um outro sobre ativismo social em tempos de web 2.0.

Assim, surge tempo disponível para dar continuidade à ABCR, tanto por meio do novo site como pelas novas ações que estamos promovendo para 2008. Tudo de

maneira muito singela, mas altamente prazerosa para mim.

Filantropia: *Para entrar no assunto: captação de recursos ou mobilização de capitais? Há diferenças entre as terminologias ou não passam de modismos?*

ME: Uso muito o termo mobilização de recursos. Mas concordo que muitos termos são modas passageiras. Mas uma coisa é certa, independentemente do termo e da moda, *fundraising* é uma atuação necessária e clássica no setor social. Falta apenas profissionalizarmos e difundirmos isso pelas entidades, como ocorre em outros países. Gosto do termo mobilização porque ele dá um sentido mais amplo. Captar me lembra “tomar para si”. Já mobilizar, engloba a idéia de usar recursos – não apenas financeiros – para uma causa. Mobilizar energias é mais interessante que captar energias.

Filantropia: *Por que a ABCR ficou basicamente paralisada nos últimos anos?*

ME: Porque foi, e ainda é, uma atividade desenvolvida por voluntários que têm suas próprias atividades, compromissos e urgências. Estou aproveitando este momento para me dedicar a essa retomada. Se não fosse assim, nenhum de nós, fundadores da associação, teríamos tempo suficiente para nos dedicarmos à causa da entidade.

O objetivo, nesta nossa gestão, será profissionalizar a entidade, mas antes, como sempre ressalta nosso presidente do conselho, René Steuer, vamos agregar valor, mostrar que a existência da entidade é importante e que, por isso, precisamos mostrar serviço.

Filantropia: *Quais são as pretensões da atual gestão, com a retomada das atividades da associação?*



**Ainda nos falta
consciência sobre
a importância da
captação de recursos.
Nós temos vergonha
em falar sobre dinheiro**

Os americanos sabem o prazer que é doar e o aprendem desde criança. Nós somente seremos bons captadores se vivenciarmos a experiência de que doar é uma delícia

ME: Tenho dito para a diretoria que devemos realizar ações simples e efetivas. Acredito que uma falha anterior tenha sido a alta expectativa dos fundadores – na qual me incluo. Realizar muitas coisas durante o pouco tempo disponível de cada um é humanamente impossível.

Nesta gestão, começamos pela retomada do site. O próximo passo será pequenos encontros com associados. Em breve, realizaremos cursos certificados por nós e por entidades internacionais, como a Association of Fundraising Professionals (AFP) e a Resource Alliance, por exemplo. Nossa gestão tem mais dois anos pela frente. Se em 2010 a ABCR estiver profissionalizada e tivermos nos transformado em centro de excelência reconhecido, teremos cumprido nossos objetivos.

Filantropia: *Quais os benefícios oferecidos aos associados da ABCR?*

ME: Por enquanto, não abrimos vagas para novos associados. Devemos fazê-lo no início de 2008, assim que organizarmos um sistema on-line de inscrição e pagamento. Mas, como disse, precisamos mostrar que somos úteis, criar valor. Tendo feito isso, os novos associados terão benefícios concretos, como descontos em cursos e eventos exclusivos. Hoje, somos pouco mais de 200 associados, todos comprometidos com um código de conduta. Mais do que agregarmos milhares de associados, queremos associados comprometidos com uma ética profissional que contribua para uma sociedade mais justa, por meio do fortalecimento de entidades que defendam causas.

Filantropia: *Como a ABCR se relaciona com outras entidades do setor no Brasil e no exterior?*

ME: Nossos principais parceiros internacionais são a AFP, nos EUA, e a Resource Alliance, na Europa. Neste momento, estamos nos aproximando de associações similares no Chile e na Espanha. Diria que esse trabalho internacional foi o que de melhor se fez nas gestões anteriores da ABCR. Cabe replicar esse relacionamento com outras entidades aqui no Brasil.

Com base em minha própria experiência, tenho interesse pessoal em nos aliarmos à Associação Brasileira de Marketing Direto (Abemd) e à Associação Brasileira de Anunciantes (ABA) para realizarmos concursos de cases de *fundraising* entre empresas que doam recursos e agências publicitárias que apoiam entidades de forma *pro bono*. A realização de prêmios sempre estimula o setor e profissionaliza os envolvidos pela lógica da melhoria da qualidade por meio da concorrência saudável.

Um de nossos vice-presidentes, Michel Freller, está realizando um excelente trabalho de aproximação com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para, juntos, podermos aprimorar e repassar conhecimento para o setor quanto a processos jurídicos envolvidos na captação. Outro caminho mais convencional é estreitarmos a relação já existente com o Instituto Ethos e com o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife). Neste segundo caso, posso adiantar que estamos organizando um evento em parceria, que em breve será anunciado.

Filantropia: *Atualmente, como você analisa o setor de captação de recursos no Brasil? Há profissionalismo ou o amadorismo ainda é predominante?*

ME: Diria que falta consciência sobre a importância dessa tarefa. Se visitarmos ONGs na Europa, ficaremos encantados com os departamentos de captação de recursos, cheios de profissionais, com campanhas para pessoas físicas, jurídicas, buscadores de recursos de fundações e governos. Aqui no Brasil, infelizmente, ainda estamos muito longe disso.

Nós temos vergonha em falar sobre dinheiro. Falamos como se fosse algo sujo, uma imoralidade. As entidades brasileiras, em sua maioria, são administradas por técnicos sociais, o que amplia ainda mais o distanciamento da tarefa em buscar recursos para sua sobrevivência. Preocupam-se muito com o atendimento de qualidade ao seu público-alvo, mas se esquecem de pensar em como continuar os atendendo. Sem contar que muitos ainda acham que correr atrás de recursos é um acinte. Preferiam estar em suas entidades dedicando-se somente a atender seus objetivos sociais.

Mas sou um otimista irreparável; vejo que a profissionalização do Terceiro Setor caminha lado a lado com a profissionalização da captação de recursos. Teremos boas histórias para contar daqui em diante. Porém, o lado ruim dessa história é que muitas entidades perecerão junto com a defesa de várias causas. Sobreviverão apenas as que forem capazes de mobilizar aliados.

Filantropia: *Com a expansão e o fortalecimento do Terceiro Setor no Brasil, a mobilização de recursos tornou-se uma área desafiadora dentro das organizações?*

ME: Tudo é desafiador no Terceiro Setor. E captar não é exatamente um grande problema. Ao contrário, é a solução para amainar os desafios das entidades. É a área que possibilita que as causas continuem sendo defendidas.

Filantropia: *Qual a posição do Brasil em relação a países como os EUA, que possuem um mercado forte e profissionalizado há muitos anos? Se possível, dê outros exemplos.*

ME: O Brasil ainda está engatinhando. Para falar sobre isso, teria que abordar a história da captação no país, em perspectiva com a realidade americana e europeia. Costumo dizer que, nesse caso, somos mais parecidos com o modelo europeu do que com o americano. Nós ainda falamos de dinheiro com vergonha. Já os EUA falam de dinheiro sem sentimento de culpa. Lá, qualquer cidadão se envolve com atividades sociais de forma pragmática: compra um brinde com a marca da ONG ou vai a um jantar beneficente mesmo sendo muito mais caro, pois sabe que o lucro obtido irá para uma determinada causa. Eles fazem assim porque seus pais, avós, bisavós também faziam.

Eu comento em minhas aulas que isso só ocorre porque os americanos sabem claramente o prazer que é doar e o aprendem desde criança. Nós somente seremos bons



captadores se vivenciarmos a experiência de que doar é uma delícia. Os europeus estão percebendo isso agora também, por isso gosto de acompanhar a trajetória do fundraising por lá, pois esse desenvolvimento se assemelha ao nosso em idade.

Filantropia: *Sabe-se que um projeto mal elaborado, ou mesmo mal redigido, tem menos chances de ser aprovado e de conquistar os recursos. Quais são os “sete pecados” cometidos pelos profissionais neste setor?*

ME: Realizar projetos é uma das muitas atividades do captador. Se você se refere a projetos para obtenção de recursos por meio de fundações internacionais, por exemplo, diria que existem dois grandes pecados: a falta de clareza ao fazer um orçamento, que geralmente não contabiliza recursos já existentes; e o excesso de otimismo na proposta. Vale mais a pena ser realista, mostrar as dificuldades que podem surgir, inclusive apontando e contabilizando isso. Fazendo dessa maneira, o doador perceberá que quem fez a proposta é um gestor sensato e pragmático.

Mas se você se refere a projetos para obtenção de recursos com empresas, os pecados são outros: dependendo da postura do captador em uma reunião, ele pode perder oportunidades por falta de visão. Outro erro vem em decorrência do anterior: por não privilegiarem o relacionamento e, sim, a busca de recursos imediatos, não conseguem gerar confiança no potencial doador. Ainda existem, porém, muitos outros pecados, que variam conforme a situação em que se encontra o profissional.

Filantropia: *O profissional que capta recursos para uma ONG pode ser o mesmo que trabalha para uma instituição educacional? Como se dividem as sub-áreas dentro da captação de recursos?*

ME: Não pode, não! A ABCR defende claramente a profissionalização da captação de recursos por meio da criação de departamentos de mobilização dentro das entidades. Esses profissionais devem trabalhar para uma única entidade. Não dá para confiar em um captador que tenha em sua “carteira de projetos” uma infinidade de causas. Soa estranho.

Imagine a cena: “Hoje tenho mico-leão dourado e criança com câncer, qual vai querer, patroa?”. Não é coerente. Um dos problemas é que existem muitos profissionais assim aqui no Brasil... Uma pena, pois as entidades que dependem deles desaparecerão em breve, junto com suas causas.

Filantropia: *Você acredita que, hoje, as entidades buscam mais transparência frente a seus stakeholders, seja na apresentação do orçamento de seus projetos, na clareza da destinação dos recursos ou na prestação de contas?*

ME: Acho que sim, mas ainda é insuficiente. Sou partidário à transparência absoluta, não apenas das entidades, mas de governos, políticos e tudo que se relacione às tarefas públicas. Minha opinião é que, a partir do momento que as entidades recebem recursos de governos, empresas e pessoas físicas, esse dinheiro torna-se público e, por isso, deve ser demonstrado no site da entidade como ele foi gasto, quanto sobrou, quanto falta, quanto custou isso ou aquilo.

Filantropia: *Como o profissional deste setor pode se aprimorar?*

ME: Fazer cursos sobre o tema que se trabalha ajuda bastante, assim como ter grande curiosidade por pesquisar sobre as fundações e as empresas. Mas não é só isso. Nos estatutos da ABCR, consta uma tarefa que será preciso realizar na próxima década, que é a de oficializar a profissão, para que ela conste no código brasileiro de profissões. Isso é uma necessidade, embora insuficiente. Pela ABCR, pretendemos trabalhar para esse fim, além de gerar uma formação que possa ser minimamente certificada, o que ainda não existe no Brasil.

Profissionais carregam suas certificações por seus estudos fora, na Universidade de Indiana ou em outras entidades certificadoras. Temos conversado com a AFP para, em um primeiro momento, criarmos uma certificação mista AFP/ABCR e, em seguida, termos uma certificação brasileira, contendo as nossas realidades.

É importante frisar que o fato de um captador ser associado da ABCR não o certifica instantaneamente. Cabe sempre a sintonia do captador com a causa que está contratando. Uma defesa que venho fazendo para entidades pequenas é a de que contratem recém-saídos das universidades, que têm o sincero interesse em crescer junto com a entidade. Isso permite que, aos poucos, possam receber melhores salários assim que a entidade passa a receber mais recursos. É um modo saudável de as



entidades comecem seus departamentos de mobilização de recursos.

Filantropia: *Uma polêmica – Você é a favor do comissionamento do captador de recursos? Qual a maneira mais justa e honesta de remunerar este profissional, ou este trabalho deveria ser exclusivamente voluntário?*

ME: Sou terminantemente contra. Da mesma maneira que não faz sentido um captador “vender” mico-leão dourado e criança com câncer simultaneamente, não faz sentido um captador reter parte de uma doação. Como você, sendo doador, se sentiria ao saber que 10% do dinheiro que acabou de doar para reformar uma creche foi parar no bolso do captador? Você não preferiria que esses 10% se transformassem em telhas? Para esse tipo de situação, existe algo mais simples e clássico: a contratação como funcionário. Com isso, o profissional receberá seu salário assim como qualquer outro funcionário da entidade. Essa é a nossa defesa.

Filantropia: *A ABCR está prevendo algum evento em 2008?*

ME: Para 2008, além dos encontros com os associados e a realização do primeiro curso certificado, temos o objetivo de fortalecer os núcleos regionais, que hoje são três, além de São Paulo: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belém. Devemos fazer um evento em Salvador (BA), para fortalecer a rede de captadores no Nordeste do país.

Também estamos organizando os temas mais interessantes para a realização de eventos para não-sócios. Conforme os projetos forem se concretizando, disponibilizaremos as informações em nosso site. 

Links

 www.captadores.org

Terceiro Setor na TV: o caminho das pedras

Gestores precisam planejar melhor a comunicação institucional, já que a mídia televisiva reserva escassos espaços para as entidades sem fins lucrativos

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br



As instituições do Terceiro Setor – seja no Brasil ou em qualquer parte do mundo – enfrentam, em maior ou menor grau, os mesmos problemas diários. Verbas curtas e dificuldades para atender seu público-alvo são obstáculos a serem superados. Para completar, a mídia, que já dedica tão pouco espaço para o tema, torna-se cada vez mais seletiva, fechando os canais para a divulgação do trabalho das organizações sem fins lucrativos.

A televisão é o meio de comunicação menos acessível ao apelo de uma campanha social, principalmente se partir de entidades menos conhecidas. Já as mais admiradas pela população em geral, como Abrinq, Instituto Ayrton Senna, AACD, Sociedade Pestalozzi e Apae, têm maior acesso na comunicação com a sociedade por meio de grandes canais de televisão – seja em telejornais, espaços publicitários cedidos ou em programas anuais para arrecadação de fundos – a exemplo do Teleton, organizado pelo SBT, que reverte recursos para a AACD.

E as pequenas e médias entidades, não menos sérias e que também prestam grandes serviços à sociedade? Como podem mudar esse cenário e conquistar um canal direto de comunicação na TV, a fim de difundir seus valores e mostrar o trabalho desenvolvido em prol da comunidade? Boas perguntas às quais gestores de instituições sociais que se enquadram no perfil acima devem procurar respostas todos os dias.

Portas de entrada

É certo que no Terceiro Setor, assim como em qualquer ramo da atividade humana, há organizações que se comunicam bem e aquelas que deixam muito a desejar. A própria mídia acaba fazendo essa seleção natural ao escolher suas fontes. As ONGs menos preparadas,

então, perdem espaço, pois desconhecem os caminhos e têm uma dificuldade extrema em manter contato e atender adequadamente pauteiros, repórteres, editores e produtores, que são os responsáveis por decidir o conteúdo de noticiários e programas.

No caso das TVs, que mudam sempre suas equipes, é fundamental manter um mailing atualizado. Para quem pode, a contratação de uma assessoria de imprensa é uma excelente solução para entrar na chamada



Para 'virar notícia', o primeiro passo é encaminhar uma sugestão de pauta que realmente seja interessante para o telespectador do programa em questão

“mídia espontânea” – as matérias jornalísticas e entrevistas, por exemplo –, talvez o espaço mais nobre entre os meios de comunicação.

Para “virar notícia”, o primeiro passo é encaminhar uma sugestão de pauta que realmente seja interessante para o telespectador do programa em questão. Atualmente, a televisão conta com escassa programação voltada exclusivamente para o Terceiro Setor. Na TV aberta, além dos canais educativos, como TV Cultura e TVE, existem raros programas, como o semanal Ação, da Rede Globo (reapresentado no Canal Futura), que dão espaço para o campo social.

O Canal Futura, que é transmitido em TV por assinatura, e o canal de notícias financeiras Bloomberg veiculam anúncios institucionais de entidades, no intervalo de seus noticiários. Care, The Nature Conservancy e Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD) são algumas das organizações sem fins lucrativos beneficiadas pela iniciativa.

Na TV aberta, os telejornais e determinados programas de auditório abrem restrito espaço para as entidades sociais. Em geral, são poucos minutos ou mesmo segundos. É em função dessa velocidade, característica própria da televisão, que as ONGs precisam fortalecer sua comunicação. Os gestores, entretanto, não devem ficar aborrecidos quando percebem as chances perdidas de a entidade que dirige participar de uma reportagem na TV. Basta apenas evitar que o erro se repita.

Mensageiro institucional

Paralelamente à implantação de um Departamento de Comunicação, que pode ser terceirizado, é fundamental que a entidade tenha porta-vozes preparados para atender a imprensa e jamais desprezar um veículo de mídia, mesmo que seja pouco conhecido – como as tevês comunitárias. Elas são boas mídias para se iniciar um trabalho de comunicação; apesar de não ter audiência como as grandes redes, têm um público cativo.

Vale ressaltar que muitas vezes o ego faz com que o presidente da instituição pautada seja o porta-voz e tome a frente da entrevista. No entanto, nem sempre esta é a decisão mais sábia. Os porta-vozes podem fazer parte da diretoria, atuar em uma coordenadoria ou, em muitos casos, ser um profissional especializado em determinada área, o qual está mais apto para falar a respeito do trabalho desenvolvido. Em todo caso, é imprescindível a escolha de alguém desinibido, que tenha boa interlocução e não fique nervoso em frente às câmeras.

RAFAEL TADEU BARTO



Entretanto, é preciso tomar muito cuidado com declarações à mídia televisiva. O exíguo tempo disponível é uma realidade que pode levar a mal entendidos. Uma palavra usada erradamente ou uma entonação de voz com ar nervoso pode ser suficiente para arruinar a imagem da entidade. Na televisão, que tem na rapidez da apuração e no imediatismo os motes principais, a adoção de filtros que detectem equívocos antes da edição das imagens tende a comprometer a qualidade da reportagem, pois tanto o repórter quanto os editores podem não captar a idéia dentro do contexto.

E, acredite, é certo que nenhum dos dois vai entrar em contato para confirmar determinado trecho. Ou substitui por outra fonte ou simplesmente, corta! Essa atitude muitas vezes pode ser por pura arrogância do jornalista ou vergonha de perguntar. Mas, em geral, o tempo é sempre o “culpado”.

Para as entidades que já têm acesso à televisão, a presença de um assessor de imprensa no momento da gravação da entrevista é fundamental. Como capta melhor o encadeamento do pensamento do assessorado, este profissional pode perceber deslizes e equívocos, colaborando para que as informações corretas sejam divulgadas.

O mesmo vale quando o porta-voz da ONG estiver, por exemplo, em uma entrevista ao vivo. Nesse caso, a correção pode ser feita enquanto a transmissão do programa está no ar. O assessor tem a obrigação de avisar o produtor sobre o equívoco. Este, por sua vez, avisará o entrevistador/apresentador que é preciso fazer uma complementação ou errata.

Como se pode perceber, são muitos os cuidados que devem tomar os gestores para ter sua entidade na telinha, mas a recompensa de uma veiculação é imensurável. Se depois de tudo isso a instituição continuar enfrentando dificuldades em obter mídia gratuita, vale a pena arrendar um horário em uma tevê pequena ou estação de rádio. Após formatar o programa ou anúncio, uma opção é procurar parceiros na iniciativa privada para comprar o espaço e viabilizar o programa. Então, é só seguir em frente. 🍀

Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

Carbono social e captação de recursos

O mercado de crédito de carbono está absolutamente estruturado pela tríade da sustentabilidade: ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável

Eduardo Magalhães
magaedu@uol.com.br



Dividido em duas partes, o presente artigo abordará todas as particularidades centrais referentes à captação de recursos por meio do comércio de créditos de carbono. Nessa primeira etapa, discutiremos essencialmente os fundamentos gerais do Protocolo de Kyoto e sua relação com o funcionamento do recém-criado mercado de carbono, as várias possibilidades de negócios nesse novíssimo mercado e algumas das mais importantes experiências desenvolvidas no Brasil até o presente momento.

Na segunda, desenvolveremos especialmente os passos mais importantes para a elaboração e aprovação de projetos de crédito de carbono, bem como introduziremos um debate sobre os seus mais relevantes aspectos tributários.

Protocolo de Kyoto

O comércio de crédito de carbono está se tornando a atividade mais promissora no mercado de captação de recursos para a área ambiental¹. Apesar de os negócios ambientais baseados na redução da emissão de gases do efeito estufa (GEE) serem anteriores ao Protocolo de Kyoto², eles somente adquiriram projeção a partir de 1997, com a assinatura do acordo.

O objetivo do protocolo é diminuir a emissão dos GEE – dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, hexafluoreto de enxofre, hidrofluorcarbonos e perfluorcarbonos –, essencialmente por meio do uso de energias renováveis e não-poluidoras; como é o caso dos biocombustíveis. Ressalta-se que essa diminuição deve ser de 5,2% comparando-se com as emissões do ano de 1990 para o período entre

2008 e 2012. Nesse ajuste, os países referidos estão divididos em dois grandes grupos.

O primeiro é o das nações do anexo 1: países europeus ocidentais; países industrializados do leste europeu; países industrializados da ex-União Soviética; Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Japão. Os Estados Unidos, que sozinhos são responsáveis por 25% da emissão de GEE do planeta, juntamente com a Austrália e o Japão, não assinaram o Protocolo de Kyoto. Em sociedade com Índia, China e Coreia do Sul, constituíram a Parceria da Ásia-Pacífico para Desenvolvimento Limpo e Clima. A meta desse acordo é diminuir o efeito estufa por meio do desenvolvimento de novas tecnologias energéticas, e não da redução obrigatória dos GEE. O segundo grupo é o dos países não-anexo 1, que engloba os países em desenvolvimento, como o Brasil.

Por um instrumento previsto no art. 12 do Protocolo de Kyoto, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)³, os países do anexo 1, obrigados a diminuir emissões, podem fazê-lo investindo em projetos de redução nos países em desenvolvimento. Ou seja, trata-se de excelente oportunidade para as empresas brasileiras que podem receber não só tecnologia, mas também recursos de empresas estrangeiras empenhadas em obter Certificados de Emissões Reduzidas (CERs).

Os CERs são o resultado da quantificação da redução de emissão de GEE ou carbono sequestrado, os quais podem ser vendidos a corporações de países do anexo 1 que assim podem utilizá-los tanto para abater de sua cota de emissão eventualmente superada ou simplesmente comercializar tais créditos no mercado de carbono.



Possibilidades de negócios

São vários os setores da economia que podem desenvolver projetos de MDL. Dentre eles, sublinhamos: geração elétrica, co-geração com biomassa, disposição e manejo de dejetos, aterros sanitários que tratam ou reaproveitam os GEE, substituição de combustíveis (produção e uso de biocombustíveis), indústria química, melhoria na eficiência de processos produtivos (processos industriais), atividades de reflorestamento e uso sustentável de madeira e agricultura ou agropecuária. São, dessa maneira, passíveis de serem transformados em projetos de MDL todos que ou possibilitam a diminuição na emissão dos GEE ou que removam (seqüestrem) carbono da atmosfera.

Os créditos de carbono (CERs) podem ser comercializados diretamente entre empresas ou em bolsa. No caso do Brasil, a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), que criou um sistema eletrônico (banco de projetos) justamente para esse fim. O valor aproximado da tonelada de carbono em um projeto de MDL é bastante instável, podendo variar entre US\$ 1 a US\$ 3 na Bolsa de Chicago (Chicago Climate Exchange) até 5 a 7 euros pagos pelo governo holandês.

Segundo dados de 2004/2005 do Banco Mundial, os principais compradores de créditos de carbono são Japão, Holanda e Reino Unido, sendo os vendedores mais importantes a Índia e, depois, o Brasil. Conforme a Embrapa, para o período de 2008-2012, a potencialidade anual de participação do Brasil nesse mercado é de, no mínimo, US\$ 400 milhões.

Experiências desenvolvidas

A seguir, sublinhamos as experiências mais significativas no Brasil:

- **Bioheat International** – Em 2006, a empresa holandesa adquiriu créditos de carbono da indústria de alimentos Camil, do Rio Grande do Sul, no valor de 1,5 milhão de euros. A Camil foi a primeira empresa brasileira a obter lucros com esse mercado.

Resultado da geração de energia elétrica produzida com a queima da casca de arroz, a empresa deixou de emitir na atmosfera 207 mil toneladas de CO₂.

- **Vega Bahia** – Após investir US\$ 150 mil dólares e 3.000 horas de consultoria desde 2001 para elaboração do projeto de MDL, a empresa (controlada pela belgo-francesa Suez) obteve o direito de comercializar 5 milhões de créditos de carbono, que poderá gerar entre US\$ 15 a US\$ 45 milhões.
- **NovaGerar** – Foi o primeiro projeto certificado de MDL em todo o mundo. Segundo estudo de caso¹, a empresa NovaGerar, de Nova Iguaçu (RJ), não obteria viabilidade econômica de seu negócio para gerar energia elétrica a partir dos gases provenientes de seu aterro sanitário. O empreendimento somente foi possível quando se agregou valor com o crédito de carbono. Além de angariar uma taxa interna de retorno de 36,19% ao ano, diminuiu-se impactos ambientais por meio da redução de emissão dos GEE.
- **Instituto Ecológica** – Na Ilha do Bananal (TO), em 2006, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) comprou da ONG Instituto Ecológica 11 mil CERs. Esse projeto é um dos exemplos possíveis da união entre o mercado de crédito de carbono e de biodiesel. Nesse caso, o biodiesel substituiu o combustível fóssil para movimentação de bombas hidráulicas utilizadas na irrigação, tração para sistemas agroflorestais e produção de energia.
- **Projeto Plantar** – Em parceria com o Banco Mundial, a empresa Plantar elaborou o primeiro projeto do mundo que gerará créditos de carbono a partir do reflorestamento de matas nativas. Ao longo de 28 anos, a atmosfera se verá livre de 12,8 milhões de toneladas de GEE, entre eles o metano. Isso será

possível devido ao seqüestro de carbono realizado pelas florestas plantadas e também pelo uso de carvão vegetal, provenientes dessas florestas de eucalipto, na produção de ferro.

- **Prefeitura de São Paulo** – Em setembro de 2007, o banco holandês Fortis Bank NV/SA pagou 16,20 euros por cada um dos 808.405 créditos de carbono da Prefeitura de São Paulo. Esse foi o primeiro leilão de crédito de carbono realizado pela BM&F dentro da perspectiva do MDL. Os créditos de carbono criados correspondem ao gás metano que deixará de ser emitido do aterro sanitário Bandeirantes ao serem canalizados para uma usina de energia elétrica.

Elaboração de projetos

Entretanto, para que seja possível utilizar as ferramentas disponibilizadas pelo Protocolo de Kyoto, é necessária a elaboração de projetos de inquestionável qualidade, para que possam ser aprovados e, assim, resultarem nos Certificados de Emissões Reduzidas. Essa tarefa não é das mais fáceis em virtude da escassez de experiência acumulada. Não obstante, no próximo número da **Revista Filantropia**, indicaremos os princípios básicos e caminhos fundamentais que devem fazer parte e orientar projetos de excelência no âmbito do MDL. ☺

¹ RODRIGUES, EDUARDO MAGALHÃES. CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A ÁREA AMBIENTAL. REVISTA FILANTROPIA NÚMERO 31, SÃO PAULO, 2007.

² EXPERIÊNCIAS EXISTENTES NO REINO UNIDO, UNIÃO EUROPEIA E NA BOLSA DO CLIMA DE CHICAGO.

³ EM INGLÊS CDM (CLEAN DEVELOPMENT MECHANISM)

⁴ SEGRETI, JOÃO BOSCO; BITO, NELSON SATIO. CRÉDITO CARBONO: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA NOVA GERAR. DOAJ (DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS)

Eduardo Magalhães. Sociólogo, professor e consultor para o Terceiro Setor, diretor da organização Saúde e Cidadania e do Gats, membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e coordenador nacional de Projetos da Building and Wood Workers' International (BWVI).

Estatuto e outros documentos de entidades beneficentes e religiosas

Para cada tipo de entidade há um protótipo estatutário, mas a organização de registros é regra geral

Sergio Roberto Monello
atendimento@sergiomonello.com.br



úmeros são os conceitos de estatuto social de entidade beneficente e de entidade religiosa. Destaco: 1) carta de princípios que rege o funcionamento de uma associação ou fundação ou organização religiosa; 2) conjunto de regras que norteiam a vida e o funcionamento de uma associação, fundação ou organização religiosa. Na doutrina jurídica, são encontrados vários conceitos de estatuto social. Segundo Plácido e Silva, “em sentido amplo, entende-se a lei ou regulamento que se fixam os princípios institucionais ou orgânicos de uma coletividade ou corporação, pública ou particular”. Segundo José Náufel, estatuto social “é o conjunto de normas fundamentais regentes de uma sociedade anônima, associação ou sociedade civil”.

O estatuto social deve dar suporte legal à estruturação, organização, governo, administração e vida da associação, organização religiosa ou fundação. Assim, para cada tipo de entidade, haverá um protótipo estatutário. E, para cada tipo de estrutura organizativa, haverá um estatuto social adequado a essa realidade. No estatuto social devem constar os princípios norteadores da vida da instituição, ou seja, os pilares que asseguram e garantem a vida da entidade e sua continuidade pelos tempos. As peculiaridades da vida da instituição, seus detalhes e aspectos organizativos devem constar de diretório, regimento e/ou regulamento e de outras formas que o estatuto social determinar.

Apresento a seguir 25 pontos essenciais que devem estar presentes no estatuto social: 1) a entidade não faz discriminação de raça, nacionalidade, idade, sexo, credo religioso,

político e condição social; 2) a diretoria e os órgãos deliberativos, administrativos e decisórios da entidade não recebem qualquer tipo de remuneração pelo exercício de suas funções; 3) não haverá distribuição de lucros, dividendos ou parcelas do patrimônio social da entidade; 4) possibilidade da reforma total ou parcial do estatuto social; 5) os membros associados não respondem sequer subsidiariamente pelos encargos e as obrigações da entidade; 6) clareza e precisão quanto às pessoas e órgãos, que representam a entidade ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente; 7) clareza e precisão quanto aos órgãos de governo da entidade; 8) clareza e precisão quanto aos órgãos de administração e fiscalização da entidade; 9) clareza na definição dos órgãos de assessoramento da entidade; 10) local da sede e do foro judicial; 11) duração da entidade; 12) constituição de filiais e sua organização; 13) constituição de departamentos e sua organização; 14) constituição de setores e núcleos de atividades e sua organização; 15) associados: forma de admissão, demissão e exclusão; 16) associados: direitos e deveres; 17) da dissolução ou extinção e do destino de seu patrimônio social; 18) eleição, posse e mandato da diretoria e dos outros órgãos eletivos; 19) dos recursos econômicos e financeiros da entidade; 20) do balanço patrimonial e demonstrações contábeis; 21) dispor que a entidade presta serviços gratuitos; 22) dispor que auxílios e subvenções serão aplicados nas finalidades a que se destinarem; 23) dispor sobre a concessão de gratuidades, mas nunca em valores econômicos e/ou em percentuais; 24) estabelecer critérios sobre os casos omissos ou duvidosos na interpretação do estatuto social;

O estatuto social não deve ser um tropeço na administração, e, sim, adequar-se à realidade da entidade, possibilitando agilidade em seu modo administrativo



25) estabelecer sobre as disposições anteriores (estatuto social anterior) quando da entrada em vigor do novo estatuto social.

A elaboração do estatuto social deve ser organizada com uma boa técnica jurídica, como em: livros, títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos, incisos (itens) e alíneas (letras). O estatuto também pode ter sua abertura por meio de um “preâmbulo”, “proêmio”, que deve apresentar a entidade em síntese. O caráter, objetivos e finalidades da entidade beneficente devem ser evidenciados com precisão e clareza.

Ainda devem ser observados de maneira rigorosa o Direito Constitucional, o Direito Civil, o Direito Tributário, o Direito Fiscal, o Direito do Trabalho, o Direito Previdenciário e, sem dúvida alguma, o Direito Próprio e, no caso das entidades da Igreja Católica, o Código de Direito Canônico.

Entidades declaradas de utilidade pública e reconhecidas como de assistência social

O caráter e os objetivos institucionais constantes do estatuto social da organização na época de seu reconhecimento como entidade beneficente de assistência social pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e de sua declaração de Utilidade Pública Federal não podem, em princípio, ser modificados. Para não haver dificuldades futuras, qualquer alteração estatutária em seu caráter e em suas finalidades institucionais deve ter a aprovação do CNAS, pois está sujeita ao cumprimento das normas estatuídas pelo CNAS e pelo Ministério da Justiça.

Portanto, o estatuto social de entidade beneficente de assistência social deve estar em conformidade com as normas legais que regem essas instituições. Já, as entidades religiosas, devem ser organizadas, civilmente, como organização religiosa, observando as normas contidas no Código Civil Brasileiro e no Direito Próprio.

Cada instituição deve elaborar o seu estatuto social de acordo com sua natureza, seu caráter, fisionomia, objetivos e, ainda, de acordo com o seu “carisma”. O carisma tonifica a entidade, a estimula a promover a coletividade e o bem comum. Cada entidade é um ser que possui suas próprias características e suas próprias dificuldades. Na elaboração do estatuto social, o advogado deve ser informado de todas as peculiaridades da instituição, com a clareza do carisma e dos ensinamentos norteadores.

Cada instituição deve ter o seu próprio estatuto social de acordo com sua personalidade, características e carisma motivador de suas ações apostólicas. Por estas razões, um estatuto social não deve ser copiado de outra instituição, pois cada entidade tem sua própria personalidade e suas próprias características.

Outro ponto importante são os casos omissos previstos no estatuto social, que devem ser dirimidos pelos órgãos a quem o estatuto venha a estabelecer este poder, em ata amplamente fundamentada. O estatuto social em conformidade com o Código Civil e a Lei dos Registros Públicos deve ser registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. 

Diretórios e regimentos

O diretório, o regimento interno, o regimento escolar, o regulamento e outras formas disciplinadoras das atividades da entidade devem ser elaborados em plena sintonia e observância ao estatuto social. Jamais os mecanismos explicadores do estatuto social podem feri-lo ou dizer além ou aquém do que o mesmo regula ou disciplina.

O estatuto social para a entidade é como a Constituição para um Estado. Observa-se em muitas entidades beneficentes que seus diretórios, regimentos, regimentos escolares, regulamentos e outras normas muitas vezes extrapolam as normas estatutárias. Isto jamais pode ocorrer sob pena de irregularidade, de ilegalidade e risco de declaração de nulidade dos atos praticados.

Registro de atas

Por princípio, toda e qualquer ata das assembléias gerais e dos órgãos diretivos de uma entidade beneficente deve ser registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. Entretanto, no dia-a-dia, são apenas registradas aquelas que tratam de mutações patrimoniais, de valores econômicos ou de ônus patrimoniais para a entidade.

Livros de Atas

Tantos quantos forem os órgãos da entidade, tantos serão os Livros de Atas. A entidade deve possuir, separadamente, um livro de ata para cada órgão. Exemplo: Livro de Atas das Assembléias Gerais; Livro de Atas das Reuniões da Diretoria; Livro de Atas do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais (CaeF) etc.

As atas podem ser processadas por sistema eletrônico, devendo a entidade mantê-las em ordem de dia, mês e ano e de acordo com o órgão a que se refira. As atas feitas por processamento de dados podem ser encadernadas por período e se constituir em Livro de Atas daquele órgão e daquele período.

Livro de Associados

Toda entidade deve possuir o Livro ou a Ficha de Registro de Associados, que deve ser previamente registrado e rubricado pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas. A inscrição dos associados deve ser feita de conformidade com o disposto no estatuto social. Portanto, a inscrição ou a baixa de associado no Livro ou Ficha de Associados se dá após a lavratura de ata de admissão, demissão ou exclusão.

Sergio Roberto Monello. Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

A relação entre empresas e voluntários

“Para que o nosso desejo de um mundo melhor para todos se transforme em realidade, precisamos, mais do que nunca, do engajamento dos voluntários”

Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU

Tatiana Magosso Evangelista
tatiana@mbiasoli.com.br



Para que não parem dúvidas sobre a inexistência de vínculo trabalhista, é essencial que seja celebrado o termo de adesão entre a entidade e o prestador do serviço voluntário

Atualmente, em razão de toda a divulgação existente em torno do trabalho voluntário, quando se propaga a sua importância, seja no âmbito pessoal ou profissional, as pessoas físicas e jurídicas se encontram imersas em questionamentos envolvendo o tema.

O maior problema que envolve o voluntariado, e acaba por muitas vezes tornando um obstáculo intransponível, está na segregação entre voluntário e empregado. Este último, regido nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), possui diversos direitos e obrigações, que não se aplicam ao voluntário. Daí a necessidade da correta distinção.

A lei nº 9.608/98 fixa requisitos essenciais que devem ser observados para a configuração do serviço voluntário, ou seja, “a atividade não-remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não-lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Parágrafo único – O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim”.

Desta feita, para que não parem dúvidas sobre a inexistência de vínculo trabalhista, é essencial que seja celebrado o termo de adesão entre a entidade e o prestador do serviço voluntário, indicando o objeto e as condições do trabalho voluntário, com toda a descrição do serviço que será prestado, dia da semana, horário, local, sempre o mais preciso possível.

Incentivo das empresas ao trabalho voluntário

As empresas, atualmente, seja em razão da sensibilidade junto aos problemas sociais que este país enfrenta ou mesmo pela pressão de seus próprios consumidores, apóiam distintos projetos sociais ou possuem sua própria entidade. Pesquisas recentes realizadas pelo Instituto Ethos e pelo jornal *Valor Econômico* mostram que 22% dos consumidores já puniram ou privilegiaram empresas em razão da sua responsabilidade social.

Assim, como meio de implementar sua atuação social, uma vez que perceberam que podem proporcionar à sociedade uma contribuição maior do que apenas doar dinheiro, e mesmo em prol de seus colaboradores, muitas incentivam os funcionários a prestar serviços voluntários, acreditando que, assim, estão aumentando o espírito de equipe e dando mais motivação e confiança para resolverem os problemas da empresa – o que gera maior respeito e admiração pela empresa em que trabalham –, entre outros fatores.

Tal medida é extremamente positiva. No entanto, há certos cuidados que devem ser destacados:

- a) **Compete às empresas incentivarem o trabalho voluntário e esclarecem o que isto representa** – O trabalho voluntário, como sua denominação indica, é algo que deve partir da pessoa que possui a intenção real de se dedicar a produzir uma mudança positiva tanto nas pessoas quanto na sociedade, especialmente no que se refere à justiça social, à distribuição de recursos e de oportu-

nidades. Todos podem ser voluntários, independentemente de idade, condição social ou profissão. Basta querer.

As empresas, ao incentivarem que seus funcionários participem de serviços voluntários, poderão indiretamente forçá-los a tanto, o que resultaria em prejuízos às entidades que os recebem. A dedicação, o empenho e o engajamento do voluntário na finalidade da entidade são essenciais para que o serviço voluntário seja produtivo e efetivo, e não um problema para a entidade.

Como antes já orientado, em artigo anteriormente publicado nesta revista, as entidades não são obrigadas a receber todos aqueles que se propõem a prestar serviços voluntários. Elas identificam se aquela pessoa é apta para a tarefa, se possui habilidades que se adequam às reais necessidades, pois do contrário, o voluntário tende a trazer problemas, e não soluções.

As empresas, ao incentivarem seus funcionários a serem voluntários, devem ter em mente a necessidade de orientá-los sobre o que vem a ser um trabalho social voluntário, uma vez que este deve ser encarado com responsabilidade e profissionalismo. Não se pode esquecer que sempre há regras a serem seguidas e metas a serem cumpridas, não importando a causa ou a amplitude do projeto, devendo possuir o desprendimento e a consciência dos problemas ao se enfrentar com a realidade, para doarem seu tempo como voluntários.

- b) **Trabalho voluntário x horas extras** – A hora extra poderá ser configurada quando o funcionário, finalizado o horário de trabalho, continuar como voluntário, seja na mesma empresa, seja na entidade que pertence à empresa. Isto porque este período suplementar pode ser configurado posteriormente como hora extra, e vir a ser pleiteado pelo próprio funcionário/voluntário – o que acarretará, se reconhecido, em implicações trabalhistas e financeiras para a empresa.

Os cuidados necessários, neste caso, são: exigir que o funcionário assine o Termo de Adesão ao Trabalho Voluntário; prever o dia da semana em que irá atuar – no máximo dois dias por semana; o horário; e a função – que preferencialmente deve ser distinta da função assumida como empregado. Ainda assim, tomados todos estes cuidados,

existe o risco de que reste configurado este trabalho voluntário como hora extra.

- c) **Reembolso x salário** – O voluntário, por determinação legal, não é remunerado e não possui vínculo trabalhista com a entidade para qual presta seus serviços. Assim sendo, não pode receber nenhum valor a título de remuneração, seja da forma que for; uma vez que, caso recebido, as chances para este valor integrar o valor do salário são grandes, e as consequências também, pois repercute em todos demais direitos trabalhistas. Ainda, o voluntário pode, quando prestar serviços para entidade diversa da empresa que trabalha, pleitear o reconhecimento do vínculo trabalhista, com fundamento na onerosidade, um dos requisitos do art. 3º da CLT.

O voluntário somente pode receber o reembolso das despesas gastas em prol da entidade quando forem devidamente autorizadas com antecedência e comprovadas.

- d) **Como não errar** – As empresas devem se atentar quanto aos cuidados despendidos ao funcionário/voluntário, para que o auxílio aos mesmos seja benéfico, e não um problema, razão pela qual algumas medidas devem ser implantadas:

- Criação de um departamento de voluntários, com o objetivo de administrar o trabalho do grupo de pessoas que se predispõem ao trabalho voluntário.
- Realização de pesquisa interna com os funcionários para conhecer seus interesses e as necessidades da comunidade onde atuam.
- Adotar como política a dispensa de funcionários para a realização de trabalho voluntário durante o horário de trabalho, seja remunerada ou não, neste caso sem ônus para o período de férias.

Conforme restou demonstrado, não é uma tarefa fácil o apoio ao trabalho voluntário de funcionários, mas as empresas não devem se ater às dificuldades, e, sim, focar nos resultados positivos que irão obter, exercitando a cidadania em benefício da sociedade. 🌱

Tatiana Magosso Evangelista. Advogada da M. Biasioli Advogados Associados, graduada pela PUC/SP, com especialização em Direito do Terceiro Setor pela FGV/SP e pós-graduanda em Direito Processual Tributário na PUC/SP.



SAÚDE



EDUCAÇÃO



RELIGIOSOS



ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Auditus Consultores e Auditores Independentes é uma empresa com larga experiência no atendimento às Entidades do Terceiro Setor, em especial Filantrópicas (CEAS), de todo o Brasil

Uma empresa do grupo:



AUDISA
AUDITORIA PARA O TERCEIRO SETOR

(11) 3661-9933

WWW.AUDITUS.COM.BR

No caminho da profissionalização

Consolida-se no Terceiro Setor o conceito de que a gestão profissional das entidades, com a contratação de mão-de-obra remunerada e exclusiva, é fundamental para a sobrevivência das organizações sociais

Por Luciano Guimarães

O acelerado crescimento do Terceiro Setor no Brasil, registrado nos últimos anos, vem transformando o modelo de gestão das organizações não-governamentais. Gradualmente, modifica-se a estrutura administrativa, ao se contratarem profissionais *full-time*, que tragam na “bagagem” extensa formação gerencial e experiência no Segundo Setor para cargos de chefia, como gerente, diretor e até mesmo presidente.

Os antigos presidentes ou fundadores, entretanto, continuam atuando, mas em um cargo estratégico, de contato com os *stakeholders*, ou participando mais ativamente de conselhos administrativos, nos quais seus membros são voluntários. Diferentemente do que se possa pensar, têm muito trabalho pela frente, sendo decisivos nas diversas tomadas de decisões. Esse movimento já acontece há algum tempo na iniciativa privada. Empresas familiares dirigidas pelo fundador ou por uma das gerações subsequentes percebem que a profissionalização é, muitas vezes, a saída para o desenvolvimento da corporação.

Cada mudança traz um tipo de situação — as traumáticas e as não-traumáticas —, valendo para todos os setores, inclusive no poder público. A primeira se verifica quando há um choque de culturas entre os novos profissionais e aqueles que já atuam na entidade social, o que pode trazer problemas para o seguimento

das atividades. A segunda ocorre quando todos os entes envolvidos no processo conseguem absorver os impactos da nova direção e se unem em prol do mesmo objetivo.

Aspectos positivos

Se por um lado há dúvidas se a profissionalização da gestão das ONGs subverteria o verdadeiro conceito por trás das entidades sociais, tornando-as capitalistas ao ponto de esquecer seus ideais de origem; por outro, o Terceiro Setor está disposto a dar mais transparência à sua administração.

Os gestores apontam ao menos quatro aspectos positivos para a profissionalização das ONGs:

- mais organização e transparência, que significam a obtenção de maior volume de recursos financeiros e a otimização das atividades;
- mais dedicação dos colaboradores, que são contratados para dispensar dedicação exclusiva às atividades.
- ao contrário dos voluntários, podem ser cobrados pelos resultados conseguidos; e
- prevenção a problemas judiciais com ex-voluntários, que podem procurar indenizações trabalhistas. Por sinal, esse é um dos grandes pesadelos das ONGs.

“A entidade que hoje quer atender bem ao seu público precisa ter uma gestão profissional”, argumenta Marcelo Gallo,

coordenador de captação de recursos da Gota de Leite, entidade santista que atende 465 crianças em educação infantil e creche. “A Gota de Leite vem se profissionalizando desde o ano 2000, saindo dessa realidade assistencialista. Nosso próximo passo é estruturar os departamentos de marketing e jornalismo, para uma maior divulgação.”

A Gota de Leite conta com 16 professores e 16 estagiários remunerados. Nos cargos administrativos também possui profissionais em nível de coordenação contratados via CLT, para as áreas de pedagogia, captação de recursos, administrativo-financeiro e manutenção. “Ao todo, temos 75 funcionários remunerados e de 200 a 300 voluntários, dependendo do evento promovido”, ressalta Gallo.

Caminho certo

O mesmo movimento vem acontecendo na Children’s Aid, entidade inglesa que mantém escritório no Rio de Janeiro e parceria com diversas entidades, como a Onda Solidária. “Teremos nossa sede física até o final deste ano, e estamos contratando um gestor e um coordenador de projetos”, explica Ricardo Calçado, diretor-presidente das duas organizações sociais, que atendem 300 crianças e adolescentes no Brasil e mais de 2.000 no mundo, para a geração de oportunidades no esporte e na educação.

A contratação de profissionais para a gestão administrativa é uma das prioridades da entidade no Brasil. Os voluntários ficarão com a função de participar de conselhos internos, para a tomada de decisões. “A mão-de-obra *full-time* é necessária para o desenvolvimento do Terceiro Setor, mas não se pode perder o foco, a essência do social, do comprometimento. A estrutura solidária deve ser mantida, pois é assim que tudo funciona”, frisa Calçado.

Na organização Aldeias Infantis SOS Brasil, presente em 11 estados e no Distrito Federal, e parceira da Children’s Aid, a contratação



Jovens são atendidos em Centro de Treinamento da Avape

de pessoal para cargos de alta gerência é uma realidade. Segundo a gestora nacional da ONG, Sandra Greco, a entidade tem hoje 545 pessoas contratadas via CLT. Os voluntários são membros da sociedade civil e apoiam a gestão por meio de reuniões de avaliações.

“A contratação de pessoal cria uma relação mais profissional do trabalho. Não é raro que voluntários, após se desligarem da entidade, movam ações querendo que o vínculo empregatício seja analisado pela Justiça”, explica Sandra, lembrando que a folha de pagamento da ONG, que atende a 7,2 mil crianças, representa apenas 4% da receita anual.

A Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape) é uma entidade que dá prioridade para a mão-de-obra contratada.

São 2.500 pessoas sob CLT e 300 voluntários. “Uma organização sem fins lucrativos também não pode ter prejuízos e precisa de recursos para ampliar suas ações e garantir sua missão”, argumenta Eliana Victor, diretora da Divisão de Reabilitação e Inclusão da Avape.

A entidade atua nos segmentos da saúde, educação, trabalho, cultura e esportes, bem como na geração de trabalho e renda para pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social. Para tanto, ressalta, “precisa ser atualizada, ter profissionais competentes e qualificados, ter metas, avaliar seus resultados, investir adequadamente seus recursos e, como qualquer empresa, praticar conceitos do PDCA, ser transparente e estar alinhada com seus *stakeholders*”.

De modo geral, as organizações do Terceiro Setor vêm copiando os modelos de gestão empresarial, conhecidos pela eficiência, tanto no trato com o dinheiro quanto com o público-alvo. Parece ser o caminho certo, uma vez que a entrada de verbas públicas e da iniciativa privada nos cofres das entidades depende do bom senso no gerenciamento e, acima de tudo, do profissionalismo de seus gestores. 

Links

 www.aldeiasinfantis.org.br
www.avape.com.br
www.childrensaid.org.uk
www.gotasdeleite.com.br
www.ondasolidaria.org

Termo de Adesão é barreira contra ações trabalhistas

Muitas entidades que se utilizam do trabalho de voluntários vêm sofrendo com problemas jurídicos em função de ex-voluntários que, por algum tipo de desentendimento com a direção da ONG, ou simplesmente por má-fé, colocam ações na Justiça Trabalhista. Essas pessoas buscam o reconhecimento do vínculo empregatício, a fim de obter dinheiro pelos supostos direitos a que pleiteiam.

O modo mais eficiente de evitar aborrecimentos futuros, quando se utiliza os serviços de voluntários, é celebrar o Termo de Adesão. Assim, ao obedecer à Lei do Voluntariado (lei nº 9.608/98), que em seus cinco artigos deixa bem claro as condições dessa relação.

Em seu art. 1º, por exemplo, considera “serviço voluntário, para fins desta lei, a atividade não-remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não-lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Parágrafo único: O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim”.

No artigo seguinte, diz que o “serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu serviço”.

“Os voluntários, em regra, ao proporem reclamação trabalhista em face da entidade pela qual prestaram seus serviços, pleiteiam o

reconhecimento do vínculo trabalhista. Uma vez reconhecida a relação empregatícia, o voluntário terá direito a receber salário, e todos os reflexos decorrentes, retroativamente, como férias proporcional ao período trabalhado, 13º salário, registro na Carteira de Trabalho, entre outros”, explica o advogado especializado em Terceiro Setor Marcos Biasioli.

De acordo com o advogado Aloísio da Silva Lopes Júnior, também especialista em Terceiro Setor e representante das entidades Aldeias Infantis SOS Brasil e Children's Aid, a legislação brasileira é toda voltada para o lado empresarial. Então, a Lei do Voluntariado é que dá todo suporte a quem aderir. Segundo ele, é necessário que as entidades celebrem o Termo de Adesão, que é obrigatório, protegendo-se contra possíveis ações na Justiça. Outra maneira de evitar problemas, diz, é a confecção de contratos minuciosos com autônomos e prestadores de serviço.

“Todos esses cuidados são fundamentais para as entidades. Já vi ex-voluntários pleitearem indenizações de R\$ 500 mil, que não foram deferidas”, afirma, frisando que o documento delimita as funções do voluntário, especificando o trabalho desenvolvido e o reembolso das despesas, com as devidas notas fiscais, como manda a legislação vigente.

Benefícios

As organizações sem fins econômicos já possuem benefícios ao contratar empregados nos termos da CLT, ante a imunidade das

contribuições sociais, previstos na Constituição Federal, art. 195. “No entanto, para usufruir de tal benefício legal, as entidades são obrigadas a comprovar o preenchimento dos requisitos do art. 55 da lei nº 8.212/96, que fixa, entre eles, a necessidade de possuir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas), expedido pelo Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS)”, afirma a advogada Tatiana Magosso Evangelista, do escritório M. Biasioli.

Ela acredita que os requisitos impostos deveriam ser revistos, para que um maior número de entidades possa ter acesso aos benefícios. “A simplificação da obtenção da imunidade incentivaria a contratação de funcionários nos termos da CLT”, diz. Em verdade, boas idéias não faltam aos gestores, voluntários e membros do poder público quanto a esses temas, mas implantá-las pode levar tempo. O importante, nesse momento, é que as entidades se protejam de prejuízos futuros, evitando perder o tão suado dinheiro que entra em seus cofres. 



O advogado Aloísio Lopes afirma que o Termo de Adesão dá mais segurança às entidades



Saiba tudo sobre Terceiro Setor e Responsabilidade Social



Uma revista
voltada a todos
que militam em
prol do Terceiro
Setor, estreitando
a relação entre
entidades
benéficas,
voluntários,
doadores,
governo e
pessoas carentes

Mobilização de recursos

Dicas de como mobilizar recursos para sua entidade. Como e onde conseguir verbas privadas e públicas, técnicas de controle e relacionamento com doadores.

Leis, tributos e gratuidades

Tudo sobre legislação aplicada ao Terceiro Setor. Leis específicas e suas alterações comentadas por especialistas, controle de gratuidades, imunidade fiscal e tributária, incentivos fiscais e um canal direto com o MPAS e CNAS.

Gestão do Terceiro Setor

Contabilidade, administração e metodologias aplicadas à gestão de entidades sem fins lucrativos. Controles financeiros, certificações públicas e recursos humanos.

Projetos sociais

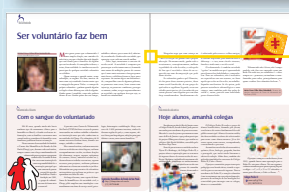
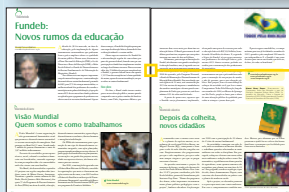
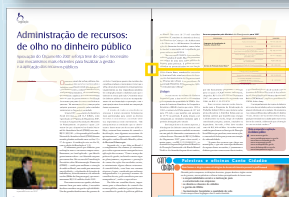
Modelos de gestão que deram certo. Do Oiapoque ao Chuí, exemplos de entidades sociais e ambientais, com históricos, números e conselhos úteis de seus dirigentes.

Responsabilidade social

O papel exercido pelas empresas na composição do cenário social brasileiro. Responsabilidade corporativa e projetos sociais de diversas empresas.

Voluntariado

Dicas, direitos e deveres para um bom voluntariado. Onde, como e porque atuar voluntariamente em algum projeto social ou entidade não-governamental.



Assinaturas:

(11) 6824-3005

assinaturas@revistafilantropia.com.br

Redação/Publicidade:

(11) 6978-6686

filantropia@revistafilantropia.com.br



Leia e assine!

Assinatura anual (6 edições): R\$ 49,00

Exemplares avulsos e anteriores: R\$ 8,90

Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito. Aprimore-se lendo a Revista Filantropia.

Calendário Contábil 2008

JANEIRO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em dezembro/07
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de dezembro/07
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência dezembro/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
8	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente a novembro/07
	Dacon mensal	Dacon de Pessoa Jurídica obrigada a entrega da DCTF mensal referente a novembro/07
10	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/07
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência dezembro/07 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a Pessoas Jurídicas ocorridos no período de 16 a 31/12/07
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento em GPS, da competência dezembro/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
18	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em dezembro/07
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em dezembro/07
31	Contribuição Sindical Empregados	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em dezembro/07
	Contribuição Sindical Patronal	Recolhimento da Contribuição Sindical às respectivas entidades de classe. Consultar a respectiva entidade sindical, a qual pode fixar prazo diverso.
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em novembro/07
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a Pessoas Jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/1/08
	Previdência Social (INSS) Plano Anual de ação de atividades	Apresentação ao INSS, pela Pessoa Jurídica de Direito Privado Beneficiada com a isenção de que trata os art. 206 e 207 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo decreto nº 3.048/99, do plano de ação das atividades a serem desenvolvidas durante o ano em curso

FEVEREIRO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em janeiro/08
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de janeiro/08
	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/07
	Dacon mensal	Dacon de Pessoa Jurídica obrigada a entrega da DCTF mensal referente a dezembro/07
8	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência janeiro/08, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em janeiro de 2008
11	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência janeiro/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
15	Previdência Social (INSS)	Recolhimento em GPS, da competência janeiro/08, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a Pessoas Jurídicas ocorridos no período de 16 a 31/1/08
20	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em janeiro/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em janeiro/08
29	Contribuição Sindical	Recolhimento da Contribuição Sindical descontada de empregados em janeiro/08
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/07
	Comprovante anual de rendimentos de Pessoas Físicas	Fornecimento, pelas fontes pagadoras, às Pessoas Físicas beneficiárias do Comprovante de Rendimentos pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte, relativos aos rendimentos pagos no ano de 2007
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a Pessoas Jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/2/08

TABELAS PRÁTICAS

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS)

1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
de	até			
-	R\$ 840,55	7,65%		8%
R\$ 840,56	R\$ 1.050	8,65%		9%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%		9%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%		11%

2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 840,55	7,65%	12%	19,65%
R\$ 840,56	R\$ 1.050	8,65%	12%	20,65%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%	12%	21%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%	12%	23%

3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo

A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição

4 – Salário-mínimo

Período	Valor
abril/02 a março/03	R\$ 200
abril/03 a abril/04	R\$ 240
maio/04 a abril/05	R\$ 260
maio/05 a março/06	R\$ 300
abril/06 a março/07	R\$ 350
a partir de abril/07	R\$ 380

5 – Salário-família

Remuneração	Valor
até R\$ 435,56	R\$ 22,34
de R\$ 435,56 até R\$ 654,67	R\$ 15,74

IR – Fonte e Carnê Leão (2007)

Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.313,69	-	isento
acima de R\$ 1.313,70 até R\$ 2.625,12	15%	R\$ 197,05
acima de R\$ 2.625,12	27,50%	R\$ 525,19

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 132,05 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.313,69 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

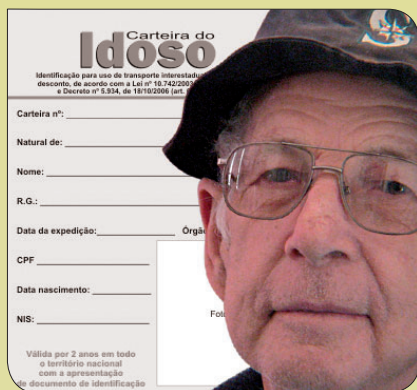
- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Rápidas legais e contábeis

Carteira do Idoso

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) colocou à disposição no SuasWeb, sistema informatizado do órgão, o modelo que deve ser adotado para a Carteira do Idoso – documento que garante gratuidade em viagens interestaduais. Terão direito ao benefício pessoas com 60 anos ou mais, que ganhem até dois salários mínimos, não tenham comprovante de renda e que estejam inseridos no Cadastro Único dos programas sociais. As Secretarias Municipais de Assistência Social de todo o país ficarão responsáveis pela emissão da carteira. Estima-se que 4 milhões de idosos tenham direito ao benefício.

www.mds.gov.br



Redução de IPI

Tramita na Câmara Federal a proposta de emenda à constituição (PEC) nº 129/07, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que permite às empresas que utilizam matéria-prima reciclável a redução na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em índice igual à porcentagem de material reciclado utilizado na produção. A mudança, argumenta o parlamentar, insere “justiça ambiental” às regras tributárias.

www.camara.gov.br



IR para projetos ambientais

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional aprovou o projeto de lei nº 1.409/07, que concede desconto de 85% sobre o Imposto de Renda para empresas que desenvolvam projetos ambiental e socialmente sustentáveis na área das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). De autoria do deputado Beto Faro (PT-PA), a proposta modifica a medida provisória nº 2.199-01/01, atualmente em vigor, que concede isenção de 75% aos empreendimentos localizados nessas regiões. Segundo o projeto, contudo, o aumento da isenção do Imposto de Renda só será concedido se a empresa (ou outra pessoa jurídica) protocolar na Sudam e na Sudene projeto que gere um “bem ambiental”.

www.camara.gov.br

Imunidade via decreto 1

O decreto nº 48.865/07, do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, simplifica a concessão de imunidade às igrejas e instituições que promovam a educação e a assistência social, uma vez que permite que o imposto das instituições fique com a exigibilidade suspensa se, durante o prazo de impugnação do lançamento, estas apresentarem pedidos de reconhecimento da imunidade. O decreto simplifica os pedidos de concessão de imunidade, atendendo benefício garantido pela Constituição Federal. Antes do decreto, que será regulamentado por instrução normativa da Secretaria Municipal de Finanças, igrejas e instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos eram obrigadas a apresentar, todos os anos, vários documentos para comprovar a condição de imunidade aos impostos municipais.

Imunidade via decreto 2

Apresentado o pedido de reconhecimento da imunidade, o valor não poderá ser executado judicialmente. Além disso, uma vez reconhecida a imunidade, no caso de templos de qualquer culto, não será mais necessária a renovação do pedido todos os anos. No caso das instituições educacionais e assistenciais sem fins lucrativos, depois de reconhecida a imunidade, basta que, nos anos seguintes, as entidades apresentem declarações informando que estão mantidas as condições já declaradas à Prefeitura. A Administração Tributária poderá convocar o contribuinte, dentro do período decadencial do lançamento, a fim de comprovar o cumprimento das exigências legais para a concessão da imunidade.

www.prefeitura.sp.gov.br

Isenção a materiais escolares

Materiais escolares como cadernos, lápis e borrachas poderão ficar isentos da tributação da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins. A isenção está prevista no projeto de lei do Senado nº 160/07, do senador José Agripino (DEM-RN). O PL quer a mesma isenção que já existe para o livro didático. Se aprovado no Congresso, beneficiará milhões de alunos carentes, cuja aquisição de materiais escolares depende das possibilidades financeiras dos estudantes e de suas famílias.

www.senado.gov.br



Seguro-desemprego

Entidades do Terceiro Setor e empresas de modo geral, que têm empregados remunerados conforme a CLT, podem ser multadas caso atrasem o pagamento do seguro-desemprego. A decisão é da 5ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região, ao julgar recurso de apelação da Caixa Econômica Federal, que condenou um banco ao pagamento do seguro-desemprego de funcionário dispensado sem justa causa, com juros e correção monetária, por ter postergado o protocolo de solicitação por mais de 120 dias, prazo legal para tal.

www.trf2.gov.br

Acidente de trabalho

É incompatível a garantia de emprego nas contratações com prazo estabelecido, principalmente de experiência. A Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho considerou que a estabilidade acidentária pressupõe a proteção da continuidade do vínculo apenas em contratos por tempo indeterminado – levantando uma questão que deve ser discutida com frequência no futuro. A SDI-1 manteve o posicionamento da 6ª Turma, que já havia afastado a estabilidade, ao julgar recurso de revista da empresa. O relator do processo ressaltou que o contrato de trabalho por prazo determinado não se transforma em contrato por prazo indeterminado pelo simples fato de o empregado sofrer acidente de trabalho quando de sua vigência.

www.tst.gov.br

Imposto de Renda Ecológico

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou substitutivo ao projeto de lei nº 5.974/05, do Senado, que cria o chamado Imposto de Renda Ecológico, permitindo a pessoas físicas e jurídicas deduzirem parte das doações destinadas a projetos voltados à conservação dos recursos naturais. As pessoas físicas poderão deduzir até 80% das doações e 60% dos patrocínios a entidades sem fins lucrativos ou de fins não-econômicos em favor de projetos destinados a promover o uso sustentável dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e a recuperação de áreas degradadas, ou a financiar a redução da emissão de gases do efeito estufa. Para as pessoas jurídicas, os percentuais são de 40% e 30%, respectivamente. A dedução não poderá ser superior a 4% do Imposto de Renda devido. O PL continua em tramitação.

www.senado.gov.br



Anotação da CTPS

O empregador, quando condenado a realizar o registro em carteira do seu empregado, não poderá mencionar que o fato se deu por determinação judicial, pois certamente os demais empregadores tenderão a rejeitar tal empregado, vindo a lhe causar prejuízos. Com este entendimento, a 7ª Turma do TRT-MG manteve condenação de uma empresa ao pagamento de indenização por danos morais por ter registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado que a anotação da mesma foi feita por determinação judicial. No entendimento do desembargador, os art. de 29 a 40 da CLT dispõem que as informações obrigatórias na CTPS são os elementos básicos anotados entre as partes no momento da contratação e as condições especiais ocorridas durante o contrato, sendo que o art. 29 veda ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua CTPS.

www.mg.trt.gov.br

Renovação do Ceas

Diante da enorme demanda para a elaboração de certidões que atestam que as entidades possuem pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a resolução CNAS nº 176, de 17 de outubro de 2007. O texto prorrogava por 90 dias a vigência de certidões emitidas pelo CNAS, para excluir o seu art. 2º, uma vez que este indicava nominalmente as entidades abarcadas pela prorrogação do prazo. Com a exclusão, conclui-se que todas as entidades que ainda não receberam a certidão expedida pelo CNAS no prazo, são abarcadas pela prorrogação do prazo de validade por 90 dias.

www.mds.gov.br

Retificação de informações

A Caixa Econômica Federal baixou uma circular que estabelece procedimentos referentes à retificação de informações cadastrais e financeiras pelo empregador, no FGTS, por meio dos seguintes formulários: Retificação de Dados do Empregador (RDE); Retificação de Dados do Trabalhador (RDT); e Retificação do Recolhimento Rescisório, dos Pedidos de Transferência (PTC) e/ou Unificação de Contas Vinculadas. Os dados do empregador/trabalhador informados incorretamente ou omitidos na prestação de informações ao FGTS devem ser corrigidos mediante o uso de formulários retificadores específicos.

www.cef.gov.br

Emissões de carbono

O projeto de lei nº 494/07, do deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), em tramitação na Câmara Federal, estabelece incentivos fiscais para as pessoas físicas e jurídicas que invistam em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). A proposta também autoriza a constituição de fundos de investimentos, disciplinados pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas, para financiar esses projetos. Entre os benefícios fiscais estão a exclusão do IRPJ e da CSLL do lucro decorrente das vendas de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs); e a isenção da contribuição para PIS e Cofins das receitas decorrentes da venda de RCEs. A proposta ainda prevê que as pessoas físicas poderão deduzir do Imposto de Renda o valor de aquisição de quotas de fundos de investimento em projetos de MDL.

www.camara.gov.br

Licença-maternidade 1

O projeto de lei nº 281/05, de autoria da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), visa à prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias, passando-a dos atuais quatro meses para seis, o que foi aprovado em 18 de outubro, por unanimidade e em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposta prevê a adesão optativa nas empresas da iniciativa privada, sendo que emendas apresentadas estenderam o benefício também às mães adotantes e às funcionárias públicas.

Licença-maternidade 2

Já no caso da iniciativa privada, o projeto institui o Programa Empresa Cidadã, que estimula os empresários a prorrogarem a licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, para que haja prejuízo durante o longo período de licença. Assim, a pessoa jurídica que aderir ao programa terá o direito de deduzir integralmente do Imposto de Renda devido o valor correspondente à remuneração da empregada referente aos 60 dias que perdurar a prorrogação da licença. Do mesmo modo, as empresas tributadas com base no lucro real poderão deduzir do imposto a ser pago, em cada período de apuração, o total da remuneração paga nos 60 dias de prorrogação da licença.

www.senado.gov.br



Carga horária

A 1ª Turma do TRT-MG negou provimento ao recurso ordinário de uma associação educativa, que recorreu à condenação de pagamento de diferenças salariais decorrentes da redução da carga horária da reclamante/professora. A decisão teve como fundamento o entendimento de que a redução do número de aulas semanais, com diminuição do valor da remuneração paga ao professor, deve ser precedida de expressa previsão em convenção ou acordo coletivo. Do contrário, fere o princípio da intangibilidade salarial.

www.mg.trt.gov.br

Produção: Luciano Guimarães (jornalista).

Fonte: Marcos Biasoli e Tatiana Magosso Evangelista – Escritório M.Biasoli Advogados Associados.

DESTINOS SUSTENTÁVEIS

Turismo é ferramenta de desenvolvimento econômico e social

Por Thaís Mendes

Praias, campos, montanhas, rios e belezas naturais intermináveis fazem do Brasil um país muito almejado pelos visitantes. Conhecer as Cataratas do Iguaçu, o Pantanal, a Chapada dos Guimarães, o Rio de Janeiro, a Bahia, os 7.000 quilômetros de litoral, enfim, todos os destinos fascinantes que existem de norte a sul são um convite a turistas brasileiros e estrangeiros.

O turismo é ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico do país, possibilitando a geração de mais empregos e renda para a população. “O turismo sustentável não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente, como muitos imaginam. Refere-se também às consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura”, explica André Iranzo Chamusca, gestor do Programa Bem Receber – Qualidade Profissional e Gestão Sustentável do Instituto de Hospitalidade (IH), em Salvador (BA).

Na década de 1940, surgiram os primeiros projetos de desenvolvimento comunitário com visibilidade para o turismo, cujo objetivo é capacitar a população local para receber os visitantes e preservar a região por meio da incrementação da produção de alimentos, da educação industrial e rural. Já a partir de 1964, com a repressão aos movimentos sociais, surgiu o contexto de integração social, que foca nos aspectos quantitativos do desenvolvimento.

Hoje, no mundo todo, o ramo do turismo emprega aproximadamente 270 milhões de pessoas. Somente no Brasil, 6 milhões de trabalhadores atuam nas áreas de hospedagem, agenciamento, transporte, alimentação, entretenimento e lazer. Um hotel cinco estrelas, por exemplo, tende a gerar centenas de ocupações, movimentando até 52 setores diferentes da economia. Daí a importância do turismo para o desenvolvimento econômico do país.

Segundo Chamusca, “a situação ideal é aquela em que a comunidade do entorno esteja positivamente envolvida, tanto nos processos produtivos (artesanato, agricultura de abastecimento dos meios de hospedagem, restaurantes etc.) quanto na prestação de serviços (guias de turismo, monitores ambientais, trabalhadores em estabelecimentos turísticos locais etc.). A população local deve se sentir parte da cadeia produtiva turística, percebendo os reais benefícios da atividade para sua qualidade de vida”.

Os dados impressionam: o turismo internacional somou US\$ 733 bilhões em 2006, ou US\$ 2 bilhões por dia, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT). As estimativas ainda mostram que o turismo representa aproximadamente 35% das exportações de serviços do mundo, e mais de 70% para os países em desenvolvimento. A previsão para 2020 é de que 1,6 bilhão de turistas viaje pelo mundo.

Informações do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) revelam que, em 2000, a indústria do turismo no Brasil correspondia a

TURISMO SUSTENTÁVEL



no Brasil e no mundo

4% do Produto Interno Bruto (PIB), gerando US\$ 9,3 bilhões de receitas diretas com deslocamentos de 52 milhões de viajantes domésticos – o que manteve 6 milhões de empregos no país. Dados divulgados pelo Banco Central mostram que, em julho de 2007, os turistas estrangeiros injetaram no país US\$ 398 milhões. O valor é 21,97% maior que em 2006, quando entraram US\$ 326 milhões.

Sustentabilidade

Com toda essa movimentação, o cuidado com o patrimônio e com a comunidade local tem preocupado os profissionais do setor. A expressão “turismo sustentável” começou a ser utilizada ainda na década de 1990, com a idéia de proteger o meio ambiente e a população que vive no local turístico. No 41º Congresso da Associação Internacional de Experientes Cientistas de Turismo, o turismo sustentável foi descrito como aquele “que mantém o equilíbrio entre os interesses sociais, econômicos e ecológicos”.

Depois disso, as discussões sobre o tema foram se tornando mais freqüentes. Em 1992, aconteceu a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, com o intuito de discutir o turismo sustentável e o meio ambiente, especificamente; depois, na Espanha, foi publicada a Carta Mundial de Turismo Sustentável, com princípios para desenvolvê-lo em todo o mundo.

Em 2000, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a OMT apresentaram uma iniciativa que analisava as políticas de turismo sustentável e definiram a

importância da área: “um desenvolvimento do turismo sustentável satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro. Assume-se que leva a um manejo de todos os recursos, de modo que necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas enquanto a integridade cultural, processos biológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte da vida são mantidos”.

Segundo o Acordo de Mohonk, desenvolvido em um evento internacional realizado em 2000, nos Estados Unidos, que reuniu participantes de 20 países, “turismo sustentável é aquele que visa minimizar impactos ecológicos e socioculturais, enquanto promove benefícios econômicos para as comunidades locais e países receptores”.

Já em 2006, quando foi realizado em Quito, no Equador, o 1º Seminário Regional da OMT sobre Ética e Turismo, falou-se sobre a aplicação do Código Ético Mundial do Turismo, com a proteção do patrimônio natural e cultural como primeiro fim da sustentabilidade. Depois deste seminário, a OMT passou a recomendar aos governos que reconheçam a importância do comércio justo no turismo, favorecendo as comunicações locais, o acesso à produção, distribuição e venda de produtos locais.

Atualmente, no Brasil, há cursos de Turismo e Hotelaria e formação acadêmica para os profissionais da área, fazendo com que o turismo seja fonte de emprego e renda para a população e, ao mesmo tempo, uma área cada vez mais competitiva. Assim, o



Aflov capacita guias mirins para atuar junto aos turistas

turismo pode, e deve, ser utilizado como meio de inclusão social, oferecendo capacitação e oportunidades de emprego, investimentos, receitas e empreendedorismo, porém, com responsabilidade e conscientização. O uso de práticas sustentáveis e éticas nos pontos turísticos é importante para que se tenha um desenvolvimento de longo prazo.

Em Florianópolis (SC), o Projeto Trabalho Juventude – Guias Mirins de Turismo, realizado pela Associação Florianopolitana de Voluntários (Aflov) em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), é um exemplo disso e tem como objetivo capacitar o adolescente profissionalmente, tornando-o

um guia mirim para atuar nos Postos de Informações Turísticas do município.

“Outros objetivos são favorecer o desenvolvimento individual e profissional do adolescente, gerando uma fonte de renda que contribua com o atendimento às suas necessidades básicas, além de valorizar os recursos histórico-culturais, fortalecendo o desenvolvimento turístico da Ilha de Santa Catarina”, explica a presidente da Aflov, Rosemeire Bartucheski Berger.

Além dos atrativos naturais da região, Florianópolis possui amplo patrimônio histórico-cultural, e o projeto procura levar os turistas para o centro, local não muito visitado, mas valorizado pela comunidade local. “A proposta do projeto é apresentar o centro ao turista, para que tenha conhecimento da existência destas opções de turismo e cultura”, explica Rosemeire.

Certificação

Criado pelo Instituto de Hospitalidade (IH), em parceria com o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) e com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos, do Sebrae e do Ministério do Turismo, o Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS) tem como meta melhorar a qualidade e a competitividade das micro e pequenas empresas de turismo, a fim de estimular seu desempenho nas áreas econômica, ambiental, cultural e social.

“O PCTS contempla, ainda, ações no sentido de aumentar a participação do Brasil

O que é preciso para ser uma comunidade sustentável

A sustentabilidade do turismo é fundamentada por um conjunto de sete princípios, definidos pelo Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável (CBTS), em discussão aberta com a sociedade. São eles:

1) Respeitar a legislação vigente

O turismo deve respeitar a legislação vigente, em todos os níveis no país, e as convenções internacionais de que o país é signatário.

2) Garantir os direitos das populações locais

O turismo deve buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive a defesa dos direitos humanos e de uso da terra, mantendo ou ampliando, a médio e longo prazo, a dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas.

3) Conservar o ambiente natural e sua biodiversidade

Em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de baixo impacto sobre o ambiente natural, monitorando e mitigando efetivamente os impactos, de modo a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, considerando o contexto social e econômico existente.

4) Considerar o patrimônio cultural e valores locais

O turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões/localidades receptoras e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia às tradições e valores culturais, colaborando para seu desenvolvimento.

5) Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos

O turismo deve contribuir para o fortalecimento das economias locais, a qualificação de pessoas, a geração crescente de trabalho, emprego e

renda, e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos.

6) Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes

O turismo deve avaliar a satisfação do turista e verificar a adoção de padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento estabelecidos, documentados, divulgados e reconhecidos.

7) Estabelecer planejamento e gestão responsáveis

O turismo deve estabelecer procedimentos éticos de negócio, visando engajar a responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade, além de incrementar o comprometimento de seu pessoal, fornecedores e turistas em assuntos de sustentabilidade desde a elaboração de sua missão, objetivos, estratégias, metas, planos e processos de gestão.

Os países que mais enviam turistas para o Brasil

Principais países de destino	Número de turistas	%	Ranking
Argentina	921.061	18,35	1º
Estados Unidos	721.633	14,38	2º
Portugal	312.521	6,23	3º
Itália	291.898	5,82	4º
Uruguai	290.240	5,78	5º
Alemanha	277.182	5,52	6º
França	275.913	5,50	7º
Espanha	211.741	4,22	8º
Paraguai	198.958	3,96	9º
Inglaterra	169.627	3,38	10º
Chile	148.327	2,96	11º
Holanda	86.122	1,72	12º
Suíça	84.816	1,69	13º
Japão	74.638	1,49	14º
México	70.862	1,41	15º
Canadá	62.603	1,25	16º
Outros	820.849	16,35	-
Total	5.018.991		

Fonte: DFP e Embratur/2006.



no mercado internacional, por meio de oportunidades de promoção comercial no exterior oferecidas às empresas. Assim, o programa visa apoiar os empreendedores de turismo a responderem aos novos desafios do setor e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país”, explica André Chamusca.

Desde 2003, o PCTS deu ênfase ao desenvolvimento, com ampla participação de toda a sociedade, de uma norma para os meios de hospedagem, especificando os requisitos mínimos relativos à sustentabilidade. Chamusca explica que a norma desenvolvida anteriormente, denominada “NIH-54: 2004 – Meios de Hospedagem – Requisitos para a Sustentabilidade”, foi utilizada como texto-base para a publicação de uma Norma Brasileira (NBR), no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Conhecida como “NBR 15401:2006 – Meios de Hospedagem – Sistema de gestão da Sustentabilidade – Requisitos”, ela reiterou a representatividade do IH no cenário do turismo nacional.

A idéia da certificação busca a manutenção do equilíbrio entre os três eixos sobre os quais o turismo sustentável se apóia: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo na perspectiva ética e social. “Em meados deste ano, o PCTS foi incorporado ao Programa Bem Receber, também iniciativa do IH e com o apoio do Ministério do Turismo e do Sebrae, que tem como diferencial oferecer

às empresas participantes ferramentas de qualificação profissional para seus colaboradores”, conta Chamusca. A meta do Bem Receber é implementar um sistema de gestão sustentável em 565 meios de hospedagem de 30 destinos brasileiros até o final de 2008, qualificando 6.800 profissionais da área de hotelaria.

Mesmo sabendo dos avanços, Chamusca aponta as falhas ainda existentes no setor: “Há muito no que avançar, especialmente no que se



Turistas são levados pelos guias mirins a pontos históricos de Florianópolis

refere a políticas públicas de regulamentação do setor, bem como melhorar a infra-estrutura existente hoje no país; leia-se saneamento, segurança, transportes, promoção etc.”.

Ponto forte brasileiro

Os principais pontos fortes do turismo brasileiro são a praia e o verão, principalmente no Nordeste. Mesmo sendo um pólo atrativo de visitantes, de acordo com o ranking do IBGE, a região é a que concentra os cinco estados com maior índice de miséria do Brasil. Alagoas é o primeiro colocado, com 44,44% da população vivendo nesta faixa. E, mesmo assim, o

estado procura investir no turismo: já dispõe de 106 unidades hoteleiras, oferecendo aproximadamente 15 mil camas. A previsão é de que o ramo cresça 20% nos próximos anos. O segundo estado com maior índice de miséria é o Maranhão, com 44,23%, Piauí (40,08%), Pernambuco (36,77%) e Ceará (36,05%).

Porém, uma região de alta lucratividade procurada por turistas brasileiros e estrangeiros é a Costa do Sauípe, complexo turístico situado na Bahia, a 76 quilômetros de Salvador, que foi inaugurado no fim do ano 2000 e é composto por seis hotéis de alto padrão. A preocupação social com a comunidade local por parte dos empreendedores deu origem ao Programa Berimbau, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da região do entorno, na linha da realização de um turismo efetivamente gerador de sustentabilidade econômica e social.

“O programa objetiva promover o desenvolvimento regional sustentável, reduzir desigualdades e criar melhores condições de vida para a população”, explica Beraldo Boaventura, gerente socioambiental da Costa do Sauípe. A construção do complexo também beneficiou as comunidades, com as ofertas de trabalho e melhorias da infra-estrutura em saneamento, eletricidade, água e transporte.

“O Berimbau oferece capacitações para a geração de renda e emprego, principalmente no desenvolvimento do artesanato, da agricultura familiar, da reciclagem de resíduos, da pesca artesanal e do turismo comunitário”, explica Boaventura. Há também o apoio a iniciativas de resgate da cultura local, como grupos de capoeira



Na Costa do Sauípe, capacitação da comunidade em agricultura familiar

Turismo sexual

O turismo sexual é uma característica negativa do Brasil, principalmente no Nordeste – região que mais atrai turistas em geral. De acordo com a Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual (Pestraf), realizada em 2002 pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), o Brasil possui 241 rotas nacionais e internacionais de tráfico de pessoas, sendo que a maior parte se encontra nas regiões Norte e Nordeste,

locais que mais concentram as pessoas de baixa renda do país.

No Norte, por exemplo, que concentra 43,2% da proporção de pobreza do Brasil, existem 76 rotas de tráfico, e no Nordeste, 69. O destino mais frequente entre as brasileiras é a Espanha – o Brasil possui 32 rotas que levam até lá –, seguida da Holanda e da Venezuela. Outros destinos são Portugal, Paraguai, Estados Unidos, Suíça e Alemanha.

Os turistas que mais procuram o turismo sexual no Nordeste são os italianos e os portugueses, de acordo com estudo patrocinado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e conduzida por pesquisadores de universidades e ONGs. Os dados mostraram que o perfil encontrado para o turista que procura o sexo nas capitais nordestinas é: europeus de classe média, com idade entre 20 e 40 anos. Outro dado é que a maioria dos entrevistados não tem interesse em se relacionar com adolescentes – estima-se que o percentual de pedófilos seja inferior a 10% entre os turistas sexuais.

REGIÕES	Nº DE POBRES (X MIL)	PROPORÇÃO DE POBREZA (%)	ROTAS DE TRÁFICO (nacional e internacional)
Norte	2.220	43,2	76
Nordeste	18.894	45,8	69
Sudeste	13.988	23	35
Centro-Oeste	2.469	24,8	33
Sul	4.349	20,1	28
Brasil	41.919	30,2	241

Fontes: Pestraf – Banco de Matérias Jornalísticas / 2002: Relatórios Regionais da Pestraf, Departamento da Polícia Federal (DPF) – SAIP/CGMAF/DPJ/DPF – MJ – Brasília/DF e IBGE / 1999/2000.

e rodas de samba, de valores efetivos da educação e de capacitação profissional para os jovens.

Para verificar a eficácia do programa, há avaliações periódicas de desempenho que contam com a participação das comunidades. “O objetivo é aperfeiçoar e identificar novas oportunidades, em um esforço contínuo para ampliar a ação”. Atualmente, há entre 1.000 e 1.500 pessoas da comunidade trabalhando no complexo; número que varia de acordo com a estação do ano e com o movimento dos hotéis.

Com o assunto meio ambiente em alta, outro ponto estratégico para o desenvolvimento do turismo no Brasil é a Amazônia. A ministra do Turismo, Marta Suplicy, pretende que os investimentos nos estados que compõem a Amazônia Legal – Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – subam para R\$ 100 milhões em 2008.

Mudanças climáticas

Durante o Fórum Econômico Mundial de 2007, em Davos, na Suíça, o turismo foi uma das temáticas discutidas pelos economistas, investidores e acadêmicos presentes. Isto porque as condições climáticas são fatores-chave para a escolha de um destino pelos viajantes. No geral, para todas as escolhas de destino, seja uma ilha tropical de temperaturas altas ou uma montanha para a prática de esportes de inverno, todas as atividades que acontecem ao ar livre são influenciadas pelo tempo.

A discussão girou em torno do fato de que o turismo é essencial para a economia de muitas comunidades pelo mundo, e, por isso, as mudanças climáticas são importantes e devem ser consideradas. Elas podem, por exemplo, modificar até o fluxo dos turistas, que deixam de ir a algum destino porque está mais quente que o normal, preferindo visitá-lo em outra época ou escolher outro local de temperaturas mais amenas.

Além disso, o medo de eventos extremos, como ciclones, terremotos, enchentes ou secas, também é prejudicial às comunidades que esperam os turistas, não só pelas consequências do momento como também pela imagem gerada na mídia e o impacto negativo na economia.

A conclusão da discussão no fórum foi a de que o turismo não pode ser visto isoladamente em relação às questões ambientais. Mudanças neste setor podem



Programa Berimbau, da Costa do Sauípe, prevê geração de renda para o artesanato local

levar a impactos na economia e na área social, seja na empregabilidade, demanda de trabalho e políticas regionais ou nas acomodações, transporte e infra-estrutura. Os efeitos também influenciariam setores como agricultura, artesanato e pequenas empresas – negócios também importantes para o turismo.

Em Davos, também se concluiu que os próprios turistas podem colaborar para o problema climático, com o consumo de energia (ar-condicionado, luz, água, aquecimento), a liberação de gases que afetam a camada de ozônio e o uso excessivo de meios de transporte, tanto aéreos como terrestres. Por isso, a sustentabilidade do turismo também permeia a área ambiental. Existe a responsabilidade de minimizar estes danos, encorajando soluções que não prejudiquem o meio ambiente, como o uso de meios de transporte menos poluentes e a conservação de áreas naturais.

Links

- www.aflov.org.br
- www.cbts.org.br
- www.hospitalidade.org.br
- www.turismo.gov.br
- www.unwto.org

A necessidade de aplicar os conceitos da arquitetura sustentável

Nessa leva de conscientização atual, a construção civil se vê obrigada a implementar conceitos sustentáveis nas edificações

Vinicius Barbosa
contato@viniciusbarbosa.com.br



A importância do arquiteto no controle ambiental é fundamental e simbiótica, pois quando uma solução bem sucedida é utilizada em larga escala, modifica significativamente o contexto urbano, visto que onde há progresso há edifício

A atualmente, existe uma demanda globalizada de produtos, fato gerado pela estreita relação entre as nações por conta da facilidade de comunicação – internet, telefonia móvel, satélites –, da velocidade dos meios de transporte e, principalmente, da produção em grande escala. No entanto, apesar dos diversos benefícios que o mercado global oferece para o conforto dos mais isolados povos, surge o fator meio ambiente como o maior afetado pelo consumo desequilibrado.

Nunca o homem se vangloriou tanto de suas conquistas intelectuais, científicas, tecnológicas, assim como nunca antes reclamou com tanta intensidade dos prejuízos que esse desenvolvimento trouxe ao meio ambiente. E onde o arquiteto tem responsabilidade na questão?

Nos diversos períodos da história, observam-se construções características em cada região. As edificações em mármore de Roma, o branco homogêneo das Ilhas Gregas e os tijolos vermelhos aparentes da reconstruída Toulouse representam não somente o reflexo da cultura de seus respectivos povos em forma de arquitetura, mas, primordialmente, a condição imposta ao homem pela natureza quanto à disponibilidade de matéria-prima. É óbvio que antigamente os construtores não tinham muita opção, a não ser utilizar os materiais disponíveis no entorno imediato, exceto, talvez, no caso das grandes edificações públicas, devido ao preço do transporte.

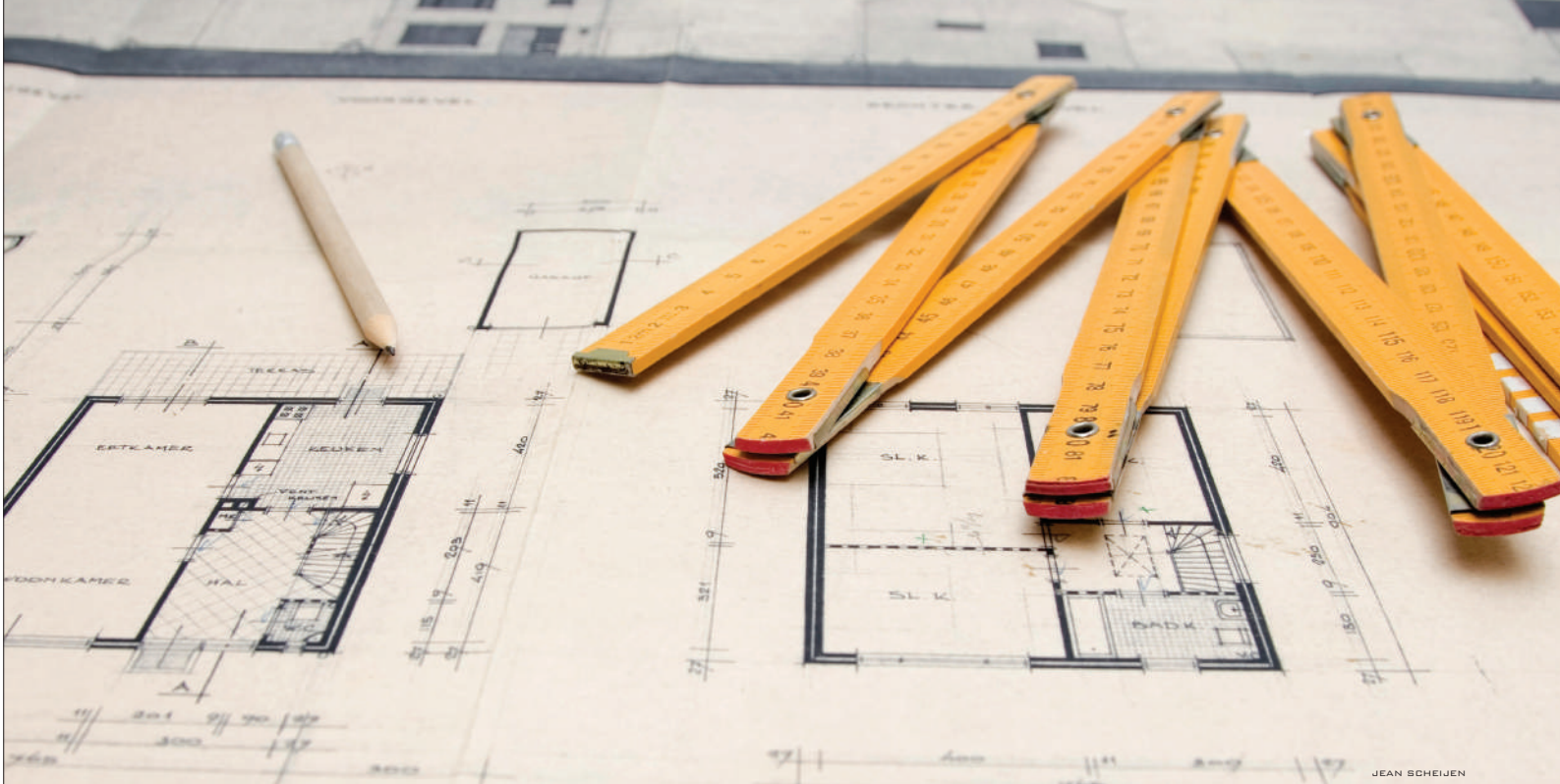
Mas, além de cada povo ser imortalizado pelo seu estilo arquitetônico, ganhava-se

em vários aspectos técnicos, como, por exemplo, maior eficiência termo-acústica devido à aplicação das grossas paredes de adobe ou de pedra. A natureza é perfeita, comprova a ciência, pois “especifica” as matérias-primas que melhor se comportam no meio em que se localiza.

Degradação

Com o avanço tecnológico, o homem descobriu, exigiu e passou a transportar materiais construtivos de uma cidade para outra, ocasionando produção maior para cobrir a demanda. Estes fatores são geradores de poluição, contribuem para o desequilíbrio ambiental e acarretam perda de qualidade de vida – o transporte rodoviário necessita de combustíveis fósseis, que são emissores de gases poluidores da atmosfera, e de pneus, clássicos “inimigos” do meio ambiente devido tanto pelo processo de produção quanto pelo tempo de degradação, visto que não existe uma política efetiva de reciclagem.

Sem contar as duvidosas soluções importadas, como as empenas de vidro em climas tropicais, que nos levam a questionar até que ponto é saudável a satisfação estética em detrimento do meio em que vivemos. A importância do arquiteto no controle ambiental é fundamental e simbiótica, pois quando uma solução bem sucedida é utilizada em larga escala, modifica significativamente o contexto urbano, visto que onde há progresso há edifício.



Um grande apoio a tais inovações vem sendo dado pelos diversos eventos temáticos, como a Casa Cor e a Casa Nova, que têm bastante visibilidade – quando não dos formadores de opinião – das classes de poder aquisitivo elevado. Nessas ocasiões, surge a grande oportunidade de se desvincular o projeto sustentável da imagem de subsistência, de primitivismo freqüentemente exibido em matérias jornalísticas televisivas; uma vez que se buscam aplicações de materiais, técnicas e tecnologia em um modelo de bom gosto. Existe um público com poder de compra que, mesmo com desejo pelo sustentável, evita ou teme a arquitetura ecologicamente correta, por desconhecer as possibilidades esteticamente favoráveis que a mesma pode proporcionar.

Bons exemplos

Um importante passo legal foi dado – e em alguns anos será uma realidade – na garantia do processo ambientalmente responsável de aprovação de projetos na Europa. A nova legislação de obras do Reino Unido, que exigirá a partir de 2016 um modelo construtivo sustentável – layout e equipamentos em prol da geração própria de energia, com redução de poluição emitida na atmosfera, obtendo-se inclusive incentivos fiscais –, dita uma nova ordem arquitetônica mundial, ratificando o papel fundamental do arquiteto na recuperação do bem-estar global.

O Brasil tem um bem sucedido processo de responsabilidade ambiental, só que ele está mais relacionado à pobreza e à falta de oportunidades no campo de trabalho do que a uma preocupação social e governamental. Onde, por exemplo, catadores de latinhas vêm na reciclagem sua tábua de salvação, há um grande avanço em relação a soluções inovadoras e criativas.

Bons exemplos na construção são o reaproveitamento de alumínio proveniente de embalagens tipo longa vida para fabricação de telhas e a aplicação das garrafas PET em iluminação zenital, como estrutura flutuante para casas fluviais ou até em sistemas de aquecimento de água, evitando que uma quantidade significativa destes ditos “descartáveis” seja despejada nos já saturados lixões.

Para que situações como essas se tornem uma realidade mais próxima, sem mesmo a necessidade de imposições legais, os profissionais têm a responsabilidade de fazer da arquitetura bioclimática um motivo de ampla satisfação para os clientes, seja pelo bem sucedido resultado estético como, principalmente, pelo retorno financeiro a médio prazo. Devem-se demonstrar no papel os benefícios relacionados a conforto, beleza, harmonia, mas, principalmente, economia, o que não é tarefa das mais fáceis. É preciso uma boa dose de habilidade para convencer um cliente que determinada solução imediatamente mais cara pode virar lucro no futuro.

É o que acontece em países como a Alemanha, cujas residências com sistema de geração própria de energia (eólica e solar, essencialmente), que, quando acumulada em excesso, pode ser transferida para a rede da concessionária, gerando créditos ao próprio consumidor. A finalidade não é lucrativa, mas de aproveitamento de uma quantidade de watts gerados além do necessário em casos fortuitos de ausência provisória, tais como períodos em que as famílias viajam.

No Brasil, este artifício ainda não é regulamentado. Mas, não tardará para acontecer, desde que os órgãos competentes entendam o processo que é de âmbito mundial; enxergue a singular capacidade diversificada energética de nosso país; e saiba utilizar tudo isso em benefício da economia nacional. O quanto antes buscarmos soluções racionais e viáveis, mais rápido teremos resultados no futuro. Cabe a cada um reconhecer como, onde e o que é lucrativo nesse mercado. E se os profissionais da construção civil fizerem sua parte, a sociedade como um todo só terá a ganhar. ☺

Vinicius Barbosa. Proprietário do escritório de arquitetura Vinicius Barbosa & ARQ.Brasil e desenvolve projetos na área bioclimática desde 1997.

A conscientização dos agentes transformadores da sociedade

Ao contratar jovens aprendizes, setor privado conta com profissionais capacitados e ainda contribui para a redução da evasão escolar e da desigualdade social

Norberto Ferreira de Souza
souzanorberto@ig.com.br



Se os empresários se conscientizarem de que podem ser agentes transformadores da realidade da Nação, contarão ainda com bons quadros na empresa, preparados e treinados por entidades certificadoras destinadas ao aperfeiçoamento dos aprendizes

É cada vez maior o número de jovens entre 15 e 24 anos que abandonam os estudos. De acordo com o censo escolar divulgado em 2006 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), houve uma diminuição de 1,5% no total de alunos matriculados no período entre 2004 e 2005. Já o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), em conjunto com o Instituto Polis, por meio de uma pesquisa realizada em 2005 com 8.000 jovens de 15 a 24 anos, das oito principais regiões metropolitanas, indica que 27% deles não trabalham nem estudam.

Vários desses adolescentes deixam os bancos escolares para buscar empregos e, assim, complementar a renda familiar, o que ocorre mesmo entre os que recebem o Bolsa Família. Entretanto, para muitos essa procura gera apenas frustração, em função da pouca qualificação profissional.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada em 2005 pelo IBGE, a parcela de adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola subiu para 18% entre 2006 e o ano anterior. Iniciativas como o Bolsa Família, que atende jovens até os 15 anos de idade, já não são mais suficientes para mantê-los na escola, uma vez que o mercado de trabalho oferece renda superior, para os que conseguem nele ingressar. Os valores pagos pelo programa variam entre R\$ 15 e R\$ 95, de acordo com a renda mensal e o número de crianças e gestantes da família contemplada.

Para um país que almeja sair do patamar de nação em desenvolvimento para desenvolvimento é de suma importância a reversão desse quadro. As últimas décadas têm demonstrado que, sozinhos, os governos federal, estaduais e municipais são incapazes de alterar essa situação.

Isso só poderá ocorrer com o engajamento do setor privado em variados tipos de ação.

Uma das saídas vislumbradas é que esse setor proporcione as vagas de trabalho almejadas pelos jovens, em atividades que o possibilitem também a continuidade dos estudos. Uma iniciativa muito interessante nesse sentido é a nova Lei de Aprendizagem (nº 10.097/2000, regulamentada por decreto em 2005), que determina que as empresas com cem ou mais funcionários abram entre 5% e 15% de vagas de trabalho para aprendizes.

De acordo com a lei, essas empresas contarão com vantagens fiscais nesse tipo de contratação, como a diminuição do percentual recolhido para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de 8,5% para 2,5%. Mesmo para as que não estão obrigadas, como as optantes pelo regime tributário simples, as vantagens são interessantes, pois há redução de 8% para 2% no FGTS. Em troca do benefício, o governo exige uma contrapartida: que as empresas ofereçam cursos teóricos a esses jovens, focados nas atividades exercidas por ele — o que pode ficar a cargo de entidades certificadoras.

Muitos adolescentes terão não só a oportunidade de trabalho como também o incentivo ao aperfeiçoamento profissional e à continuidade dos estudos. Vale ressaltar que as micro e pequenas empresas também podem contratar aprendizes e gozar não só dos benefícios fiscais previstos em lei neste tipo de contratação mas também da consciência participativa na melhoria do quadro social do nosso país, possibilitando o crescimento pessoal de jovens que muitas vezes precisam apenas de uma oportunidade para se destacar profissionalmente.

As pessoas contratadas na condição de aprendiz devem receber semanalmente uma capacitação. Entidades como as ligadas ao

Rotary Ensino Profissionalizante (REP) promovem essa capacitação, inserindo jovens de 14 aos 24 anos nas empresas na condição de aprendiz. Se os empresários se conscientizarem de que podem ser agentes transformadores da realidade da Nação, contarão ainda com bons quadros na empresa, preparados e treinados por entidades certificadoras destinadas ao aperfeiçoamento dos aprendizes.

Aos empresários, podemos sugerir a adoção de tal medida. Já aos órgãos competentes pela fiscalização da referida lei, podemos sugerir uma ação mais rígida. Basta observar os resultados divulgados pela Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo (DRT/SP): 40% das empresas fiscalizadas, entre janeiro e agosto de 2006, estão em desacordo com a lei. As multas variam de R\$ 402,53 a R\$ 4.025,30.

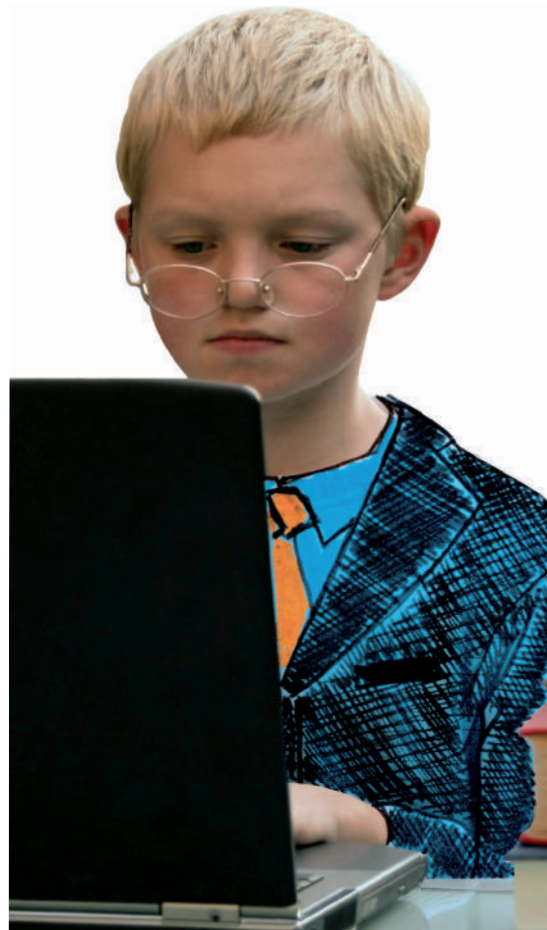
Com uma ação rígida dos órgãos competentes na fiscalização, associada à consciência social crescente entre os empresários, muitos jovens ingressarão no mercado de trabalho e poderão prosseguir seus estudos. Um exemplo dos reflexos da fiscalização no crescimento de contratações é que, em 2006, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) bateu recorde de inserção de jovens no mercado de trabalho

sob ação fiscal: foram 44.049 adolescentes registrados, contra 29.605, em 2005.

Os estados que mais contrataram foram Minas Gerais, com 5.712 jovens contratados, seguido de Espírito Santo, com 5.529. São Paulo ficou em terceiro lugar, com 5.106 aprendizes contratados, com idades entre 14 e 24 anos. A expectativa é que esse número ultrapasse 50 mil no balanço de 2007.

Apesar dos números, o caminho a percorrer ainda é longo e depende da conscientização dos empresários de que toda empresa pode contratar um aprendiz: grandes, médias, pequenas e até as micro. Com isso, contribuirão ativamente para a diminuição da evasão escolar e da desigualdade social, que ainda assola o país. Além disso, esses jovens podem se tornar bons profissionais dentro da corporação, evoluindo e moldando-se de acordo com a política interna, contribuindo com a lucratividade e o crescimento das companhias que lhe deram oportunidade, e podem ajudar corporações de todos os portes a se adequarem às exigências da lei. 

Norberto Ferreira de Souza. Presidente do Rotary Ensino Profissionalizante.



Cursos in company

- **Práticas Contábeis para o Terceiro Setor (Módulos Básico e Avançado)**
- **Reorganização Patrimonial e Societária das Entidades Sociais e Religiosas**
- **Planejamento Legal Tributário - Como conquistar e manter Imunidade/Isenção Tributária (Módulos Básico e Avançado)**
- **Técnicas de Recuperação Tributária**
- **Prestação de Contas das Entidades Sociais aos Órgãos Públicos (INSS, MJ, TCM, CNAS)**

Informações:

Tel (11) 5102-4654 | Fax (11) 5102-4656

comercial@economica.com.br | www.economica.com.br

Agora a
ECONÔMICA
vai até você

CIEE

Entidade integra estudantes, escolas e instituições de ensino e possibilita a entrada de milhares de jovens no mercado de trabalho

Por Jaqueline Januzzi



Sede do CIEE em São Paulo

“O CIEE é a mais eficaz ponte entre o mundo do saber e o mundo do fazer”. É assim que Luiz Gonzaga Bertelli, presidente-executivo do Centro de Integração Empresa Escola, define a instituição. A maior e mais tradicional ONG de apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho do país foi fundada há 43 anos por empresários e educadores que perceberam, àquela época, a defasagem existente entre o conteúdo transmitido pelas instituições de ensino e o exigido pelas empresas – descompasso que era e continua sendo o principal motivo da exclusão de jovens do mercado de trabalho.

A solução veio por meio da promoção de programas de treinamento prático de estudantes nas próprias organizações, recurso previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sob o conceito de estágio. Devido à atuação do CIEE junto ao mercado de trabalho, essa é a opção de recrutamento da maioria das empresas atualmente. Diretamente, são três os públicos atingidos: os estudantes, principais

beneficiados; as escolas, que definem os parâmetros do estágio para seus alunos; e as empresas e órgãos parceiros, que recebem os jovens para capacitação prática.

O relacionamento com esses públicos é realizado por equipes especializadas em cada segmento. O CIEE São Paulo, por exemplo, responsável pelo trabalho em 19 estados do Brasil, conta com 300 unidades de atendimento, 1.500 funcionários e um conselho de administração, composto por 38 educadores e empresários. Atualmente, administra o estágio de aproximadamente 200 mil estudantes, em 30 mil empresas e órgãos públicos parceiros. Além dos estágios, o CIEE mantém mais de 7.000 jovens em programas de aprendizagem em 1.800 empresas; desenvolve, com a ajuda de parceiros, um programa de alfabetização e suplência de adultos, com mais de 50 mil beneficiados; e tem um projeto de inserção de pessoas com deficiência, responsável pela colocação em estágio de 2,5 mil jovens com algum tipo de limitação física ou mental.

Para colocar todos esses serviços em prática, a entidade conta com uma receita proveniente de contribuições das empresas parceiras, mas as parcerias também são uma importante ferramenta de trabalho. Há convênios com a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), o Tribunal de Justiça de São Paulo e inúmeras prefeituras, além de um estreito relacionamento com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), promovendo concursos literários para estimular o interesse pela leitura e ciclo de seminários antidrogas nas escolas superiores de todo o país.



Futuro baseado em valores e conquistas

O CIEE pode ser considerado pioneiro da profissionalização do 3º Setor. Entre as virtudes que defende está, acima de tudo, a valorização da educação, tanto a adquirida formalmente, nos bancos escolares, quanto a do dia-a-dia da prática profissional. A entidade também acredita que a união de esforços pode solucionar problemas que o governo já não consegue resolver, e que as ações de forte cunho social, direta ou indiretamente, levarão ao desenvolvimento nacional sustentável.

Para o futuro, o CIEE planeja aumentar seus investimentos em projetos sociais como o Programa Aprendiz Legal, que visa inserir jovens de 14 a 24 anos no mercado de trabalho. Contratados pela CLT, eles recebem treinamento prático paralelamente a cursos de capacitação teórica. A expansão também está prevista para o Programa de Educação a Distância, que já beneficiou 150 mil estudantes com uma grade de 20 cursos, gratuitos e acessíveis em qualquer cidade do Brasil pela internet. Até o final do ano, o número de atingidos deve chegar a 200 mil.

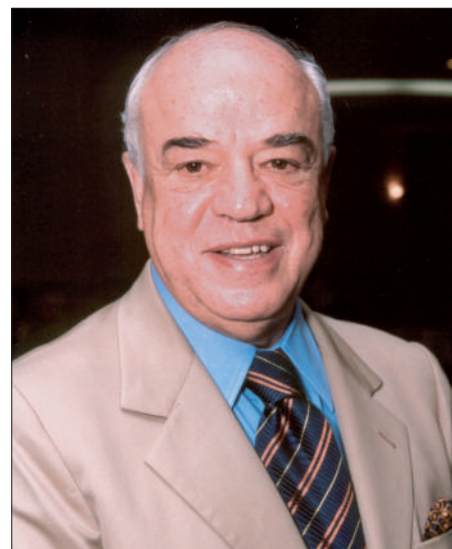
Com tantos projetos e anos de história, a entidade acumula muito aprendizado e experiência, mas também muitas vitórias. “A maior conquista do CIEE está expressa nos números conquistados, que têm por trás histórias de jovens que tiveram um melhor destino graças à oportunidade de

aprender uma profissão e, em paralelo, manter seus estudos ou ajudar na renda familiar com sua bolsa-auxílio”, comemora Luiz Gonzaga Bertelli, presidente executivo da instituição, que também pondera: “Se tanto foi feito, outro tanto ainda está por fazer: atualmente um milhão de jovens ainda espera por uma vaga”.

Ou seja, O CIEE ainda tem muito trabalho pela frente. 

CIEE

i Rua Tabapuã, 540
Itaim Bibi – São Paulo/SP
Atendimento ao estudante:
(11) 3046-8211
www.ciee.org.br



Luiz Gonzaga Bertelli, presidente executivo do CIEE

Prêmios recebidos

- Pelo 2º ano consecutivo, inclusão no ranking “As Melhores Empresas Para Trabalhar”, do Instituto Great Place to Work e da revista Época;
- Pela 1ª vez, inclusão no guia As Melhores Empresas Para Você Trabalhar, das revistas Você S/A e Exame;
- Vencedor do Prêmio E-Learning Brasil 2007/2008 na categoria “Contribuição Marcante” com o programa CIEE de Educação a Distância (EAD);
- Vencedor dos prêmios Top Social em 1999 e 2001;
- Vencedor do Marketing Best em 2001;
- Recebeu o título de Instituição Solidária em 2001;
- Recebeu o Selo Empresa Cidadã em 2001;
- Recebeu o Prêmio da Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social em 2001.



Estudantes cadastrados no CIEE são encaminhados a processos de seleção das empresas

Missão, visão e valores

Missão – Oferecer à comunidade brasileira soluções que contribuam efetivamente para a capacitação profissional da juventude, visando à sua integração ao mercado de trabalho e ao exercício da cidadania.

Visão – Ser reconhecida como a maior e melhor instituição brasileira na interação educação e trabalho.

Valores – Responsabilidade social; comunidade bem atendida; postura ética e imparcial; confiança e credibilidade; aprimoramento contínuo; soluções ágeis e inovadoras; profissionais competentes, valorizados e motivados; dedicação e lealdade; trabalho em equipe; crescimento contínuo auto-sustentável; orientação para resultados.

Globalizando o que importa

O que narizes vermelhos e corações éticos podem fazer em meio ao caos?

Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br



Mais um ano correu. Pelo menos é o que diz o calendário utilizado pela maior parte da civilização ocidental, incluindo esta terra verde e amarela onde caminhamos. É quase inevitável a tentação de olhar para o ano que se despede e fazer o balanço. Balançamos de que maneira ao longo dos dias? Acompanhando a correnteza – quase sempre de modo anestesiado – ou ousando braçadas conscientes em direções alternativas, ainda que sob protestos de quem não sabe nadar?

Embora seja uma tarefa individual, torço ferozmente para que a sua “Planilha Existencial Versão 2007” apresente diversos momentos de nutrição coletiva, do corpo e da alma.

Balanço social

Em novembro, tive a oportunidade de desenvolver atividades que balançaram de maneira essencial o meu ano – é bom que se lembre: inesquecíveis doze meses. Até outubro, aconteceram situações de conquistas, frustrações e oportunidades, mas a Expedição Social ao Peru – responsável pelos acontecimentos “novembrinos” – nutriu a contabilidade do meu balanço social. Senta que lá vem história, tendo como enredo a decisão de globalizar os três únicos elementos que verdadeiramente importam como combustível para este planeta: amor, amor e amor!

Se a Petrobras descobriu uma baita reserva de petróleo, pude redescobrir e confirmar durante a viagem a crença na possibilidade de ressurgimento “a la fênix” da dignidade humana a partir do caos.

“Não reconheço nacionalidades nem fronteiras; meu compromisso é com a vida”

Anthony Quinn (ator mexicano)

Tirando os pés do chão

Entre os dias 1º e 5 de novembro, um grupo de sete voluntários do Canto Cidadão – ONG fundada e coordenada por mim e pelo Roberto Ravagnani – viajaram ao Peru a convite do governo de lá, em decorrência de uma expedição bem sucedida realizada

em junho. Feliz de mim que estava entre os sete. Nesta segunda incursão os resultados foram amplificados em termos de qualidade e número de pessoas beneficiadas.

A missão? Levar às vítimas do terremoto de agosto, especialmente das cidades de Ica e Pisco (distantes 300 quilômetros de Lima, aproximadamente), preciosas doses de carinho, gentileza e respeito. Foram várias atividades de interação com os peruanos, por intermédio de visitas a hospitais e asilos, apresentações em comunidades carentes, palestras para adultos e idosos e contato freqüente com as autoridades da área de promoção social do país.

Embora os expedicionários não tenham levado em sua bagagem contribuições tangíveis e mensuráveis, as respostas espontâneas e sinceras dos visitados carimbou o passaporte da pertinência das ações. Ficou evidente na prática a afirmação de Frei Betto, ou seja, “que a fome de pão é saciável, enquanto que a fome de beleza é insaciável”.

Os Doutores Cidadãos – voluntários palhaços hospitalares ligados ao Canto Cidadão – levaram beleza na sua essência, pela solidariedade, pelo fazer o bem sem observar fronteiras de países, culturas ou idiomas. Certeza reforçada de que no caos a mensagem afirmativa é determinante para o resgate da dignidade.

Vida brotando nos escombros

Caminhando pelas cidades, enchia nossos olhos constatar os escombros e terrenos vazios que antes abrigavam casas, escolas, empresas, igrejas, hospitais e, obviamente, pessoas com suas vidas e sonhos. Desde bairros centrais das cidades até comunidades carentes nas periferias, foi possível perceber o que um forte tremor de menos de dois minutos consegue fazer. As construções que não tinham estrutura reforçada foram abaixo ou ficaram seriamente danificadas, a maioria condenada à demolição. Somente nas regiões visitadas, mais de mil pessoas perderam suas vidas, e outros milhares sofreram traumas físicos e emocionais sérios.



Idosas são contagiadas pela alegria dos palhaços voluntários

O desastre aconteceu em agosto, mais exatamente no dia 15, às 18h50. Era um começo de noite, o que tornou todo o processo pós-terremoto ainda mais difícil. O país não enfrentava uma situação igual há décadas, e muitas construções não estavam preparadas para resistir, assim como as pessoas não tinham em seu dia-a-dia a preparação para lidar com uma situação limite como aquela.

Cidades ressurgindo das cinzas e do pó, literalmente. Ainda há muito a se fazer, pois bairros inteiros foram abaixo. Estruturas de atendimento público, tais como escolas e hospitais, deixaram de existir de um momento para outro. Em uma igreja de Pisco, quase 200 pessoas perderam suas vidas durante a realização da missa. Os relatos dão conta de que as cidades acordaram no dia seguinte sem saber a extensão do desastre, tampouco quais e quantos amigos e familiares haviam sucumbido.

Aparentemente, a visita dos Doutores Cidadãos não fazia sentido algum naquele cenário, e eu mesmo me flagrei prestes a cair na armadilha da anestesia, racionalizando algo que só fica claro quando se pratica. Entretanto, a minha crença mais íntima foi confirmada, e ficou evidente que as pessoas estão ávidas por apoio material, sem dúvida, mas também anseiam muito por carinho, alegria e gentilezas.

Como diz o dr. Patch Adams, “quando o ser humano tem comida e amigos, ele pode superar qualquer adversidade”. Na ida, a bagagem estava cheia de potência afetiva; na volta, abarrotada de novos amigos.

“É melhor morrer de pé que viver de joelhos”
Dolores Ibarruri (revolucionária espanhola)



Dr. Raviolli Bem-te-Vi, personagem de Felipe Mello, recebe o carinho de menina peruana

Terremotos brasileiros

Encarar um terremoto é uma situação limite. O povo peruano parece ter se unido muito a partir da comoção nacional. O Brasil também pode aprender sobre as vantagens da união frente aos desafios de interesse coletivo. Felizmente, não temos terremotos físicos, dos que fazem o chão tremer e derrubam casas. Contudo, temos diversos terremotos morais – íntimos e públicos –, que também deixam o povo brasileiro sem chão, estapeando a autoestima e o orgulho nacional.

Este texto é uma redundante expressão de minha certeza: a grande maioria das pessoas utiliza o combustível errado na maior parte do tempo. É claro que errar é humano, como dizem à boca miúda, mas persistir no erro é burrice, sem qualquer intenção de ofender os equânimos de tal espécie.

Os terremotos brasileiros têm algumas origens: no campo da coletividade, a covardia, estupidez e falta de caráter de uma parcela significativa dos políticos e funcionários públicos, alimentadas pela inércia dos cidadãos.

Todas as vezes que praticamos a anestesia, dopados pela certeza quase definitiva de que “este país não tem jeito”, permitimos que rachaduras aumentem. Na esfera individual, criamos terremotos quando patrocinamos a mediocridade em nós mesmos. O que você aprendeu em 2007? Como a sua existência foi valorizada? Você provocou reformas íntimas ou assistiu a todas as novelas e danças dos artistas? Raciocínio quase simplista. Quase.

Enquanto isso, um brasileiro morre assassinado a cada 12 minutos (média de 2006), apenas metade da nossa população sabe onde fica o país no mapa-múndi e, até o final de novembro, a União investiu apenas R\$ 1 de cada R\$ 3 previstos no orçamento de 2007. Haja potência de futuro para resistir a tanta insensatez presente.

“Nada grandioso no mundo foi realizado sem paixão”

George, W. F. Hegel (filósofo alemão)

Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima

Existe potência de vida em meio ao caos, e isto deve alimentar a nossa crença na possibilidade da cura do mundo. Cada contato com cidadãos peruanos vítimas do terremoto deixou claro que o ser humano é forte, e quando ajusta sua caminhada para a direção correta, os desafios são superados.

Certamente voltei transformado da Expedição Social ao Peru, marcado pela possibilidade de curar o mundo todos os dias, em cada uma das atitudes que escolho – o universo é um hospital, e somos pacientes e cuidadores o tempo todo –, muito mais do que pelas palavras facilmente carregadas pelo vento. Felizes atitudes em 2008! 🍷

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.



Voluntários do Canto Cidadão com comunidade local, em frente a hospital atingido por terremoto



Equoterapia: a cada trote uma esperança

ONGs e governo garantem acesso gratuito a essa modalidade de terapia que cresce no Brasil

Por Juliana de Souza

No final de 2006, Pedro, um homem maduro com pouco mais de 50 anos, sofreu um grave acidente de moto que o deixou 40 dias em coma. Sua articulação, fala e capacidade de locomoção ficaram bastante comprometidas. Hoje, embora ainda longe de voltar a ser como antes, está se descobrindo um outro homem com a ajuda da equoterapia.

Luiz é um rapazinho de 15 anos no corpo de uma criança. Pesa cerca de 15 kg e possui graves deformações nos membros e na coluna. Ele sofreu um afogamento na piscina de sua casa aos quatro anos de idade. Seu corpo frágil e sua mente esperta demonstram grande prazer quando está montado no dorso do animal.

Pedro e Luiz fazem parte do grupo de praticantes da equoterapia, uma modalidade de tratamento que vem crescendo a cada dia e que já tem os benefícios reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

De acordo com Fernanda Paula Santos, fonoaudióloga e sócia do Centro de Equoterapia Paraíso, de Porto Alegre (RS), para trabalhar com o método, é necessário seguir uma série de recomendações e normas da Associação Nacional de Equoterapia (Ande-Brasil). “O profissional deve possuir uma habilitação, obtida por meio de cursos ministrados pela associação ou filiados.” Além disso, as instituições privadas devem priorizar a filantropia.

“Quando a prática da equoterapia for remunerada, deve-se manter um percentual mínimo de 20% das vagas para atendimento gratuito à comunidade”, diz.

Em todo o país, existem mais de 130 centros de equoterapia, privados e sem fins lucrativos, filiados à Ande-Brasil. Todos eles são formados por equipes transdisciplinares – isso quer dizer que profissionais de várias áreas se juntam para integrar um mesmo tratamento. “Olhando de fora, certamente não será possível identificar quem é o psicólogo, o fisioterapeuta, o fonoaudiólogo ou o professor de equitação. É isso o que chamamos de equipe transdisciplinar”, elucida Amauri Solon Ribeiro, psicólogo e idealizador do Centro de Equoterapia e Qualidade de Vida (Equovida), do Rio de Janeiro (RJ).

Desde antes de Cristo

Dados históricos contam que o emprego do cavalo como motivador terapêutico data de 450 a.C., quando Hipócrates, considerado “o pai da medicina”, já aconselhava os exercícios físicos a cavalo como benéficos à saúde do homem. Especialistas explicam que o deambular do animal é o mais próximo do caminhar humano, tendo apenas 5% de diferença.

Esse movimento tridimensional favorece o acionamento do sistema nervoso,



“Costumo dizer que a equoterapia é a terapia da alma, porque ela mexe não só com a parte física do ser humano, como também com o lado psicológico. É indescritível a sensação que temos quando estamos sobre o cavalo”

Cathlen Cudo, portadora de seqüelas de paralisia cerebral

Fonte: Ande-Brasil

alcançando os objetivos neuromotores, como equilíbrio, consciência corporal, coordenação motora e força muscular. Além disso, “na equoterapia, a estimulação do ambiente faz com que a espontaneidade aflore o prazer de estar montado em um animal superior ao tamanho do praticante, aumentando a auto-estima e autoconfiança”, completa Fernanda.

Benefícios

A equoterapia pode ser aplicada em várias áreas, como ortopédicas, neuromusculares, cardiovasculares, respiratórias, psicológicas e também educacionais. De acordo com Águeda Mendes, pedagoga e coordenadora do Centro de Equoterapia de Porto Alegre (Cepa), para que ocorra aprendizagem, é necessário que haja interação entre o indivíduo e o ambiente. “Nesse processo, fatores como a capacidade de manter a atenção concentrada, estabelecer vínculos afetivos e autoconfiança assumem um papel de relevada importância.”

Mendes elucida que “inicialmente, o cavalo é um novo problema para a criança. Quando ela começa a aprender a maneira correta de montar e descobre meios de comandar o animal, desenvolve a autoconfiança, a afetividade e também trabalha limites”. Outro aspecto importante é que o praticante deve estar concentrado durante o tempo da terapia, fato importante para o bom desempenho na escola.

A fonoaudióloga Fernanda diz que o trabalho realizado na equoterapia está intimamente ligado à fonoaudiologia, já que, além do desenvolvimento da linguagem, os órgãos responsáveis pela fala também são trabalhados. “A terapia melhora a qualidade da capacidade respiratória e da coordenação pneumo-fono-articulatória. Tudo isso aprimora o desenvolvimento da comunicação”, exemplifica.

Trabalho voluntário

Desde 1993, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Equoterapia do Regimento da Cavalaria do Estado de São Paulo desenvolve atividades terapêuticas para comunidades carentes. O programa da Cavalaria da PM conta com o trabalho voluntário de fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e pedagogos, para proporcionar mais qualidade de vida a crianças e adultos com deficiências de diferentes naturezas: autismo, deficiência auditiva e paralisia



Profissionais em haras da Equovida, que possui animais treinados para a prática da equoterapia

cerebral. Anualmente, são atendidos 40 pacientes selecionados após triagem realizada pelos profissionais voluntários. Hoje, a lista de espera para iniciar o tratamento é de cerca de 600 pessoas, que podem aguardar até cinco anos na fila.

A Associação de Equoterapia de Campinas (AEC), no interior paulista, atende atualmente 50 crianças e adolescentes com necessidades especiais educativas. Como co-financiadores do projeto estão o Conselho Municipal e Assistência Social, por meio da Prefeitura de Campinas, e a Secretaria de Educação da cidade. Fundada em 1998, a AEC conta também com uma assistente social, que realiza um trabalho de visitas domiciliares, atendimentos e orientações às famílias dos praticantes.

Uma das mais conhecidas entidades que cuidam de pessoas com necessidades especiais, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (Apae) conta com o tratamento de equoterapia em várias unidades, como Bauru (SP), Várzea Paulista (SP), Proto Alegre (RS), Uruarama (PR), Tubarão (SC), Distrito Federal, Três Rios (RJ), entre outras. Todas as unidades recebem apoio do governo, empresas e/ou pessoas físicas para proporcionar a terapia gratuitamente à comunidade. 

Links

 www.equo.com.br
www.equoterapia.org.br
www.equoterapia.com.br
www.equovida.com.br
<http://aec-cps.sites.uol.com.br>



Amauri Ribeiro (à direita) acompanha exercício com criança deficiente



Contato entre o animal e os pacientes é estimulado no Centro de Equoterapia Paraíso

Ande-Brasil

Sociedade civil sem fins lucrativos de caráter filantrópico, terapêutico, educativo, desportivo, cultural e assistencial. É assim que está definida a Ande-Brasil, que se mantém com contribuições de mantenedores, convênios com entidades públicas e privadas, doações e cursos. Com atuação em todo o território nacional desde 1989, a entidade contribui com a reabilitação e educação de pessoas com necessidades especiais.

A Ande é o órgão que rege a equoterapia no Brasil, sendo responsável por supervisionar a prática, promovendo e estimulando a realização de cursos e levantamentos estatísticos. Filiada à entidade internacional de equoterapia, The Federation Roding Disabled International, conta também com o apoio da Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), da Presidência da República.

Inclusão e qualificação de deficientes

Para ajudar os gestores de recursos humanos a melhorar seus processos de recrutamento e seleção de pessoas com deficiência, a Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB-SP) promoveu, com apoio do Instituto Paradigma, o seminário "Como implementar soluções e parcerias para a inclusão e qualificação profissional de pessoas com deficiência?". O programa foi composto por palestras e relatos de casos de sucesso, e contou com a participação de profissionais que desenvolvem programas de inclusão econômica em empresas ou atuam no setor público, por meio da Delegacia Regional do Trabalho.

i www.ccfb.com.br
www.desenvolvsh.com.br
www.institutoparadigma.org.br

Encontro Brasileiro de Amputados

O 2º Encontro Brasileiro de Amputados, organizado pela Ortopédica Catarinense com o apoio da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), foi realizado entre 23 e 25 de novembro, no Hotel Canto da Ilha, em Florianópolis (SC). Pessoas vítimas de amputação e usuários de próteses estiveram reunidas para tratar de inclusão no mercado de trabalho, reabilitação com qualidade e para conhecer novas tecnologias que permitem uma vida normal e até práticas de atividades esportivas. Um dos destaques do evento foi o atleta da Seleção Brasileira de Vôlei, Daniel Jorge da Silva, que disputou o Parapan Rio 2007 e conquistou a medalha de ouro. Daniel, usuário de prótese, disse que trabalhou três anos para alcançar seu sonho e que hoje vê as novas oportunidades e os novos desafios esportivos com mais otimismo.

i www.encontrodeamputados.com.br



O atleta Daniel da Silva, usuário de prótese, encara a parede de escalada



A cartilha *O Voto da Pessoa com Deficiência*, lançada no seminário

Acessibilidade nos cartórios eleitorais

Foi realizado em 30 de outubro, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o seminário "Acessibilidade do Eleitor com Deficiência", que abordou as dificuldades enfrentadas pelos deficientes durante o processo eleitoral. Pesquisa realizada por alunos de Terapia Ocupacional do Centro Universitário São Camilo, em 2006, permitiu criar o Índice de Acessibilidade do Eleitor com Deficiência (IAED), indicador com variação de zero a 15. Durante o evento, também foi lançada uma cartilha que visa orientar o eleitor deficiente acerca de seus direitos de acesso às urnas, incentivando a participação e o acesso desses cidadãos.

i www.al.sp.gov.br



Evento reuniu 40 expositores para obter recursos para surdos

Shopping Solidário beneficia surdos

Nos dias 30 e 31 de outubro, o Instituto Musical Beethoven promoveu, em São Paulo (SP), o Shopping Solidário, que beneficiou adultos e crianças surdos atendidos pela Divisão de Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Derdic), vinculada à PUC-SP. Ao todo, 40 expositores trouxeram novidades a preços em conta, como objetos de decoração, semijóias, bolsas, moda feminina e masculina, entre outros itens. Há mais de 37 anos a Derdic é um centro de referência no tratamento de pessoas com alterações de audição, voz e linguagem. Oferece atendimento e educação a crianças, adolescentes e adultos surdos pertencentes a famílias economicamente desfavorecidas.

i www.deric.org.br
www.nmb.com.br

Capoeira para pessoas com deficiência

A Associação Esporte Nacional Capoeira lançou, em 27 de outubro, o projeto Capoeira para Crescer. A iniciativa oferece, gratuitamente, aulas de capoeira para alunos com deficiência física ou mental da Cooperativa CrêSer, de Porto Alegre (RS). O projeto, voltado para a inclusão social por meio do esporte, é fruto da parceria entre a associação e a empresa Krim Bureau Digital, e conta com incentivo do Programa de Apoio e Promoção do Esporte (Proesporte) da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. As aulas ocorrem desde setembro, duas vezes por semana. Atualmente, um grupo de 40 pessoas participa das atividades que envolvem reforço muscular, movimentos, musicalidade e conhecimentos da história da Capoeira e do Brasil.



Mestre Delmar coordena atividades físicas e de alongamento em grupo

De olho na baixa visão

A Laramara lançou, em 8 de novembro, o projeto "De olho na baixa visão: ações de apoio ao escolar", que visa à promoção e ao desenvolvimento do aluno com baixa visão e suporte aos professores no processo de inclusão, disseminando conhecimento especializado e provendo recursos especiais. O projeto conta com a parceria de universidades, poder público, empresas e instituições. Durante o lançamento, foram entregues os recursos ópticos doados a usuários da Laramara pela Gravo Steel Braille, empresa de sinalizações em braile e piso tátil, e de um kit de orientação ao professor elaborado pela equipe técnica da instituição, patrocinado e distribuído às escolas pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação.

i www.laramara.com.br
<http://portal.mec.gov.br/seesp>



Mara Siauly, fundadora da Laramara, e crianças atendidas na entidade

Valor empresarial transferido para ações voluntárias

Programa do HSBC é sucesso entre colaboradores motivados pelo trabalho comunitário

Empresas existem para gerar valor. Esta é a principal missão de qualquer negócio. É para esse fim que seus líderes armam estratégias, buscam direcionar as ações, e seus acionistas investem. Nos últimos anos, o mercado tem exigido uma transformação no modo como as empresas fazem negócios e se relacionam com o mundo. Neste aspecto, as ações de responsabilidade social têm se transformado em exigência do mercado, agregando valor às ações e à marca.

Lançado em 2005, o Portal do Voluntário é um dos canais utilizados pelo Instituto HSBC Solidariedade para mobilizar socialmente os colaboradores do banco. “Queremos, por meio do portal, sensibilizá-los sobre a importância da participação social, incentivando-os para que busquem maneiras de contribuir”, afirma Rafael Bonfim, analista de Responsabilidade Social do Instituto HSBC Solidariedade.

No entanto, o Portal do Voluntário não concentra apenas informações de ações realizadas pelo Instituto. Também possibilita que seus colaboradores enviem contribuições sociais. “Dessa forma, além de estimular o colaborador a buscar informações sobre as ações de responsabilidade corporativa desenvolvidas pelo instituto, também o incentivamos a participar de atividades sociais diversas, criando uma rede”, explica Bonfim.

A principal estratégia para colocar os colaboradores que desejam ser voluntários em instituições sociais diretamente em contato é a rede social Voluntário para Voluntário (V2V). Criado pelo Portal do Voluntário, do Rio de Janeiro, o site surgiu dando continuidade ao programa Voluntários, da ONG Comunitas. No Paraná, quem adapta a proposta de promoção do voluntariado de acordo com o perfil da empresa é o Centro de Ação Voluntária (CAV).

No ambiente desenvolvido para o HSBC, os próprios colaboradores têm a oportunidade de relatar suas experiências de trabalho comunitário, podendo divulgar idéias, projetos, promover fóruns de discussão e eventos ou encontros. A comodidade desta ferramenta é colocar em contato direto funcionários que não se conhecem, mas compartilham o mesmo desejo de transformação social.

A mobilização entre os colaboradores tem gerado resultados expressivos. Diariamente, uma média de 2.100 pessoas visitam o portal. Desde 2005, quando entrou no ar, 3.082 colaboradores se cadastraram na rede social V2V, e esse número sobe a cada mês. Além dos usuários cadastrados, existem ainda aqueles que buscam informações sobre ações de responsabilidade corporativa e os que desejam informações sobre voluntariado.

Durante o mês de setembro de 2007, foram registrados 63 mil acessos ao site.

“Buscamos valorizar o relacionamento interpessoal e o capital humano, orientando os colaboradores para que tenham atitudes proativas e socialmente responsáveis. Acreditamos que, com essas atitudes, impactamos tanto aqueles que já atuam socialmente, incentivando-os e ajudando-os a mobilizar uma rede mais ampla de contatos, estimulando para que outros colaboradores participem. Também contribuimos para a sociedade de maneira geral, apoiando as iniciativas de nossos colaboradores”, afirma Rafael Bonfim. Além da seção V2V,

o portal apresenta ainda notícias, oportunidades de trabalho voluntário, entrevistas e reportagens sobre responsabilidade social.

O estímulo ao trabalho social, ao conhecimento e à participação nas ações corporativas certamente traz benefícios não apenas para quem desenvolve as tarefas, como para quem as recebe. “Percebemos que o mercado de capital, embora seja embrutecido e busque o lucro, não deixa de ter sua parcela de responsabilidade na construção de um mundo melhor. Estimulando as ações voluntárias de nossos colaboradores, agregamos valor ao nosso trabalho e também interferimos positivamente na transformação social”, finaliza.

Centro de Ação Voluntária de Curitiba



CURITIBA - PR

Cada empresa conhece seu público e seu mercado. Buscando auxiliar a implantação de ações de responsabilidade social corporativa adequadas ao perfil de cada local, o Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV) trabalha junto com a empresa desde o desenho do plano de ação até sua implementação, monitoramento e avaliação. Dentro do Programa Empresarial de Voluntariado (PEV), a consultoria oferecida possibilita a interatividade entre a empresa e seus colaboradores. Inclui pesquisa para levantamento das expectativas, palestras de sensibilização, adequação, formação e acompanhamento do núcleo gestor, implantação e oficinas de voluntariado.

www.acaovoluntaria.org.br
empresarial@acaovoluntaria.org.br
 (41) 3322-8076

Links

 www.portaldovoluntariohsbc.com.br
www.porummundomaisfeliz.org.br



Universitários promovem ações voluntárias educativas

Engajamento reflete redefinição das instituições de ensino superior como formadoras de profissionais cidadãos

Thais Helena Certain
imprensa@cvsp.org.br

O senso comum nos remete a duas definições simplificadoras sobre as universidades. A primeira nos fala de um local de intelectuais, hermetismos, de pesquisas sofisticadas e incompreensíveis. A segunda, de um local de formação de profissionais. Embora essas concepções não estejam incorretas, o papel das universidades, assim como suas finalidades e responsabilidades, é muito mais complexo e vem sendo discutido intensamente desde as últimas décadas do século 20.

Este momento muito especial de auto-reflexão e redefinição de rumos abrange novas formas de gestão, de avaliação, de articulação das universidades com o Estado, com as comunidades, com a iniciativa privada e, em especial, face à internacionalização e à mercantilização da educação. E essas questões devem envolver toda a sociedade e não somente universitários, seus docentes e gestores.

A legitimidade e hegemonia das universidades – outras razões para discussões tão intensas –, passam atualmente pela construção de novos vínculos com a sociedade. “A produção de conhecimento epistemológica e socialmente privilegiado e a formação de elites deixaram de poder assegurar por si só a legitimidade da universidade”, segundo Boaventura Souza Santos.

Como exemplos concretos, universidades como Stanford, Harvard, Georgetown University, University of Washington, entre várias outras, vêm atuando em parcerias estreitas com suas comunidades por meio das *Community-Based Research*. É um novo caminho a criação deste “espaço público de saberes onde a universidade possa confrontar

a injustiça cognitiva por meio de uma reorientação solidária das suas funções”, como também afirma Santos.

Parece-nos que um dos papéis fundamentais das universidades deve ser o de desenvolver propostas de políticas públicas. Para isso, sua autonomia precisa ser respeitada a fim de assegurar que tais propostas, de médio e longo prazos, sejam aquelas que a sociedade acredita estratégicas para seu desenvolvimento global, econômico, social e cultural. E isso apenas não basta! É imprescindível o conhecimento de sua realidade; é preciso interagir, colaborar, ouvir e também, porque não, aprender com suas comunidades.

Retomando uma das idéias simplificadoras sobre universidade, é fácil entender que este seja o local de formação de profissionais. No entanto, esquecemos que a formação não poderia prescindir de um conjunto de saberes éticos e cidadãos. Não há bom profissional se ele não for cidadão.

Portanto, o ensino superior deve ser também um espaço de construção de valores, espaço privilegiado para se educar para a solidariedade. Embora pareça apenas mais um discurso da moda, entendemos a solidariedade atrelada às intensas demandas por direitos ocorridas nas décadas recentes no mundo todo. Direito ao trabalho, à educação, à saúde, à justiça, à representatividade, à segurança, à equidade, enfim, direitos sociais que exigem transformações significativas de políticas governamentais, de atitudes individuais e de mentalidades em geral, para não nos determos nas questões ambientais cruciais para a sobrevivência no médio e longo prazos.

Por outro lado, a solidariedade é uma atitude, e como tal é aprendida em processos educativos, sejam eles formais, no âmbito familiar ou em grupos de convivência. De qualquer maneira, não se é solidário por

obediência a ordens e somente por compaixão aos desvalidos e injustiçados. A solidariedade requer um comportamento ético, responsável, que transcende questões pessoais. E para que um cidadão seja solidário, é necessário aprender modos de pensamento balizados por valores, é necessária a capacidade de analisar sua própria história e a coletiva para melhorá-la, e deve, sobretudo, superar o senso comum e aliar seus pensamentos à sua prática, à sua conduta.

Pesquisas no Brasil

Várias pesquisas e estudos sobre o perfil de nossos universitários mostram que são minoritários e, de certa forma, privilegiados, pois os que chegam à universidade representam apenas 3% da população do país. E, por isso mesmo, acreditamos que como cidadãos têm o dever de contribuir para a construção de um país sem desigualdades tão alarmantes que comprometam a possibilidade de um desenvolvimento sustentável.

A contribuição dos universitários nas comunidades onde moram ou estudam tem esse sentido, além dos benefícios pessoais, acadêmicos e de formação profissional que essas experiências lhes dão.

O movimento Virada Universitária surgiu com a articulação de diversas instituições e tem como maior objetivo reconhecer, divulgar e mobilizar universitários e universidades a estreitar conhecimentos e vínculos com suas comunidades. A construção de um banco de boas práticas de projetos e ações sociais realizados é de acesso livre a consultas, pretendendo sinalizar um caminho necessário a ser aprofundado pelas instituições de ensino superior, pelos docentes, estudantes e suas comunidades.

Coordenado pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, criado e gerenciado por um conjunto de parceiros de atuação relevante nas áreas social e de educação, entre eles o Instituto Faça Parte e o Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP), o projeto abrange, inicialmente, apenas a cidade de São Paulo. Em 2008, o projeto expandirá para todo o estado paulista.

Vale ressaltar que o movimento Virada Universitária se insere em um contexto maior,

visando colaborar com os novos rumos do ensino superior. 

Virada Universitária

 www.viradauniversitaria.sp.gov.br

Thais Helena Certain. Economista, mestre em Letras, atuou em áreas econômico-administrativas, em educação por longo tempo e, nos últimos seis anos, no Terceiro Setor.



Case de voluntariado

5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental

Por Sérgio Baeta Neves

A pesar de o nome “bactéria” estar associado à contaminação e doença, os probióticos são uma classe de bactérias benéficas. A microflora intestinal consiste num ecossistema em que espécies distintas de microorganismos participam em processos vitais interdependentes. Essas bactérias estão adaptadas ao seu habitat, porque estão associadas com a vida do homem e evoluem com ele desde os primórdios do tempo. A diminuição da flora bacteriana benéfica e o aumento da flora patogênica – bactérias “más” –, tendem a provocar desequilíbrios e levar à doença.

O planeta Terra é um ser vivo e, por mais paradoxal que possa parecer, está doente, refém de sua flora bacteriana, os seres humanos, que assumiram funções patogênicas. Restaurar a função desta flora desmedida e nociva é um desafio com variadas interfaces. O voluntariado pode ser uma delas.

Iniciativas independentes, contrárias àquelas adotadas por governos e nações movidos por um pseudodesenvolvimento, podem alterar a função dessa flora bacteriana e reequilibrá-la; atitudes independentes, voluntárias, liberais dos dogmas econômicos e desenvolvimentistas que de maneira equivocada e surreal tentam legitimar a degradação urbana e a contaminação do organismo planetário.

“O trabalho voluntário poderá contribuir para uma remodelação ambiental das cidades. Contudo, não se deve delegar ao voluntário

ambiental atribuições que ele não está tecnicamente preparado para exercer”, alerta Mônica Borba, coordenadora de projetos do 5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental, uma Oscip ambiental sediada na cidade de São Paulo. Dirigida por profissionais especializados em pesquisa e educação ambiental, todo o conselho consultivo e a diretoria da organização são formados por voluntários. Em 2007, a entidade mobilizou 200 voluntários, perfazendo 1.500 horas de trabalho solidário.

Desde 1993, o 5 Elementos empreende iniciativas no campo da educação ambiental (EA), mantém um programa para formação de professores e os capacita nos diversos níveis do ensino formal. Mantém também o Programa de Mobilização em Educação Ambiental, que visa sensibilizar e engajar cidadãos à cultura de sustentabilidade. Essa mobilização se faz com a utilização de áreas verdes de parques urbanos da cidade de São Paulo, transformando-as em “escolas da natureza”. Para tanto, tem no parque Villa Lobos, na zona oeste da capital, o seu Centro de Educação Ambiental permanente, onde são ministradas oficinas.

É imperativo que a cultura do voluntariado e a educação ambiental sejam priorizadas hoje, por aqueles que têm poder de decisão e vontade política. A responsabilidade se faz necessária agora, para que, no futuro, as crianças não tenham que desabafar como fez uma garota canadense que veio ao Brasil para participar da Eco 92, quando disse em seu discurso: “Vocês, adultos, dizem para nós,

crianças, não brigarmos, não destruímos; para dividirmos... Por que vocês não fazem a mesma coisa? Se vocês não sabem cuidar da natureza, por favor, não a destruam”. 



1994 - Limpeza simbólica do Rio Tietê: atividade de educação ambiental no Sesc Pompéia, em São Paulo (SP)



1997 - Operação Praia Limpa, coordenada pelo 5 Elementos, no Litoral Paulista

5 Elementos

 Av. Professor Fonseca Rodrigues, 1.655
Alto de Pinheiros – São Paulo/SP
www.5elementos.org.br
comunicacao@5elementos.org.br
(11) 3021-6841

Novos incentivos fiscais para programas de inclusão digital

Legislação brasileira estimula o acesso da população menos favorecida às novas tecnologias



Renata Soares Leal Ferrarezi
renata.ferrarezi@verbanet.com.br



A criação de projetos de inclusão digital vem se tornando mais comum a cada dia no Brasil, tendo em vista que propiciam a comunidades carentes acesso a tecnologias de informação e comunicação, podendo efetivamente ter contato com *softwares*. As estatísticas mostram que o acesso a essas tecnologias se traduz em exercício de cidadania, além de possibilitar e facilitar sobremaneira a circulação do conhecimento humano.

A inclusão digital permite que pessoas com diferentes realidades sociais estejam em contato com o objetivo precípua de promoção da participação dessas comunidades na busca de soluções para os problemas sociais locais. O acesso à internet representa, sem dúvida, o exercício da democracia e da cidadania, que se torna impossível sem o acesso à informação.

A inclusão digital é uma das ações governamentais mais importantes e visa não só propiciar o acesso às informações disponíveis na internet, que é um dos pré-requisitos da cidadania moderna, como também permitir que camadas menos favorecidas da população se familiarizem com *hardwares* e *softwares* e tenham mais facilidade de colocação no mercado de trabalho.

Alguns avanços já ocorreram com a concessão de isenção das contribuições PIS/Pasep e Cofins para os computadores, prevista na denominada MP do Bem, que deu origem à lei nº 11.196/05. Nesse contexto, surgiu o projeto de lei nº 1.242/07, de autoria do deputado federal Uldurico Pinto (PMN-BA), apresentado em junho de 2007 e que atual-

mente aguarda apreciação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). No último dia 31 de outubro, foi o prazo final para que o PL recebesse emendas, o que não aconteceu.

Esse projeto de lei estabelece a isenção de IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins para os serviços prestados no âmbito dos programas de inclusão digital, sejam eles de responsabilidade da União, estados, Distrito Federal ou municípios, inclusive os realizados em parceria com a iniciativa privada. No caso de empresas optantes pela apuração do IRPJ e da CSLL com base no lucro real, a parcela isenta será calculada pelo lucro da exploração e excluída do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

Como ressalta a justificativa do deputado federal para a apresentação do referido projeto de lei, os programas de inclusão digital cumprem várias funções ao mesmo tempo: eles abrem o mercado de trabalho para os menos favorecidos e trazem avanços no âmbito da educação e do ensino, constituindo-se em verdadeiros programas de inclusão social, com repercussões positivas sobre a distribuição de renda e oportunidades.

O mercado de computadores certamente apresentará um crescimento considerável com a ampliação dos benefícios de isenção constantes do PL nº 1.242/07, e o resultado se reverterá em benefício da sociedade brasileira. É o que todos esperam! 

Renata Soares Leal Ferrarezi. Advogada e consultora da VerbaNet Legislação Empresarial Informatizada e especialista em Imposto de Renda e Direito Societário.

Rede de fornecedores socialmente responsáveis



Lívio Giosa
liviogiosa@advbfbm.org.br



O posicionamento da sociedade a favor da ética e da cidadania corporativa colocam as empresas voltadas para cumprir seus compromissos sob a visão da justiça social e do equilíbrio ambiental

Cada vez mais, as práticas da responsabilidade social corporativa se disseminam no âmbito das empresas, em todos os setores e localidades. Micros, pequenas, médias e grandes companhias se envolvem, a seu tempo, jeito e recursos, buscando aplicar as regras já consolidadas e que refletem as iniciativas em prol do atingimento da causa e da inclusão social junto aos públicos com que se relacionam, e, em especial, os colaboradores e as comunidades.

As pressões do mercado, a percepção do cliente cada vez mais consciente e o posicionamento claro da sociedade a favor da ética e da cidadania corporativa colocam as empresas voltadas para cumprir seus compromissos e desenvolvimento prolongado do seu negócio sob a visão da justiça social e do equilíbrio ambiental, por meio do conceito da sustentabilidade.

Assim, o engajamento sobre este tema de toda a cadeia produtiva de qualquer empresa em qualquer setor se torna inevitável. Um dos ícones deste processo é a criação da rede de fornecedores socialmente responsáveis. Cada empresa deve introduzir essa pauta nas negociações diretas com seus fornecedores, encorajando-os e motivando-os a se organizarem à luz deste novo olhar social e sustentável.

Algumas etapas, a partir desta decisão superior da organização, poderão ser desenvolvidas, entre elas:

- montagem de palestras e *workshops* de sensibilização e motivação junto aos grupos de fornecedores;
 - distribuição de textos diversos, incluindo conceitos e práticas que geram a exemplaridade;
 - montagem de indicadores de desempenho que possam avaliar o interesse e envolvimento dos fornecedores a respeito do tema e para acompanhamento de todo o processo;
 - disseminação de programas de voluntariado entre o corpo de colaboradores das empresas parceiras;
 - disseminação de pesquisa sobre participação em práticas sociais e/ou ambientais, junto aos públicos envolvidos, mas que garantam a sua aplicabilidade na “rede”;
 - informação ao conjunto dos fornecedores participantes que, no momento, as novas solicitações de empréstimos aos bancos somente serão aprovadas quando estiverem documentadas as práticas sociais e ambientais, por meio do relatório e/ou balanço social.
- Com essas dicas, dentre outras, a empresa estará preparada para a prática social, na certeza de que cada vez mais esta contribuição gerará um valor inegável na cadeia produtiva, disseminando o conceito do mercado do bem e sustentável. 
- a comunicação oficial aos fornecedores indicando que, a partir deste momento, a empresa recomendará que os seus fornecedores deverão cumprir práticas socialmente responsáveis;
 - definição de um período de tempo para o fornecedor/parceiro se adaptar a estas iniciativas;

Lívio Giosa. Vice-presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVDB) e coordenador-geral do Instituto ADVB de Responsabilidade Social (Ires).

Contrapontos à responsabilidade social

A importância da crítica para o aperfeiçoamento da RSE

Marcelo Linguitte
marcelo.linguitte@superig.com.br



 Como muitas empresas perceberam que a sustentabilidade vem se consolidando como um atributo de competitividade, algumas delas passaram a se revestir com uma capa de 'empresa sustentável', tentando vender uma imagem que é absolutamente incompatível com suas práticas reais

No final de 2007, estive em um encontro com empresas do setor de seguros da Venezuela. Era o congresso anual do setor, e o tema responsabilidade social empresarial (RSE) ganhou destaque na agenda do evento. Um dos palestrantes me chamou a atenção ao apresentar duras críticas a esse tema, o que achei muito interessante, já que dificilmente tenho ouvido ou lido comentários contra a RSE.

Realmente, creio ser muito importante a crítica, pois gera contrapontos e discussões importantes, o que termina fazendo com que o movimento de RSE siga avançando. Nenhuma unanimidade instiga melhorias, e acredito que a falta de críticas a esse tema seja um dos principais riscos a seu avanço. Nos jornais, nas revistas, nas reportagens televisivas, vemos principalmente exaltações às boas práticas sociais e ambientais das empresas – o que é certamente muito bom e deve continuar existindo, até para que se gere exemplaridade e mais empresas queiram seguir esse caminho.

Porém, não devemos esquecer que é quando nos criticam e desafiam que crescemos, seja como pessoas, como empresas, como nação. Nesse aspecto, creio que esteja faltando um olhar mais crítico da sociedade sobre a RSE, não apenas aplaudindo o que uma empresa faz de bom, mas também apontando práticas e políticas que estão absolutamente contra os princípios do desenvolvimento sustentável.

Modismo

Um dos aspectos que merecem atenção é o fato de ter se tornado politicamente correto dizer que as empresas devem incorporar o conceito de sustentabilidade e de responsabilidade social às suas estratégias de negócio. Nos eventos empresariais dos mais diversos tipos, nos relatórios anuais, nas comunicações com a imprensa, nos jornais

internos para funcionários, enfim, em toda e qualquer situação em que a empresa está se comunicando é quase uma “heresia” não falar desses temas.

E, ainda que a empresa não tenha entendido muito bem o que isso significa, e não esteja tratando de maneira adequada os aspectos socioambientais em suas operações, o importante é posicionar a empresa como socialmente responsável. Como muitas empresas perceberam que a sustentabilidade vem se consolidando como um atributo de competitividade, algumas delas passaram a se revestir com uma capa de “empresa sustentável”, tentando vender uma imagem que é absolutamente incompatível com suas práticas reais.

São casos de oportunismo que colocam em risco as próprias empresas que cultivam tais práticas, criando um telhado de vidro sobre si mesmas. Se por um lado essa hipocrisia corporativa é prejudicial à própria RSE, pois tende a desacreditá-la, por outro também é um forte sinal de que o tema está cada vez mais presente nas agendas empresariais.

Movimento sindical

Outro tema importante diz respeito aos sindicatos. Em um projeto que desenvolvi recentemente em um país da América Central, ouvi de um diretor de uma empresa que o desenvolvimento de boas práticas com seu público interno evitaria que seus funcionários se interessassem por aderir a sindicatos. Em suma: se minha empresa é tão boa comigo, se me propicia tantas coisas, porque eu preciso de um sindicato que defenda meus interesses?

Sindicatos qualificados e com uma visão que inclua a sustentabilidade em sua agenda podem contribuir muito com o bem-estar do trabalhador, já que apresentam esse contraponto necessário à evolução das relações de trabalho. Assim, por mais

que uma empresa esteja entre as “Melhores Empresas para se Trabalhar”, ela nunca irá substituir a ação sindical. Agora, para isso, é necessário que os sindicatos também se aparelhem para discussões que envolvam, por exemplo, os impactos ambientais das operações das empresas.

Se o tema RSE e sustentabilidade estão ocupando espaço nas empresas, é natural que os sindicatos se envolvam com esses aspectos, para poderem promover debates de níveis mais elevados. Algumas organizações, como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), têm desenvolvido um trabalho interessante na incorporação da RSE na pauta sindical. Mas há ainda muito a ser feito.

Inclusão

A questão do acesso da base da pirâmide a bens de consumo é um outro aspecto da RSE que me parece necessitar de maior cuidado. Normalmente, o que se vê são empresas desenvolvendo estratégias interessantes – e altamente meritórias – para permitir que as classes sociais mais carentes tenham acesso a

seus produtos e serviços. Um exemplo interessante disso são os espaços comunitários, desenvolvidos pela Procter & Gamble na Venezuela, que incluem lavanderia, cabeleireiro e quadra de esportes. A lavanderia, chamada de Arielmatic, permite a famílias de baixa renda lavar suas roupas, o que de outra maneira seria muito difícil, já que nem sempre elas contam com acesso permanente a serviços de água.

Esse caso é um exemplo de inclusão da base da pirâmide social a produtos de consumo, ampliando a participação da empresa no mercado local e beneficiando muitas pessoas. Contudo, um aspecto que falta nessa equação é o outro lado da moeda: a geração de renda para manter esse consumo. Afinal, para consumir, precisamos de dinheiro, e se as empresas em suas estratégias não tratam desse aspecto, com o tempo a equação não se mantém.

Na Colômbia, uma operadora de telefonia móvel teve a idéia de contratar pessoas de baixa renda e posicioná-las nas regiões centrais e periféricas de grandes cidades. Essas pessoas carregam aparelhos celulares

e levam uma pequena plaqueta oferecendo aos cidadãos que passam por ali o uso do serviço celular ao custo de centavos de dólar. Essa estratégia permitiu ampliar muito os negócios da empresa, além de gerar dezenas de postos de trabalho.

Do mesmo modo que fazemos com uma planta, que necessita de cuidados, mas também de podas nos momentos apropriados, devemos fazer com a RSE. Se apenas elogiamos e fechamos os olhos às mudanças que são necessárias, estaremos contribuindo para o seu enfraquecimento. Apontar falhas e sugerir correções pode incomodar algumas vezes, mas é um custo pequeno se comparado ao risco de que a RSE se transforme em mais uma moda gerencial: que veio, provocou algumas mudanças, mas que depois passou. A autenticidade das práticas empresariais e o acompanhamento da sociedade irão garantir que a RSE produza as mudanças que dela se espera. 

Marcelo Linguette. Diretor-gerente da Terra Mater Empreendimentos Sustentáveis.

Você quer conhecer ainda mais sobre as entidades beneficentes de assistência social?

Então leia o novo livro do Prof. Sergio Roberto Monello

O presente livro tem por objetivo levar advogados, contadores, administradores e pessoas dedicadas ao trabalho nas entidades beneficentes de assistência social a refletirem sobre a assistência social, gratuidades e imunidade de contribuições sociais para a seguridade social e ainda, quanto ao “Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEAS/CEBAS)” concedido pelo “Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)” em decorrência do reconhecimento do “Direito Adquirido” a essa imunidade e à manutenção desse Certificado, levando-se em consideração às decisões do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Pedidos:



com Srta. Adriana
Avenida General Olímpio da Silveira, 655 – Perdizes
CEP: 01150-001 – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3872-1195
www.sergiomonello.com.br

SERGIO ROBERTO MONELLO

ENTIDADES BENEFICENTES

ASSISTÊNCIA SOCIAL,
IMUNIDADE E
DIREITO ADQUIRIDO

Compras com estilo e responsabilidade

Sociedade deve reduzir urgentemente o uso desmedido de sacolas plásticas



Fernando Credidio
fernando.credidio@futurosustentavel.org.br



Dia a dia, estabelecimentos com comprometimento ambiental comercializam em suas lojas bolsas confeccionadas em tecidos e outros materiais duráveis, estimulando os consumidores a terem sua própria sacola

A cena é comum: o consumidor vai ao supermercado, compra um ou dois produtos e, para carregá-los, apanha várias sacolinhas plásticas. Além de embalar as compras, elas servirão, certamente, para acondicionar o lixo da residência, do escritório e até para recolher os dejetos de seu animal de estimação, no passeio diário. Atire a primeira pedra quem nunca agiu assim. Infelizmente, esse é um hábito arraigado na maioria das pessoas, para dano do planeta e das gerações futuras.

Ninguém discute que o plástico tornou-se indispensável para boa parte das atividades essenciais ao desenvolvimento humano, a partir de sua utilização em escala industrial, há mais ou menos 50 anos. Contudo, esse material leva muitos anos para ser decomposto na natureza. Ainda que a ciência não tenha determinado o tempo exato dessa transformação, alguns calculam que esse prazo possa chegar a 400 anos.

O plástico que dura não é o vilão. O problema não está no material em si, mas na má utilização que a sociedade faz dele. O Brasil produz, anualmente, 210 mil toneladas do chamado plástico filme, a matéria-prima dos saquinhos plásticos. Esse total representa cerca de 10% do lixo do país. Por essa razão, é preciso minimizar, com urgência, o emprego desmedido de sacolas plásticas pelos consumidores.

O que fazer então?

O correto seria o cidadão levar sacolas de pano de sua própria residência, mas isso

ainda requer uma conscientização maior da sociedade. O mesmo vale para a troca de sacolas de plástico por embalagens de papel, solução adotada em diversos países. Alguns supermercadistas alegam que os custos serão repassados ao consumidor, o que vem sendo desmentido pela prática de redes que adotaram o material sem aumentar os preços.

Paralelamente, os governos buscam alternativas para reduzir o uso de sacolas plásticas. O Estado do Paraná tem como meta diminuir em 30% todo resíduo que vai para os aterros sanitários. Para reduzir o lixo produzido pelas sacolas plásticas, o governo distribui, gratuitamente, sacolas oxibiodegradáveis – obtido a partir de um aditivo que acelera a degradação do material em contato com o ar, o calor, a terra, a luz e a umidade, podendo desaparecer na natureza em um prazo até 100 vezes menor que o plástico comum. Esse tipo de sacola já é utilizado em mais de 40 países, entre eles Inglaterra, França e Portugal. Em São Paulo, chegou a ser aprovado um projeto de lei que obrigaria os estabelecimentos comerciais a trocarem as sacolas de plástico comum por material biodegradável. Entretanto, absurda e estranhamente, o projeto foi vetado pelo governador José Serra.

As empresas estão igualmente atentas ao problema. Dia a dia, estabelecimentos com comprometimento ambiental comercializam em suas lojas bolsas confeccionadas em tecidos e outros materiais duráveis, estimulando os consumidores a terem sua

própria sacola. O principal exemplo vem da Europa. Confeccionada em 100% algodão, com um estilo simples e preço acessível – aproximadamente US\$ 15 –, a sacola que leva o selo da *designer* de acessórios inglesa Anya Hindmarch é a coqueluche do momento no Reino Unido. Batizada pela loja de “bolsa ambiental”, ela possui a inscrição em letras grandes “I’m not a plastic bag” (“Eu não sou uma sacola plástica”).

Mais que uma frase bem-vinda, a sacola carrega uma filosofia de consumo sustentável, hasteando uma bandeira pelo fim do desperdício e incentivando o reuso. Idealizada para substituir as rivais de plástico, a bolsa tem sido usada no shopping, na escola, no trabalho, no supermercado e até em festas badaladas. Não à toa, a bolsa se tornou uma peça *cult*, existindo até lista de espera e disputas a preços inflacionados no site eBay.

Outros mercados também embarcaram na onda. A rede inglesa Tesco, por exemplo, oferece pontos no cartão fidelidade do cliente que dispensar as sacolas plásticas. Já as redes de lojas Marks & Spencer, também do Reino Unido, e a alemã Aldi, têm projetos para cobrar a sacola usada pelo consumidor, desencorajando seu uso.

Iniciativas nacionais

Por aqui, a moda também pegou. Campanha similar à lançada pela grife Anya Hindmarch vem se desenrolando, e uma exposição itinerante chamada “Eu não sou de plástico” reúne sacolas de tecido criadas por mais de cem estilistas e grifes de todo o país. A campanha visa sensibilizar as pessoas para a necessidade de minimizar o consumo de sacolas e sacos plásticos, adotando o uso de sacolas permanentes.

A grife Cavaleira – criada pelo músico Igor Cavaleira, ex-baterista da banda Sepultura –, conhecida pelas irreverentes coleções de *streetwear*, criou uma bolsa de plástico reciclado que traz a frase “Eu sou de plástico”, contrapondo o mote da campanha, mas com o igual objetivo de alertar para a preservação do meio ambiente. A Levi’s investiu no jeans orgânico (com algodão cultivado sem agrotóxicos). Na Y/MAN, referência em moda náutica, a opção foi pela sarja de cor natural, sem tingimento químico. Já a Góoc, fabricante de vestuário, bolsas e calçados, criou uma sacola ecológica de lona reaproveitada.

Por sua vez, a CNS, rede de calçados masculinos, passou a utilizar papel 100% reciclável, pós-consumo, em suas sacolas, medida que evitará o corte de aproximadamente 612 árvores por ano. Para efeito de comparação, o Parque do Ibirapuera, considerado o pulmão da cidade de São Paulo, possui 15 mil árvores. Além de evitar o desmatamento, a atitude da CNS proporcionará uma economia de 8.500 kW de energia por ano ao país – equivalente ao consumo médio mensal de 38 famílias e de 680 mil litros de água/ano, conforme dados da AES Eletropaulo e da Sabesp.

Muitas dessas sacolas vêm sendo produzidas por organizações da sociedade civil, a título de geração de renda para a manutenção de suas causas. O Grupo Pão de Açúcar e a Fundação SOS Mata Atlântica celebraram parceria com o objetivo de estimular o consumo consciente, aliado à preservação do meio ambiente. As lojas da rede oferecem aos clientes cinco modelos de embalagens ecológicas, confeccionadas em TNT (sigla para “tecido não-tecido”), com estampas inspiradas na fauna brasileira: tucano, mico-leão-dourado, onça-pintada, arara azul e lobo-guará, e que trazem a seguinte informação: “Espécies da Mata Atlântica: bichos em extinção”. Dessa maneira, a empresa também desempenha um papel educacional, divulgando a causa da preservação de espécies existentes na biodiversidade nacional. As sacolas retornáveis do Pão de Açúcar não têm sua comercialização vinculada à compra de nenhum outro produto.

De tecido, de papel ou de plástico, o importante é que as sacolas tenham vida útil longa. Além de proporcionarem mais conforto e elegância no transporte

das mercadorias, essas bolsas contribuem para a preservação do meio ambiente. Todos lucram com isso. Ganha a natureza, ganha a sociedade e ganha também o lojista, uma vez que, para o consumidor consciente, é uma satisfação frequentar um estabelecimento comercial engajado nas demandas socioambientais.

Afinal, apesar de as marcas corporativas dependerem de resultados imediatos, não se pode alcançá-los sem atentar, simultaneamente, para a sustentabilidade geral da empresa, do ambiente de negócios, da sociedade e do planeta. ♻️

Fernando Credidio. Presidente executivo da organização Futuro Sustentável. Entre outras atividades, é professor, articulista, consultor em sustentabilidade corporativa e em comunicação & marketing para o Terceiro Setor, e ministra cursos e palestras por todo o país.



Empresas que fazem



José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras, lança projeto em evento que contou com a presença do presidente Lula e de ministros da área social

Petrobras investirá R\$ 1,2 bi em projeto

Foi lançado em 21 de novembro o Programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras, que até 2012 apoiará projetos sociais escolhidos anualmente por seleção pública. O programa destinará investimentos da ordem de R\$ 1,2 bilhão para projetos que tenham como linhas de atuação a geração de renda e oportunidade de trabalho, a educação para a qualificação profissional, e a garantia dos direitos da criança e do adolescente. O objetivo é atender 4 milhões de pessoas, e outras 14 milhões indiretamente. Na ocasião, foi anunciada a abertura do processo de seleção pública de projetos sociais que serão patrocinados pela companhia no próximo ano.

www.petrobras.com.br



Representantes dos 35 municípios beneficiados pelo Programa Pró-Menino, no evento de assinatura dos convênios

Proteção a crianças e adolescentes

A Fundação Telefônica anunciou, em 21 de novembro, 30 novos projetos que passam a ser apoiados pelo Programa Pró-Menino, em duas de suas linhas de atuação: combate ao trabalho infantil e jovens em conflito com a lei. Também foi anunciada a renovação de cinco parcerias na linha programática Redes de Atenção a Crianças e Adolescentes. Os novos apoios e as renovações somam cerca de R\$ 7 milhões em investimentos, beneficiando diretamente cerca de 6.000 crianças e adolescentes, em 35 projetos de 24 municípios de São Paulo. Os projetos foram selecionados por meio de um edital, enviado aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente das 200 cidades com maior população no Estado de São Paulo.

www.fundacaotelefonica.org.br
www.promenino.org.br

Nova sede para a Casa da Esperança

A Carbocloro entregou em 29 de novembro um novo prédio de três andares, construído em uma área de 512 metros quadrados, à Associação Casa da Esperança de Cubatão Dr. Leão de Moura. A empresa investiu mais de R\$ 600 mil no projeto, que ampliou as instalações da entidade que atende mensalmente mais de 400 crianças e adolescentes com necessidades especiais. Os espaços das salas de dança, informática, costura, ateliê de pintura e o salão de festas foram desenvolvidos e equipados para oferecer melhores condições na reabilitação e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

www.carbocloro.com.br



Novo prédio da Casa da Esperança

Rede mundial pelo meio ambiente

O Oi Futuro e a empresa canadense Elluminate Inc., provedora mundial de ensino à distância, uniram-se novamente a escolas públicas do Brasil, Canadá e Moçambique. Em sua terceira etapa, o projeto Fire and Ice III reuniu, em 1º de novembro, quatro escolas dos três países contra o aquecimento global. Ao longo do último ano, os alunos participaram de seminários via internet, utilizando o Elluminate Live! – software de video-conferência que emprega salas virtuais para ministrar aulas de ensino médio on-line – a fim de compartilhar idéias, além de desenvolver a visão de aspectos culturais de cada país. Nesta edição, as escolas apresentaram seus projetos e resultados alcançados em prol do meio ambiente, para um público global.

www.oifuturo.org.br

Inclusão digital na AACD

No dia 30 de novembro, durante o seu congresso de 2007, a Sucesu-SP oficializou a parceria que prevê a inclusão digital e a capacitação profissional em tecnologia da informação (TI) de todos os assistidos e profissionais que pertencem à Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). O projeto contará também com o apoio do Conexão – uma parceria das ONGs Conselho da Democratização da Informática (CDI) e Rede Cidadã. A proposta inicial visava apenas capacitar os funcionários da entidade, mas, após uma série de reuniões, a proposta evoluiu e abrangeu também as pessoas com deficiência que frequentam a AACD.

www.sucesusp.org.br

Formatura de jovens em vendas

O Instituto Vivo promoveu no dia 8 de novembro, no Rio de Janeiro, a formatura dos 29 alunos do Portal do Futuro – curso que capacita os jovens participantes para o mercado de trabalho na área de vendas do setor de telecomunicações. O projeto é realizado no Senac/RJ e conta com o apoio do instituto. Na ocasião, a empresa anunciou a renovação do contrato do projeto para 2008. A capacitação, realizada de março a outubro deste ano, se dá por meio de oficinas pedagógicas, trabalhadas em três etapas: “Ser Pessoa”, alguém capaz de construir o seu próprio destino; “Ser Cidadão”, capaz do exercício pleno da cidadania; e “Ser Profissional”, um trabalhador exemplar da área de comércio de bens, serviços e turismo.

www.institutovivo.com.br



Seminário promove diversidade

A Caixa Econômica Federal realizou em Brasília, no dia 5 de novembro, o 2º Seminário Caixa de Diversidade. Houve painéis para debate e estímulo à reflexão e conscientização sobre todas as questões relacionadas a raça, etnia, gênero, orientação sexual e pessoas com deficiência, além de apresentações artísticas de música, dança e teatro. No mesmo dia, foi inaugurada a exposição de fotos sobre o tema diversidade, que ficou em exposição no térreo do edifício-sede da empresa até 9 de novembro.

www.seminariocaixadiversidade.com.br



Capa do folheto *Plano infalível contra a dengue*

Campanha de combate a dengue

A Vedacit/Otto Baumgart imprimiu em dezembro 500 mil folhetos da história em quadrinhos *Plano infalível contra a dengue*. Trata-se de uma aventura da Turma da Mônica com o objetivo de esclarecer adultos e crianças sobre o modo de transmissão da doença, possíveis tratamentos e medidas necessárias para evitar os criadouros e a proliferação do mosquito. Prevista para 2008, a campanha anual foi antecipada tendo em vista o aumento do registro de casos de dengue, e a fim de apoiar os esforços dos profissionais de saúde para chegar ao público. Os folhetos estão sendo entregues às revendas de materiais de construção e podem ser obtidos pelas escolas interessadas.

www.vedacit.com.br

Direitos humanos no trabalho

O HSBC Bank Brasil acaba de receber a certificação internacional de responsabilidade Social SA 8000, que estabelece e garante o cumprimento de normas internacionais de responsabilidade corporativa e de direitos humanos no trabalho. A certificação foi dada aos dois principais centros administrativos da instituição no país, a matriz estabelecida em Curitiba e a HSBC Tower, em São Paulo. Os direitos e princípios sociais descritos na norma baseiam-se nas convenções estabelecidas pela Organização Internacional de Trabalho (OIT), na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças e na Convenção das Nações Unidas para eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres.

www.hsbc.com.br



Grupo de adolescentes atendidos pelo projeto Aquece

Capacitação e moradia para jovens

Em parceria com o Instituto Dom Bosco, a empresa Lorenzetti apóia o projeto Aquece Horizontes, que treina e reinsere no mercado de trabalho adolescentes e jovens em situação de risco. Desde 2001, a empresa apoiou a construção de duas repúblicas de moradia para garotos e garotas de 17 e 20 anos. Durante a estada no abrigo, cada jovem passa por um processo de socialização, resgate da auto-estima e construção de um projeto de vida. Já as oficinas de capacitação formaram milhares de jovens e ajudaram a inserção desses profissionais no mercado de trabalho. Só em 2007, 50 jovens treinados nas oficinas do projeto foram contratados pela empresa.

www.lorenzetti.com.br



Oficinas e capacitações para o desenvolvimento comunitário de cada localidade

Redes sociais fortalecem a comunidade

Estabelecer o diálogo transparente com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento comunitário são os principais objetivos do Programa de Formação de Redes Sociais da Veracel, na Bahia. Pensando nisso, a empresa decidiu ampliar o projeto que começou em Guaratinga, União Baiana e Mascote. Passados sete meses do início do programa, a proposta foi estendida para três novas localidades: Barrolândia, Ponto Central e Salto da Divisa. Em União Baiana, onde as redes sociais funcionam plenamente, os resultados são visíveis. Os grupos aprendem a pensar em conjunto e a discutir conceitos essenciais para a cidadania, como comunicação, mobilização e organização social.

www.veracel.com.br



Voluntário participa de pintura de escola

Ação em prol da comunidade

No dia 10 de novembro, mais de 1,6 mil voluntários brasileiros reuniram-se para promover o Dia Global na Comunidade. A ação, que foi realizada pelo Citibank no dia 17 de novembro em mais de cem países onde o banco atua, foi antecipada no Brasil por ocasião das comemorações da Proclamação da República. O objetivo é incentivar o trabalho voluntário entre os seus funcionários, familiares, amigos e parceiros e, dessa forma, contribuir para a melhoria da comunidade. Com o evento, 25 ações foram realizadas em 22 cidades de três estados brasileiros, como reforma e pintura de escolas, creches, asilos e hospital, plantio de mudas em praças públicas, atividades recreativas com crianças e idosos e orientação financeira para a comunidade. No Brasil, mais de 5.500 pessoas foram beneficiadas, incluindo 1.271 crianças e 444 idosos.

www.citibank.com.br

Ação pelo voluntariado

No dia 23 de novembro, cerca de 2.000 funcionários da Kraft Foods Brasil se uniram para praticar a solidariedade em todo país. Na quarta edição do Dia Nacional do Voluntário Kraft, eles promoveram atividades recreativas e doaram roupas, brinquedos e alimentos em 16 entidades que cuidam de crianças, adolescentes e idosos, de norte a sul do país. O programa surgiu com o objetivo de mobilizar os funcionários para o exercício do voluntariado e de incentivar essa prática em todas as localidades onde a multinacional de alimentos possui fábricas, centros de distribuição e escritórios de vendas. Com a adesão cada vez maior dos colaboradores em ações sociais, o Dia Nacional passou a fazer parte do calendário anual da empresa.

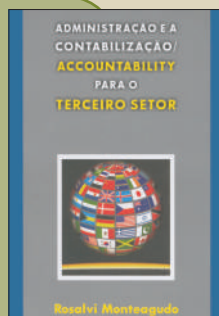
www.kraft.com

Livros

Administração e a Contabilização/ Accountability para o Terceiro Setor

O Terceiro Setor vem ganhando espaços cada vez mais significativos nas universidades e faculdades de administração. Com o livro *Administração e a Contabilização/Accountability para o Terceiro Setor* (148 págs., R\$ 27), Rosalvi Monteagudo pretende atingir dirigentes de empresas do Terceiro Setor, organizações sociais e todos aqueles interessados em tecnologia da informação e comunicação, autonomia administrativa, sustentabilidade, qualificação de serviço, contabilização/accountability e capacidade de articulação.

i www.scorteccei.com.br
gruposcorecei@scorteccei.com.br
 (11) 3032-1179



Terceiro Setor

O livro *Terceiro Setor – Reflexões sobre a sustentabilidade das ONGs* (132 págs., R\$ 20), dos autores Alessandro Purcino Andrade, Bianca Monteiro da Silva, Fabiana de Almeida Maia Santos, Flávia Carvalho Ribeiro, Klaus Xavier de Oliveira e Leon Denis Campos, é resultado de um concurso de artigos realizado pela Fundaes em parceria com a TV Vitória durante o 1º Fórum do Terceiro Setor, no Espírito Santo. A obra apresenta reflexões, modelos e estratégias de áreas relacionadas à gestão, essenciais para a sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor.

i www.fundaes.org.br
fundaes@fundaes.org.br
 (27) 3225-7543 / 3235-7672



Dicionário da Gestão Democrática

Inclusão digital, Marco Legal do Terceiro Setor, democracia participativa, redes de informação, programa de saúde da família, defesa do consumidor e outros são alguns dos temas apresentados em verbetes independentes no *Dicionário da Gestão Democrática – Conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos* (312 págs., R\$ 35). Organizado pelo Instituto Cultiva, o dicionário pretende compartilhar e pulverizar esses conceitos de maneira explicativa, oferecendo informações e dados.

i www.autenticaeditora.com.br
 0800-2831322



Superando obstáculos

Um grupo de crianças que não consegue aprender e uma professora interessada em modificar o fazer pedagógico. Esse é o pano de fundo, que num primeiro momento parece comum, do livro *Superando obstáculos – A leitura e a escrita de crianças com deficiência intelectual* (152 págs., R\$ 31,90). Na obra, Maria Elisabeth Grillo mostra como alunos com deficiência intelectual foram capazes de construir o processo de leitura e escrita – fruto da dedicação da autora e da relação afetiva criada entre ela e seus alunos.

i www.plexus.com.br
 (11) 3865-9890



Jogos orientam jovens sobre sexo

O Instituto Kaplan lançou os jogos "Vale Sonhar" e "Valores em Jogo", a fim de conscientizar o jovem sobre doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos e qualidade de vida. Os jogos são baseados em perguntas feitas ao Sosex – serviço telefônico de esclarecimento sobre sexualidade que funciona há 15 anos com profissionais treinados pelo Instituto Kaplan.

i www.kaplan.org.br



Jogos lançados pelo Instituto Kaplan

Concurso para áreas social e meio ambiente

Estão abertas até 10 de janeiro de 2008 as inscrições para a 2ª edição do Concurso Cosipa Boas Idéias e Boas Ações, que premiará as melhores idéias e ações na área social ou que contribuam para a preservação do meio ambiente. Haverá uma premiação para a comunidade e outra para os funcionários da siderúrgica.

i www.cosipa.com.br

Petrobras: seleção pública de projetos

Estão abertas até 11 de janeiro de 2008 as inscrições de projetos sociais no processo de seleção pública do programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras em 2008. A Petrobras identificará projetos que reaplicam tecnologias sociais mapeadas pela Rede de Tecnologia Social (RTS), ou que desenvolvem novas tecnologias com potencial para inclusão na Rede.

i www.petrobras.com.br/desenvolvimentoecidadania

Global Forum – América Latina 2008

O GVces, a Case Western Reserve University, de Cleveland, nos Estados Unidos, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná e a Universidade da Indústria (Unindus) anunciaram o Global Forum – América Latina 2008, conferência internacional que une negócios, universidades e sociedade na busca de soluções para um mundo sustentável. O fórum será realizado nos dias 18 a 20 de junho de 2008, em Curitiba (PR). Para participar do Congresso Acadêmico, os interessados devem enviar seus artigos e relatos de experiências empresariais até 14 de janeiro.

i www.globalforum.com.br

1º Centro de Estudos do Terceiro Setor

O Sindicato dos Contabilistas de São Paulo inaugurou, em 4 de outubro, o primeiro Centro de Estudos Técnicos do Terceiro Setor (Cetese) do país, com o propósito de disseminar informações sobre aspectos tributários, contábeis e administrativos das ONGs e entidades assistenciais. As reuniões do Cetese serão realizadas mensalmente na sede do Sindicato dos Contabilistas.

i Praça Ramos de Azevedo, 202
 Centro – São Paulo/SP
www.sindicosp.org.br

Condomínio auto-sustentável

O site Ecosustentável está cadastrando pessoas que queiram morar em um Condomínio Auto-Sustentável (CAS). Os CAS são uma mistura de ecovila, fazenda ecológica e condomínio. Administrado como uma empresa eficiente, utiliza as tecnologias sustentáveis, produz os itens de sobrevivência a preço de custo e alto nível de qualidade e permite que sejam pagos pelos residentes por meio de trabalho voluntário.

i www.ecosustentavel.org.br

Alternativa para vítimas de violência

O Núcleo Rotary de Aprendizagem Profissional inaugurou, em 9 de novembro, o Centro de Atendimento às Vítimas de Violência (Cavvi), que busca desenvolver ações para atendimento a crianças, adolescentes e famílias envolvidas com violência e abuso sexual. O atendimento é prestado por uma equipe multidisciplinar no Centro de Serviços, em Embu Guaçu (SP).

i Av. Dr. André Stucchi, 2.480
Filipinho – Embu Guaçu/SP
www.nurap.org.br
(11) 5561-2845

Inclusão no mercado de trabalho

O Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD) montou um banco de currículos para promover a articulação entre a demanda das empresas e a oferta de mão-de-obra. De janeiro a agosto de 2007, o IBDD encaminhou 2.155 pessoas com deficiência para processos de seleção de 124 companhias. Os deficientes que não possuem qualificação podem fazer cursos gratuitos no IBDD, como informática, telemarketing, serviços administrativos e documentação.

i www.ibdd.org.br
(21) 3235-9290

Capacitação da pessoas com deficiência

Com o objetivo de disseminar o conhecimento de práticas eficientes de inclusão, e oferecer a possibilidade de melhorar a qualificação de deficientes no ambiente de trabalho, o Instituto Paradigma, a agência DesEnvolve Soluções Humanas e a Educartis Wiki Knowledges, uniram-se para lançar o primeiro Curso Interativo de Qualificação à Distância, que contempla a formação de gestores para o processo de recrutamento de pessoas com deficiência.

i www.desenvolvesh.com.br
www.institutoparadigma.org.br
<http://wiki.educartis.com>

Oftalmologia gratuita para deficientes

A cadeira de Oftalmologia da Faculdade de Medicina do ABC inaugurou, em 1º de setembro, o Centro de Atendimento Oftalmológico ao Deficiente, que conta com 120 profissionais de todas as áreas da oftalmologia e atende gratuitamente mais de 300 pessoas por dia. Pacientes têm pronto-atendimento e autonomia para chegar às salas de exame, e o prédio recebeu adaptações, até mesmo as calçadas desde o ponto de ônibus.

i Av. Príncipe de Gales, 821
Santo André/SP
(11) 4493-5400
www.fmabc.br



Piso adaptado em frente ao Instituto dos Olhos, que abriga o novo centro ao deficiente



Afasc participa do Portal Social

A Associação Feminina da Assistência Social de Criciúma (Afasc) foi selecionada para participar do Portal Social da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. O objetivo do portal é ajudar as entidades selecionadas na captação de recursos para a concretização de seus projetos. A meta da Afasc é arrecadar R\$ 19.900 para a realização do projeto "Baú da Imaginação", que beneficiará 3.267 crianças de zero a cinco anos que frequentam os 32 Centros de Educação Infantil da entidade. Qualquer pessoa física ou jurídica pode fazer sua doação com o valor mínimo de R\$10.

i www.portalsocial.org.br



Ciespi está com novo site

O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi) acaba de lançar novo site. Nele, o usuário encontrará projetos, publicações, eventos, parcerias, notícias e outras informações sobre infância e juventude. Dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários, o Ciespi tem como meta subsidiar políticas e práticas para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos.

i www.ciespi.org.br



Portal Humanizando Relações

O projeto "Humanizando Relações", realizado pela Oscip ImageMagica e patrocinado pela farmacêutica Roche, lançou um novo portal na internet. Os visitantes podem conferir as aventuras e descobertas da expedição, que viaja pelo Brasil com o objetivo de promover a humanização hospitalar por meio das lentes das câmeras de um grupo de fotógrafos e cuidadores. Há ainda um fórum on-line permanente, no qual internautas podem debater as atividades que estão em andamento.

i www.humanizandorelacoes.com.br



Chega de calor

Nos últimos cem anos, principalmente por conta da ação humana, a temperatura na Terra está aumentando – o que provoca o derretimento dos icebergs e eleva o nível do mar, resultando em alagamento em diversos lugares do planeta e colocando em risco também a biodiversidade. No site Chega de Calor, o internauta tem acesso à calculadora desenvolvida pelo IPÊ que calcula quanto gás carbônico (CO₂) ele gasta e o que pode fazer para contribuir com a causa.

i www.chegadecalor.com.br

Perguntas do Terceiro Setor

Uma faculdade sem fins econômicos pode proibir o acesso do aluno devido à falta de pagamento?

A lei nº 9.870/99 determina que o atraso de até 90 dias é apenas impuntualidade, mas a insistência na falta do pagamento permite que a faculdade recuse a "renovação" de matrícula. É necessário observar, no entanto, que o art. 6º da mesma lei estabelece que "são proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por falta de pagamento, sujeitando-se o contratante no que couber às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor". Nesse mesmo entendimento, dispõe o art. 42 da lei nº 8.078/90: "Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto ao ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça", portanto, a faculdade deve ter muita cautela para não expor o estudante a situações como essas. Assim, o acesso do aluno não pode ser negado, a matrícula não pode ser cancelada e, ao final do ano, a matrícula deve ser impedida enquanto o aluno não quitar o débito, sendo que é possível que as medidas judiciais pertinentes para o caso sejam adotadas.

Qual a diferença entre instituto, associação e fundação?

Esta é uma dúvida muito corriqueira, uma vez que tais termos são utilizados, em regra, indistintamente. O termo "instituição" é genérico, usado para designar as diferentes pessoas jurídicas sem fins econômicos, sendo que o mesmo pode se referir tanto a uma associação como a uma fundação. O mesmo ocorre com o termo organização não-governamental (ONG), que abrange qualquer tipo de entidade sem fins econômicos. No outro lado, associações e fundações tratam-se de pessoas jurídicas, regidas pelo Código Civil Brasileiro, que assim determina em seu art. 44: "São pessoas jurídicas de direito privado: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos". Portanto, por se tratarem de pessoas jurídicas, as mesmas possuem direitos e obrigações, sendo responsáveis pelos seus atos. Assim, podemos distinguir como entidades privadas, com personalidade jurídica, sem fins econômicos, apenas as associações, fundações e organizações religiosas. Por sua vez, fundação é um patrimônio dotado de personalidade jurídica e formado com o objetivo de alcançar determinado fim social. Os procedimentos necessários para a constituição de uma fundação estão devidamente discriminados no Código Civil Brasileiro, sendo esta submetida ao controle do Ministério Público. Já as associações são constituídas pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Uma Osci pode se beneficiar de imunidades previdenciárias?

Para obter a imunidade referente às contribuições sociais, é necessário que a entidade atenda às condições do art. 55 da lei nº 8.212/91, ainda, da Constituição Federal. Entretanto, um dos requisitos é que a entidade possua o certificado de entidade beneficente de assistência social (Ceas). Ao optar pela titulação de Osci, a entidade fica impedida de obter o Ceas e, consequentemente, não pode usufruir a imunidade das contribuições sociais.

As ONGs podem contratar profissional nos moldes da legislação trabalhista vigente?

Para que usufruam da imunidade, nos termos da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional, as entidades sem fins econômicos não podem distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; devem aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e devem manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. No momento em que a entidade pretende contratar um associado nos termos da CLT, alguns cuidados devem ser observados, para que não reste configurada a distribuição de lucros, ou pareça que se trata de distribuição indireta. Assim, a contratação deve ser realizada para uma atividade específica, muito bem delineada, cujo salário se enquadre no valor pago a profissionais que atuam na mesma função, entre outros requisitos.

É possível uma entidade realizar eventos ou vender produtos? Há algum tipo de isenção nestes casos?

Para que uma entidade possa realizar atividades de cunho comercial, é necessária prévia previsão estatutária que autorize tal atividade-meio, uma vez que esta é uma alternativa para se obter recursos para a entidade. As formas de consecução destas atividades ou da captação dos recursos podem variar, mas é imprescindível que todos os recursos obtidos sejam empregados integralmente nos respectivos fins sociais estatutários. A Constituição Federal prevê a imunidade de entidades sem fins lucrativos educacionais e de assistência social quanto aos impostos, desde que: não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; que apliquem os recursos em seus objetivos institucionais; mantenham livros de escrituração, de maneira a assegurar a exatidão das receitas/despesas. Quanto às isenções, estas são reguladas por leis específicas, portanto, há diversas variáveis, inclusive, requisitos para sua obtenção, cabendo avaliar cada caso especificamente.

Fonte: Marcos Biasoli e Tatiana Magosso Evangelista – Escritório M. Biasoli Advogados Associados.
Pergunte à **Revista Filantropia**: filantropia@revistafilantropia.com.br



Grupo Arilton Portella

- ▶ Contabilidade entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ▶ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580
Tel. (41) 3335-3437
Fax. (41) 3336-2814

www.ara-atualiza.com

Agenda 2008

Janeiro

Dias 14 a 18 – Curso: Gestão Jurídica no Terceiro Setor

Local: Federação de Obras Sociais (FOS) • São Paulo/SP • www.fos.org.br • contato@fos.org.br • (11) 5549-5255

Dias 17 e 18 – Práticas Administrativas para o Terceiro Setor

Local: Sede do Instituto Jubileu Sul Brasil • São Paulo/SP • www.senacont.com • tatiane@senacont.com • (11) 3262-3988

Dia 22 – Direito do Trabalho para profissionais de RH e DP

Local: Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) • São Paulo/SP • www.dialogosocial.com.br • dialogo@dialogosocial.com.br • (11) 6281-9643 / 7864-1745

Fevereiro

Dia 1 –Visitações Ambientais e Históricas – Estação Guarulhos

Local: Colégio Guglielmo Marconi • Guarulhos/SP • www.gmarconi.g12.br • andre@gmarconi.g12.br • (11) 2088-2085

De 8 a 16 – Curso: Direito do Terceiro Setor

Local: Instituto Dias Lopes de Ensino e Pesquisa • São Paulo/SP • www.diaslopes-iep.com.br • (11) 3124-3101/3102

De 12 a 15 – Oficina: Elaboração de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos

Local: Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) • São Paulo/SP • www.dialogosocial.com.br • dialogo@dialogosocial.com.br • (11) 6281-9643 / 7864-1745

De 13 a 16 – Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Cidades

Local: Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Cepuc) • Porto Alegre/RS • www.cmdc2008.com.br • jandirafeijo@smgl.prefpoa.com.br • (51) 3289-3629 / 9807-3885

Dia 23 – Curso: Responsabilidade Social e Gestão Estratégica de Projetos Sociais

Local: Universidade Veiga de Almeida • Rio de Janeiro/RJ • www.uva.br • (21) 2574-8888

Março

Dia 1 – MBA em Controladoria e Governança no Terceiro Setor

Local: Fipecafi • São Paulo/SP • www.fipecafi.com.br • candidato.mba@fipecafi.org • (11) 2184-2020

De 4/3 a 5/6 – Terceiro Setor: Aspectos Jurídicos, Gestão e Captação de Recursos

Local: Escola Superior de Advocacia • São Paulo/SP • www.oabsp.org.br/esa • faleconosco@esa.oabsp.org.br • (11) 3209-4055 / 3277-7392

Dia 17 – Curso: Especialização em Direito do Terceiro Setor

Local: Centro Universitário Positivo • Curitiba/PR • www.posunicenp.edu.br • posgraduacao@unicenp.edu.br • (41) 3317-3111

Dia 20 a 23 – Curso: Curso de Metodologias para Projetos Florestais de MDL

Local: Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) • São Paulo/SP • www.ipe.org.br • cbbc@ipe.org.br • (11) 4597-1327

De 24/3 a 2/6 – Curso: Princípios de Gestão para Organizações do 3º Setor

Local: GV PEC • São Paulo/SP • <http://pec.fgvsp.br> • (11) 3281-7777

Dia 28 a 30 – Curso: Ferramentas da Ação Participativa

Local: Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) • São Paulo/SP • www.ipe.org.br • cbbc@ipe.org.br • (11) 4597-1327

Para ver a agenda completa ou cadastrar o seu evento, acesse: www.revistafilantropia.com.br

CANTO
CIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Abriço da Infância e Juventude de Cornélio Procópio

A instituição atende crianças e adolescentes em situação de risco social ou cujos pais ou responsáveis não possuem condições de oferecer os cuidados necessários ao seu desenvolvimento. CNPJ: 95.554.127/0001/69

i Av. Nossa Senhora do Rocio, 1.565
Jardim Orliza – Cornélio Procópio/PR
CEP 86300-000
abrigodainfancia@gmail.com
(43) 3523-1163



Caixa craquelada

MDF com tinta acrílica e detalhes em craquelê.
16 cm x 16 cm

R\$ 18



R\$ 45

Porta CD

Pintura em látex, com puxador e apliques de madeira.
Três divisórias.
90 cm x 17 cm x 15 cm

Bandeja joaninha

MDF e acabamento em verniz vitral verde.
37 cm x 30 cm

R\$ 25



R\$ 18

Relógio bule

Pintura em látex ocre, com apliques em decoupage.
21 cm

Programa Nefesh (Sopro da Vida) – Núcleo Educacional da Assistência Integral

Entidade sem fins lucrativos que atende e abriga crianças de zero a 17 anos vítimas de violência e maus tratos, oferecendo tratamento individualizado e contínuo.

CNPJ: 05291063/0001-68

i Av. Serafim Gonçalves Pereira, 71
Parque Novo Mundo – São Paulo/SP
CEP 02179-000
www.larnefesh.org.br
larnefesh@larnefesh.org.br

Camisetas

Diversas cores e estampas.
Mangas curta e longa para crianças e adultos.
Tamanhos de P a XG



R\$ 10 a 15

Instituto Marquês de Salamanca

O instituto busca meios que possibilitem a promoção do desenvolvimento social, atuando junto a famílias de baixa renda. CNPJ: 02.287.214/0001-16

i Ladeira de Nossa Senhora, 163
Glória – Rio de Janeiro/RJ
CEP 20241-263
www.imds.org.br
imds001@terra.com.br
(21) 2558-1851

Cesta de presente

Confeccionada em taboa. Contém goiabada, cachaça, doce de leite, biscoito, bolo de natal e cobre bandeja.

R\$ 58



Nécessaire

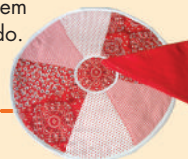
Em tecido. Conjunto com duas unidades.

R\$ 38

Jogo americano

Confeccionado em retalhos de tecido. Acompanha guardanapo.

R\$ 18



Kit calculadora

Em tecido. Contém caneta, bloco de notas e calculadora

R\$ 26

Solidarium Comércio de Artesanato Ético e Justo

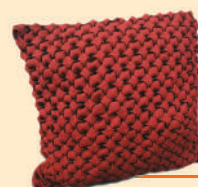
Projeto de geração de renda por meio do comércio justo, sustentável e ético. CNPJ: 08.873.908/0001-11

i Rua Ébano Pereira, 44, sala 1.004, 10º andar
Batel – Curitiba/PR
CEP: 80410-240
www.solidarium.com.br
solidarium@aliancaempreendedora.org.br
(41) 3015-2409

Flor de palha

Em palha de milho, na cor natural.
12 cm x 50 cm (cabo)

R\$ 2,90



Almofada

Em tecido oxford. Nas cores vermelho, bordô, verde, azul e branco.
35 cm x 35 cm

R\$ 54

R\$ 49,90

Cesto

Em bambu, na cor natural.
10 cm x 20 cm x 20 cm

R\$ 25,90

Revisteiro

Em tecido e madeira MDF. Nas cores bege, vermelho e marrom.
44 cm x 40 cm x 30 cm



A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade





Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 3305-6500 / FAX +55 11 3305-6505

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

www.asplan.com.br

comercial.sp@asplan.com.br